

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**

HILDAÍRES ARAÚJO RIBEIRO

**A COMUNIDADE DE AGUAPABA: IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E DIREITOS
HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ**

CAMPINA GRANDE

2015

HILDAÍRES ARAÚJO RIBEIRO

**A COMUNIDADE DE AGUAPABA: IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E DIREITOS
HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Recursos Naturais do Centro de Tecnologia e de
Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina
Grande para obtenção do grau de Mestre em Recursos
Naturais.

Linha de Pesquisa: Sociedade e Meio Ambiente

Orientador: Jógerson Pinto Gomes Pereira

CAMPINA GRANDE

2015

HILDAIRES ARAÚJO RIBEIRO

A comunidade de Aguapaba: impacto socioambiental e direitos humanos na construção da barragem de Acauã / Hildaíres Araújo Ribeiro – Campina Grande, 2015 – 178 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Jógerson Pinto Gomes Pereira

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Tecnologia e Recursos Naturais
Pós – Graduação em Recursos Naturais, 2015.

HILDAÍRES ARAÚJO RIBEIRO

**A COMUNIDADE DE AGUAPABA: IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E DIREITOS
HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ**

Trabalho Aprovado. Campina Grande, 15/09/2015.

Prof.Dr. Jógerson Pinto Gomes Pereira
Orientador
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Fernando Garcia de Oliveira
Examinador externo
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. José Otávio Aguiar
Examinador interno
Universidade Federal de Campina Grande

Campina Grande

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores da Universidade Federal de Campina Grande/Paraíba, em especial, Professor Jógerson Pinto e Fernando Garcia, pela orientação e pela colaboração na construção do conhecimento, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho. Suas constantes exigências não me deixaram parar em minhas limitações.

Agradeço aos meus pais que, sempre que precisei, ficaram cuidando do meu filho, para que eu pudesse concluir a presente dissertação.

Agradeço, principalmente, a Deus que me presentou e abençoou mais uma vez.

RESUMO

As questões ambientais devem ter um tratamento especial não só em razão da sua importância para a manutenção da vida, mas do mundo. A situação atual entre sociedade e natureza está bem distante da situação sustentável que se quer alcançar, uma vez que desencadeia conflitos socioambientais. Esses conflitos que ocorrem no mundo são ocasionados pela escassez dos recursos naturais, provocados pelas atividades socioeconômicas que causam degradação ao ambiente natural. Diante de tais conflitos, o povo precisa desenvolver seu *status* de cidadão e participar das políticas públicas, seja no agir individual ou por meio da cobrança das ações dos seus representantes no governo. Considerando tal necessidade, sob uma abordagem interdisciplinar, a presente dissertação apresenta a relação sociedade e meio ambiente, apresentando os impactos e a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana decorrentes da construção da barragem de Acauã em Aguapaba, pequena comunidade do Agreste Paraibano. Para se alcançar este objetivo, foi desenvolvida uma metodologia qualitativa construída em três etapas: a primeira etapa se constituiu em encontros semanais com o Professor Dr. Fernando Garcia de Oliveira, que se deu ao longo de todo o trabalho. Neste momento ocorreu a leitura dos textos selecionados pelo renomado professor supra e a discussão dos mesmos com ele. O resultado dessa primeira etapa foi o entendimento do que ocorreu com os atingidos pela Barragem de Acauã no ano de 2002/2003; na etapa seguinte, aconteceu a entrevista com o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens; por fim, na terceira e última etapa, foi realizada visita à comunidade de Aguapaba, a fim de realizar entrevista com seus moradores, bem como registros fotográficos da localidade. Posto isto, após estudos e observação da situação real da comunidade de Aguapaba, nota-se que houve um descaso do governo em relação à condição de sobrevivência dos moradores daquele grupo que tiveram diversos direitos humanos violados. Os moradores não têm uma vida digna, pois lhes foram tirados direitos básicos, ignorados por parte deles. Além disso, com a construção da barragem, a comunidade sofreu com impactos sociais e ambientais, como carência econômica, cultural, enfim, dificuldade de sobrevivência.

Palavras-chave: comunidade rural; meio ambiente; luta social.

ABSTRACT

Environmental issues should have special treatment because it is important for sustaining life, and for the world. The current situation between society and nature is far from sustainable situation it triggers environmental conflicts. These conflicts occurring in the world are caused by the scarcity of natural resources, caused by economic and social activities that cause degradation of environment. In the face of such conflicts, the people needs to develop their citizen status and participates in public policy, either in individual action or through the collection of the actions of their representatives in government. Considering this need, under an interdisciplinary approach, this study shows the relationship between society and environment, with the impacts and the violation of fundamental rights of the individual arising from the construction of the dam in Acauã, specific small community named Aguapaba, in the Paraiba Agreste. To accomplish this, a qualitative methodology built in three stages was developed: the first stage consisted in weekly meetings with Professor Dr. Fernando Garcia de Oliveira, who took over all the work. This time was the reading of texts selected by renowned teacher above and the discussion of them with him . The result of this first stage was the understanding of what happened to those affected by Acauã Dam in the year 2002/2003; the next step was an interview with the coordinator; Finally, the third and final step, the visit was made Aguapaba community in order to carry out interviews some residents and was did the photographic records of the locality. After studies and observation of the real situation of Aguapaba community, we note that there was a government disregard for the survival condition of the residents of that group who had violated several human rights. The Residents hadn't a dignified life, as they were taken basic rights, ignored by them. In addition, with the dam construction, the community suffered from social and environmental impacts as economic deprivation, cultural, finally, difficulty of survival.

Keywords: rural community; environment; social struggle.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Posicionamento do município de Natuba.....	44
FIGURA 02 – Morro e vegetação.....	75
FIGURA 03 –Localização.....	75
FIGURA 04 – Estrutura.....	75
FIGURA 05 – Estrada interna.....	75
FIGURA 06 – Placa da UBS.....	76
FIGURA 07 – Construção do Posto de Saúde.....	76
FIGURA 08 – Cisterna.....	77
FIGURA 09 – Unidades Habitacionais.....	77
FIGURA 10 – Rio.....	77
FIGURA 11 – Estrada ao lado do rio.....	77
FIGURA 12 – Pedras.....	77
FIGURA 13 – Percurso.....	77
FIGURA 14 – Estrada.....	77
FIGURA 15 - Visualização das paredes da barragem.....	77

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2.OBJETIVOS	15
2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
3.REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1.SOCIEDADE ATUAL E O MEIO AMBIENTE.....	16
3.1.1. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	17
3.2.DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS.....	20
3.2.1.EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS:IMPORTÂNCIA E GARANTIA DO INDIVÍDUO.....	22
3.2.2.DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS: O MEIO AMBIENTE E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS.....	26
3.3.BARRAGENS: UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DA ATUALIDADE.....	29
3.3.1.CONCEITO,IMPORTÂNCIA E CLASSIFOCÇÃO.....	29
3.3.2.POLÍTICA DE BARRAGENS NO BRASIL.....	32
3.4.MOVIMENTO SOCIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS.....	34
3.4.1.FORMAÇÃO.....	34
3.4.2.DEFINIÇÃO DE ATINGGIDO.....	36
4.MATERIAL E MÉTODOS	43
4.1.Localização.....	43
a)Barragem de Acauã.....	43
b) A comunidade de Aguapaba.....	43
4.2. Pesquisa.....	45

4.3. Questionário Estruturado.....	49
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	51
5.1. DA ANÁLISE.....	51
5.1.1. DOS TEXTOS E VÍDEO.....	51
5.1.2. DA ENTREVISTA COM O DIRIGENTE DO MAB.....	60
5.1.3. DA ENTREVISTA COM MORADORES DE AGUAPABA.....	67
5.1.4 DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....	71
a) Aspectos Geográficos	72
b) Placa de identificação da UBS de Aguapaba.....	72
c) Acesso, passagem molhada e unidades habitacionais.....	73
d) Rio e exploração mineral.....	73
5.2. DOS RESULTADOS.....	78
5.2.1. DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	78
5.2.2. DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS.....	79
6. CONCLUSÃO.....	88
7. REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES.....	97
ANEXOS.....	129

1. INTRODUÇÃO

Já falava o renomado jurista Bonavides (2001) que os direitos humanos fundamentais são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição e, como tal, devem ser respeitados.

Todavia, inúmeros aspectos do mundo globalizado tornam a defesa dos direitos humanos uma atividade complexa, multidisciplinar, multissetorial e, principalmente, de interesse nacional e internacional. Os direitos inerentes ao ser humano são brutalmente violados e, muitas vezes, apenas esquecidos.

Os homens, enquanto sujeitos de direitos, devem assumir, reivindicar e exigir o respeito por seus direitos. Daí, resultam os movimentos sociais que surgem em sua defesa.

A responsabilidade do homem estende-se ainda a todas as espécies animais e às próprias plantas. O respeito pela biodiversidade tem, a nível planetário, constituído-se como uma preocupação de entidades internacionais.

Nesse sentido, a defesa do meio ambiente torna-se um elemento importante da qualidade de vida do homem, o que tem impulsionado o surgimento de novos movimentos sociais voltados para a defesa do ambiente, considerando-se que o homem é um ser com os outros no mundo, que são parte integrante da sua habitação ou do seu contexto existencial.

E, assim, é neste contexto globalizado que surge a construção das barragens, com o intuito de proporcionar, sobretudo, o abastecimento de água nas zonas residenciais, agrícolas e industriais, a produção de energia elétrica ou a regularização de um caudal.

No entanto, esse tipo de empreendimento em locais habitados sempre traz problemas, pois envolve a desocupação de uma grande área de terra com a conseqüente desarticulação de toda a base produtiva de pequenos proprietários, ribeirinhos, arrendatários, posseiros ou índios.

Assim, todos que se reproduzem por meio da apropriação das terras, dos cursos d'água e dos demais recursos naturais que a região oferece sofrem com os impactos socioambientais decorrentes da construção da barragem. A inundação destas terras implica no desaparecimento da base física de todo o sistema de reprodução econômica e social das comunidades da região.

Nos últimos anos, o reconhecimento dos movimentos sociais no cenário político tem impulsionado a participação popular nos processos de gestão do Governo Federal. E a mobilização social em defesa da utilização racional dos recursos e da garantia dos direitos da população tem sido pauta das organizações civis que lutam pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais.

Nesse sentido, e ante o quadro atual que envolve a preocupação da relação sociedade e meio ambiente, o estudo da Barragem de Acauã (impactos socioambientais e direitos humanos na comunidade de Agiapaba) torna-se relevante, em razão da ação deste empreendimento sobre o meio ambiente e a população da região do Agreste da Paraíba.

A Barragem de Acauã, localizada entre os municípios paraibanos de Natuba, Aroeira e Itatuba, com investimento de 95% de recursos do Governo Federal, tem capacidade de armazenamento para um volume total de 253 milhões de metros cúbicos, sendo classificada como barragem de grande porte.

Este empreendimento causou alguns conflitos, no ano de 2002, entre o Governo Estadual da Paraíba e a população das comunidades de Melancia, Costa, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho, Cafundó, ocasionando grande manifestação popular, desencadeadora de importantes ações que contribuíram para consolidar uma luta, em nível nacional, pelos direitos violados das comunidades atingidas.

A luta das comunidades prejudicadas pela construção da Barragem de Acauã proporcionou a formação da Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã, instituída em Pedro Velho, que obteve, desde o começo do movimento, em 2002, o apoio e a coordenação de um grupo de assessores, formado por professores e estudantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A problemática da Barragem de Acauã é tão grave que alguns apoiadores estaduais, como o Polo Sindical do Compartimento da Borborema, Sindicato dos Técnicos da EMATER – PB (SINTER), Deputado Federal pelo Estado da Paraíba Frei Anastácio, Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção (COAGEP), Vereador do Município de Campina Grande Antônio Pereira, Padre Rômulo Remígio Viana, materializaram, através de notas, comunicados, ofícios, cartas e termo de conduta¹, o clima de desconforto denunciado

¹ Documentos reunidos na compilação organizada pela Universidade Federal de Campina Grande através do Projeto de Extensão Universidades Cidadãs

pela população atingida, em face do descaso do governo para o impacto advindo da construção da barragem.

Foi também do referido grupo de professores e alunos da UFCG a iniciativa de contactar com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em nível nacional, para dar atenção ao caso de Acauã, juntamente ao Movimento Sem Terra (MST), fortalecendo o movimento em prol dos atingidos de Acauã.

O movimento manifestou-se publicamente no Dia do Trabalhador Rural, em 25 de maio de 2002, na cidade de Campina Grande, conforme consta na documentação entregue à Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana², ato que fez o Governador do Estado à época, o Sr. Roberto Paulino, receber pela primeira vez em audiência pública (em 28 de Maio de 2002) os moradores da localidade atingida pela obra. Naquela oportunidade, os moradores das localidades lhe entregaram sua pauta de reivindicação.

A referida Comissão Especial confirmou a veracidade e a importância dos problemas enfrentados pela população, advindos da construção da barragem de Acauã, após visitar algumas comunidades e ouvir a população em audiências públicas.

As constatações da Comissão foram reunidas em um relatório em 2006 direcionado aos órgãos competentes estaduais e federais pela construção da obra, no qual estão elencados os impactos socioambientais e os direitos humanos violados observados e relatados pelos moradores. Neste documento, sugerem-se modificações no âmbito estatal com políticas públicas que visem melhorar as condições de vida das comunidades atingidas.

Sendo assim, considerando-se os impactos socioambientais e a violação dos direitos humanos da população atingida pela Barragem de Acauã, torna-se relevante a pesquisa relatada na presente dissertação, que tem seu foco na comunidade de Aguapaba.

Cumprе ressaltar, dentro desse contexto, que a escolha do estudo pela comunidade de Aguapaba, a mais distante do leito da barragem, ocorreu pela forma surpreendente pela qual esta, apesar de atingida pelas águas da barragem, não constava no EIA/RIMA³.

² Criada pela Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculada à Presidência da República. Foi proveniente da Resolução 26/2006, assinada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

³ Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

Este fato é consequência da imprecisão dos levantamentos técnicos e físicos realizados pelos órgãos competentes, que não definiram exatamente toda a área que seria coberta pelas águas, quando o lago atingisse 100% de sua capacidade.

A circunstância de Aguapaba não constar como comunidade atingida é que explica o fato de que a segunda Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana viria a realizar uma audiência pública naquela comunidade já em 2013⁴. Na ocasião da audiência pública, membros da Comissão informaram aos moradores que o que eles dissessem seria levado aos Governos estadual e federal.

Com efeito, os problemas da população de Aguapaba constam no relatório que foi elaborado pela Comissão. Registre-se que os membros desta comissão fizeram questão de declarar para os participantes da audiência pública que os impactos socioambientais e os direitos humanos violados (como de moradia, trabalho, informação, justa indenização) eram inquestionáveis.

Uma das consequências desta nova visita da Comissão Especial foi a constituição de um grupo de trabalho para tratar dos problemas da população atingida pela barragem de Acauã (que até o momento, julho de 2015, não se reuniu).

Dessa forma, a fim de apresentar o problema apontado acima, a presente dissertação contém as seguintes partes: objetivos, revisão de literatura, material e métodos, resultados e discussão, conclusão e anexos.

Primeiramente, será apresentada ao leitor a revisão de literatura, na qual será abordado o conhecimento acumulado sobre o tema abordado, tendo como base a pesquisa de literatura (impressa e eletrônica) sobre assunto. Neste item, os temas em destaque serão barragem, atingidos por barragem e direitos humanos fundamentais.

Em seguida, em material e métodos se discutirá a descrição do procedimento utilizado para a obtenção dos dados da presente dissertação.

Na sequência, será apresentada a descrição clara e a análise rigorosa dos resultados obtidos. Na parte final, ocorrerá a discussão e comentários acerca dos resultados.

⁴ As filmagens desta audiência, realizadas pelo Professor Fernando Garcia de Oliveira, foram utilizadas nesta dissertação.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL:

- Analisar os impactos socioambientais e a violação aos direitos humanos fundamentais na comunidade de Aguapaba, decorrentes da construção da Barragem de Acauã.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Historiar sobre a sociedade atual e conflitos socioambientais;
- Apresentar e discutir sobre os direitos humanos fundamentais e sua evolução;
- Problematizar os direitos humanos dos atingidos por barragens;
- Discutir sobre barragens, em especial, a Barragem de Acauã;
- Registrar os impactos e as violações aos direitos humanos fundamentais na comunidade de Aguapaba.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. SOCIEDADE ATUAL E O MEIO AMBIENTE

A exploração desmesurada dos recursos naturais constitui-se certamente num dos mais graves problemas do mundo contemporâneo, posto que provoca profundas transformações no ecossistema, e, às vezes, sua inteira destruição (FIORILLO, 1997).

O homem sempre exerceu uma influência devastadora sobre as comunidades naturais, submetendo-as à sua autoridade, de forma a atender suas necessidades e também seus caprichos.

Essa relação de subordinação da natureza aos interesses humanos acabou por gerar a sensação de que o progresso humano está associado à destruição da cobertura vegetal com que a maior parte da Terra um dia esteve coberta.

Segundo Galizoni (2000), esse processo de redução das áreas vegetadas para dar lugar às cidades e para as atividades que exploram recursos naturais sempre simbolizou o triunfo da civilização e o domínio humano neste planeta.

É nesse cenário que o imperativo do crescimento econômico não vem se revelando capaz de evitar o aumento da pobreza e dos elevados índices de violência, apesar de a ciência evoluir de forma surpreendente, anunciando a cada dia uma descoberta que pode se converter na solução de problemas crônicos da humanidade, a exemplo da fome, da impotência e da omissão estatal em matéria de proteção dos recursos naturais.

Ainda de acordo com o renomado Galizoni (2000), as maneiras como se vê o futuro da humanidade determinam as ações no presente. Sob uma perspectiva mais cautelosa, sem abdicar do desenvolvimento econômico e tecnológico, recomenda-se uma completa reorganização dos sistemas de produção, para explorar um mundo com recursos naturais limitados, o que pode ser feito por meio da adoção de mecanismos políticos, sociais e econômicos que estabeleçam um novo paradigma na relação da humanidade e o mundo natural.

Essa preocupação já não é seriamente considerada quando se tem uma completa confiança em novas tecnologias, supostamente capazes de resolver os mais variados problemas criados pelo homem, muitos deles relacionados com a excessiva exploração dos recursos naturais.

Ulrich Beck (2007) alerta que na modernidade avançada, a produção social de riqueza vem sempre acompanhada, de forma sistemática, pela produção social de riscos, e que os riscos da modernização são um grande negócio. Avalia ainda que os riscos da civilização são um barril de necessidades inacabáveis e infinitas.

Certamente, o incremento dos riscos do desenvolvimento industrial e tecnológico, associado a fatores como o aumento populacional e a massificação do consumo criam situações sociais de perigo, expondo a perigo bens jurídicos relevantes, quando não os lesionam de forma irreparável, sobretudo, em se tratando de bens jurídicos como o ambiente e a saúde pública.

É dentro desse contexto de situações sociais de perigo que se observa que a preocupação ecológica provavelmente surgiu como resultado da globalização e do capitalismo comercial, industrial e tecnológico, que ocasionou a proliferação de espécies animais e vegetais, a urbanização, o consumo excessivo e, conseqüentemente, o uso abusivo dos recursos naturais.

Disso decorreram os primeiros movimentos ambientais que surgiram nos denominados países desenvolvidos, a partir da década de 1970, pois as demais nações estavam influenciadas por ditaduras, em processo de descolonização ou enfrentavam uma miséria extrema, que atingia uma parte significativa da população, portanto, não possuíam condições políticas e sociais de viabilizar projetos ambientais (DUARTE, 2005).

O estudo sobre o meio ambiente não é realizado apenas sobre a percepção da natureza intocável ou pouco modificada pelos grupos humanos, mas se refere também ao espaço transformado pela ação humana, tão presente em um mundo globalizado e capitalista como o atual.

3.1.1. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os conflitos sociais, que nem sempre se mostram negativos e se tornam importantes para o crescimento e desenvolvimento das sociedades, estão presentes e são inerentes às sociedades humanas, independentemente do contexto histórico e do espaço geográfico.

Nesta conjuntura, tem-se os conflitos ambientais, cujo delineamento teórico envolvendo crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade dos recursos naturais começou a ser vislumbrado de forma mais efetiva na segunda metade do século XX, entre o final da década de 1960 e início da de 1970, no contexto da criação do Clube de Roma (1968) e da realização da I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano - Conferência de Estocolmo (1972). A partir desses eventos houve a inserção definitiva das análises dos conflitos sociais e ambientais – socioambientais - na agenda mundial.

Segundo Valle (2004), no século XXI, o conflito socioambiental que se apresenta com maior evidência está relacionado ao uso e preservação e ou conservação dos recursos naturais, tornando o indispensável, sob uma perspectiva social, cuja separação sociedade e meio ambiente é impossível, na elaboração de uma matriz econômica que viabilize a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Cumprе ressaltar que a cada configuração do modelo de desenvolvimento econômico e social tende-se a encontrar modalidades específicas de conflitos ambientais predominantes.

O ambiente é o meio de transmissão de impactos indesejáveis que fazem com que o desenvolvimento de certas práticas comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem.

Segundo Henri Acselrad (2004), o economista Georgescu-Roegen, nos anos 70, apresentou questionamentos importantes sobre o meio ambiente no que tange, primeiro, à economia dos recursos naturais por serem finitos e, segundo, a finalidade do homem de se apoderar desses recursos já que são finitos.

Na década de 1990, o termo desenvolvimento sustentável se consagrou como um campo de reconhecimento da crise socioambiental mundial. A proposta do modelo baseado na sustentabilidade surge a partir de intensos debates e críticas ao predominante modelo econômico ortodoxo.

O novo paradigma é balizado na sustentabilidade ambiental e vislumbra um desenvolvimento que permite harmonizar o progresso humano com os limites que os recursos naturais determinam. Ou seja, procura conciliar a relação do homem com a natureza e as inter-relações sociais.

O desenvolvimento sustentável expôs um novo estilo de compreender e solucionar os problemas socioeconômicos mundiais, considerando o ambiente natural, mas também as dimensões culturais, políticas e sociais.

Neste contexto, ocorrem disputas que envolvem atores sociais com perspectivas distintas em relação à natureza, aparecendo as zonas de tensão que dão origem aos conflitos socioambientais.

Estes conflitos passaram a ser ponderados como uma questão importante e se configuraram como elementos que permitem disputas, argumentações e negociações entre grupos sociais e o Estado.

De uma forma em geral, ressalta-se que os conflitos socioambientais que ocorrem no mundo são ocasionados pela escassez dos recursos naturais, provocados pelas atividades socioeconômicas que causam degradação ao ambiente natural.

Portanto, a escassez e a forma de utilização da natureza determinam os desequilíbrios social, econômico e ambiental. Nestes desequilíbrios, estão envolvidos os aspectos materiais e simbólicos do ambiente natural.

O que se observa é que a bibliografia referente aos conflitos socioambientais vem se materializando nos países em desenvolvimento, entretanto, voltada principalmente para o diagnóstico dos conflitos e não para a sua negociação ou resolução.

Nestas nações, os conflitos envolvendo os recursos naturais são resolvidos nas arenas jurídica, administrativa e política, em detrimento das técnicas, metodologias e ferramentas utilizadas na negociação que ocorrem nos países desenvolvidos.

A tentativa de resolução do conflito socioambiental fora da mediação, conciliação ou negociação se apresenta prejudicial à sociedade e ao próprio ambiente, pois não garante igual peso aos diferentes interesses, não apenas em relação ao poder entre as partes, que é

inteiramente desproporcional, mas, sobretudo, porque os empreendedores têm objetivos definidos e claros e os representantes comunitários têm interesses heterogêneos e geralmente não possuem técnica, conhecimento ou habilidade administrativa, jurídica e política.

3.2. DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

O Direito, em seu sentido *latu sensu*, é definido como uma ciência que normatiza as regras necessárias para o equilíbrio das relações entre o Estado e os cidadãos e destes entre si.

Segundo Bobbio (1992), dentre o universo dessas normas, observa-se que um preceito fundamental, individual, congênito e inerente à pessoa natural, reconhecido e garantido pela Constituição Federal de 1988, está consolidado no direito humano fundamental.

São direitos civis, de caráter subjetivo, que dizem respeito à vida, igualdade perante a lei, liberdade de ir e vir, de exprimir o pensamento, de culto, de religião, de segurança pessoal, inviolabilidade da propriedade, do domicílio, da honra, entre outros direitos.

Os direitos fundamentais resultam de um movimento de constitucionalização que começou nos primórdios do século XVIII, encontrando-se incorporados ao patrimônio comum da humanidade.

São reconhecidos internacionalmente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, através da Resolução 217 da Assembleia Geral, como uma norma comum a ser alcançada.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, em 1945, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado no trecho da Carta das Nações Unidas, a seguir:

(...) Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla (...) a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser

atingido por todos os povos e todas as nações (...) (COMPARATO, 2010, p.231).

Verifica-se, então, que os direitos humanos fundamentais muito têm contribuído para o progresso moral da sociedade, pois são direitos inerentes à pessoa humana, pré-existentes ao ordenamento jurídico, visto que decorrem da própria natureza do homem, sendo, portanto, indispensáveis e necessários para assegurar a todos uma existência livre, digna e igualitária.

Várias são as expressões usadas para nomeá-los: direitos do homem, direitos naturais, direitos individuais, direitos humanos, liberdades fundamentais. Todavia, “direitos fundamentais do homem” constitui a expressão mais adequada, segundo a doutrina de PÉREZ LUNO (apud SILVA, 2000, p. 182)

além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informa uma ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas.

Os direitos fundamentais almejam, segundo Bonavides (2001, p.481), “criar e manter os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade da pessoa humana”. Consistem os mesmos aqueles direitos que expressam e contêm as condições básicas da pessoa humana, ou seja, qualquer indivíduo é portador de tais direitos, o que fundamentalmente implica numa distinção entre os conceitos de pessoa humana e cidadão.

De acordo com o Dicionário Técnico-Jurídico de Guimarães (2001, p.426), a pessoa humana é o ser que é capaz de exercer direitos e contrair obrigações, sendo dividida pelo Código Civil em pessoa natural e pessoa jurídica, enquanto que o cidadão é aquele que desfruta de direitos civis e políticos, bem como de obrigações decorrentes dos mesmos.

A doutrina jusnaturalista elucida que tais direitos são fundamentais por que se referem ao homem enquanto tal, e não dependem do beneplácito do soberano; são direitos fundamentais os direitos à vida, à dignidade, à liberdade, à participação política, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, entre outros.

Conforme explicitado, a problemática dos direitos fundamentais não tange à sua fundamentação histórico-filosófica, já consagrada na doutrina, nem à sua enunciação por parte do Direito Positivo, tendo em vista que os mesmos encontram-se contemplados em nível

universal e estatal, respectivamente, nas declarações internacionais assinadas por diversos países, bem como nas Constituições dos Estados.

No Brasil, os direitos e as garantias fundamentais estão versadas na Constituição Federal de 1988, no Título II, consagrado ao tema e no qual se inseriram os arts. 5º, 6º, 7º e 8º.

Entretanto, com o avanço do capitalismo, constata-se que, em lapsos de tempo cada vez mais exíguos, surgem técnicas inovadoras, que se superam em seus complementos, e, por sua vez, confrontam-se com o mundo jurídico e seu aparato conceitual pré-constituído, revelando total inadequação na formulação de respostas às questões emergentes.

Segundo Bonavides (2001), conceitos e posições jurídicas já estratificadas no passado sofrem abalos profundos e se mostram inapropriados diante de uma realidade nova e dinâmica. O Direito foi, sem dúvida, apanhado de surpresa e seu equipamento conceitual se revela inadequado.

Inferre-se deste contexto que a questão de maior relevância no tocante aos Direitos Fundamentais, atualmente, é a carência da eficácia política na aplicação material dos mesmos, posto que a sua violação é fato concreto, passível de uma profunda reflexão na sociedade organizada e moderna. Conseqüentemente, faz-se necessária a inclusão de um sistema de garantias constitucionais que viabilize o cumprimento de suas normas de modo atualizado.

3.2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: IMPORTÂNCIA E GARANTIA DO INDIVÍDUO

Numa breve abordagem histórica da evolução da doutrina dos direitos fundamentais, Paulo Bonavides (2001) nos apresenta traços gerais das primeiras declarações de direitos fundamentais que estão enumerados nos forais e nas cartas de franquia da Idade Média.

No entanto, essas declarações de direitos, que são uma das características do constitucionalismo, tendo na opressão absolutista/monárquica a causa próxima do seu surgimento, manifestaram-se, primeiramente, como direito fundamental na Constituição do Estado da Virgínia, votada em junho de 1776, que serviu de modelo para as demais na América do Norte, embora a mais conhecida e influente seja a dos "Direitos do Homem e do Cidadão", editada em 1789 pela Revolução Francesa.

Foi somente no século XVII que as conquistas substanciais e definitivas foram sendo realizadas. O surgimento das liberdades públicas tem como ponto de referência duas fontes primordiais: o pensamento iluminista da França, do século XVIII, e a Independência Americana.

Destarte, Bastos (1999, p.171:172) afirma que:

esse quadro inicial, contudo, sofreu forte evolução cujas causas dizem respeito à necessidade de enfrentar novas ameaças e novos desafios postos pelos séculos XIX e XX. Os direitos clássicos perderam, tão somente, o seu caráter absoluto para ganhar uma dimensão mais relativa surgida da imperiosidade de compatibilizar o direito com outros princípios constitucionais..

De um individualismo extremo, passou-se a reconhecer direitos em favor dos grupos sociais, o que não se fazia nas primeiras declarações. Paralelamente ao indivíduo, surgia o direito de associação, inclusive como garantia da própria liberdade individual. As manifestações dessa nova concepção ocorreram nas primeiras Constituições Republicanas, como a alemã de 1919 (Weimar) e a espanhola de 1931, bem como na Constituição Mexicana de 1917, ainda que com menor repercussão, segundo Celso Ribeiro Bastos (1999).

Os direitos individuais, pela sua transcendência, excederam os limites de cada Estado para se tornar uma questão de interesse internacional, e a via escolhida tem sido a da proclamação de direitos de âmbito transnacional.

É com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, fundamentalmente, que se irá ter uma preocupação em dividir os direitos individuais com quatro ordens, conforme assevera Bastos (1999, p. 174:175):

Logo no início, são proclamados os direitos pessoais do indivíduo: direito à vida, à liberdade e à segurança. Num segundo grupo encontram-se expostos os direitos do indivíduo em face das coletividades: direito à nacionalidade, direito de asilo para todo aquele perseguido (salvo os casos de crime de direito comum), direito de livre circulação e de residência, tanto no interior como no exterior e, finalmente, direito de propriedade. Num outro grupo são tratadas as liberdades públicas e os direitos públicos: liberdade de pensamento, de consciência e religião, de opinião e de expressão, de reunião e de associação, princípio na direção dos negócios públicos. Num quarto grupo figuram os direitos econômicos e sociais: direito ao trabalho, à sindicalização, ao repouso e à educação.

O pensador italiano Norberto Bobbio (1992, p.33) afirma que a Declaração Universal “representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre”.

Como se observa, o desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases: num primeiro momento, afirmaram-se os direitos de liberdade, isto é, todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado.

Em um segundo momento, foram propugnados os direitos políticos, os quais, concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não impedimento, mas positivamente, como autonomia, tiveram como consequência a participação ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político.

E, finalmente, na terceira fase, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências, como os de bem-estar e da liberdade através ou por meio do Estado.

Atualmente, pode-se afirmar que os direitos fundamentais se encontram em uma quarta geração, que consiste no direito à autodeterminação, direito ao patrimônio comum da humanidade, direito a um ambiente saudável e sustentável, direito à paz e ao desenvolvimento social.

No Brasil, os direitos fundamentais quanto a sua natureza são formalmente constitucionais ou sem assento constitucional. Assim, os direitos consagrados e reconhecidos pela constituição designam-se, por vezes, direitos fundamentais formalmente constitucionais, porque eles são enunciados e protegidos por normas com valor constitucional formal.

No entanto, a Constituição admite outros direitos fundamentais constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional. Em virtude de as normas que os reconhecem e protege não terem a forma constitucional, estes direitos são chamados direitos materialmente fundamentais.

No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988, a mais abrangente que as anteriores do país, enumera alguns direitos fundamentais, por que, além dos direitos explicitamente reconhecidos, admite existirem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.

Portanto, hodiernamente, a Constituição adota e assegura direitos fundamentais, explicitamente, nos seus arts. 5º, 6º, 7º e 8º, cujo objeto imediato é: a liberdade, seja de locomoção, de pensamento, de reunião, de associação, de profissão, de ação, liberdade sindical, direito de greve; a segurança dos direitos subjetivos em geral, em matéria penal do domicílio; a propriedade em geral, artística, literária e científica; hereditária.

Convém mencionar, ainda, que os direitos fundamentais do homem constituem uma variável ao longo da história dos últimos séculos e estão inseridos dentro daquilo que o Constitucionalismo denomina de princípios constitucionais fundamentais, que são os princípios que guardam os valores fundamentais da ordem jurídica.

Sem eles, a Constituição nada mais seria do que um aglomerado de normas que somente teriam em comum o fato de estarem inseridas num mesmo texto legal; de modo que onde não existir Constituição não haverá direitos fundamentais.

Atualmente, o reconhecimento e a proteção dos direitos fundamentais do homem encontram-se na base das Constituições modernas democráticas. Os direitos fundamentais são estudados enquanto direitos jurídico-positivos, uma vez que, vigente numa determinada ordem constitucional, os direitos fundamentais do homem são coisas desejáveis, fins que merecem ser perseguidos. Contudo, apesar de todos esses anseios, ainda não foram totalmente reconhecidos.

É importante ressaltar a qualidade de direitos fundamentais colocados no mais alto degrau das fontes dos direitos: as normas constitucionais. Nesse sentido, o sistema dos direitos fundamentais, constitucionalmente consagrado, é concebido como um complexo normativo hierárquico no conjunto do sistema jurídico em geral.

Concluindo, mister também se faz observar que, hodiernamente, os direitos fundamentais estão sendo deslocados da dogmática jurídico-constitucional para as chamadas

teorias da justiça, para as teorias sociais e para as teorias econômicas do direito, talvez devido à propalada crise da constituição e das teorias de direitos fundamentais.

Dessa maneira, faz-se necessário que a dogmática e a prática dos direitos fundamentais regressem ao espaço jurídico-constitucional, em face da chamada estabilidade pura, preconizada pelo modelo de Constituição estatal, onde os direitos fundamentais são reconhecidos, consagrados e garantidos pelo Estado.

3.2.2. DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS: O MEIO AMBIENTE E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Como já anteriormente mencionado, a eficácia da aplicabilidade dos direitos humanos vai ao encontro da exigência de novos conceitos no mundo moderno.

Segundo Alves (1994), as características da globalização deste fim de século são bastante conhecidas. A busca obsessiva da eficiência fez aumentar o número dos que por ela são marginalizados. A mecanização da agricultura provocou o êxodo rural, inflando as cidades e suas periferias. Além disso, com a informatização crescente da indústria e dos serviços, o trabalho não especializado tornou-se supérfluo e o desemprego estrutural.

O Estado nacional como *locus* moderno da realização social, perde, gradativamente, até mesmo a função identitária. O indivíduo, muitas vezes, discriminado dentro do território nacional pela parcialidade da implantação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, vai buscar outro tipo de comunidade preferencial como âncora de autoproteção ou para sua própria autoconstrução, conforme preleciona o renomado professor supramencionado.

Assim, agrupam-se os negros, índios, homossexuais, meninos de rua, os sem terra e sem teto, entre outros grupos que, originalmente, não têm a garantia de ter seus direitos como ser humano, em si, respeitados. Os direitos, todos, são reconhecidos, há décadas, como conquistas históricas que extrapolam fundamentações metafísicas, religiosas ou seculares e se adaptam às necessidades do tempo.

Como já afirmava Bobbio (1992, p.24): “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político (...)”.

A mundialização, entendida como uma nova configuração dos mecanismos de acumulação do capital resulta não só na “re-localização” dos investimentos e atividades produtivas, mas na “polarização da riqueza”, segundo Zhouri (2007, p.119).

Assim, longe de produzir um cenário de integração entre as diversas regiões do globo, a lógica seletiva do capital atinge de maneira distinta determinadas regiões e camadas sociais, resultando numa distribuição desigual dos impactos e riscos decorrentes das atividades produtivas.

No Brasil, os efeitos das transformações acarretadas pelo processo de mundialização manifestam-se, sobretudo, a partir da adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de entraves ao desenvolvimento, colocando em risco as fundamentais conquistas ambientais das últimas três décadas.

Segundo Chouke (1995), a decisão de construir barragens e o processo político por meio do qual tal decisão foi tomada constituem gravíssima violação aos direitos humanos ambientais das comunidades tradicionais locais, bem como aos da maioria da população brasileira e das gerações futuras.

O Poder Executivo não consegue demonstrar que a utilização da água a ser obtida pela construção de barragem atenderá à demanda de setores majoritários da população dos Estados, furtando-se a debater os seus impactos negativos do ponto de vista ambiental e social, bem como os princípios e prioridades que orientam a sua atual política pública.

Além do mais, frente à organização de unidades de mobilização e resistência, setores do Estado Brasileiro não raramente têm respondido às denúncias e reivindicações locais com ações repressoras.

Edificada sobre um campo de poder extremamente desigual (BOURDIEU, 2002; ZHOURI et al., 2005), a implantação de grandes paisagens industriais, como as barragens, redundando, assim, em experiências diversas de violação de direitos humanos, o que pode ser ilustrado pelo processo de desapropriação compulsória para a construção da Barragem de Acauã no estado da Paraíba, cujos moradores tiveram seus direitos violados no momento em

que foram privados das audiências públicas, ou seja, a partir do momento em que não foram informados do empreendimento nem puderam demonstrar as suas necessidades.

De acordo com Sousa (2001), o significado de patrimônio representa um desafio para a ordem jurídica do Estado, já que reivindica não só o direito individual, mas o reconhecimento de direitos cujos sujeitos são também coletividades.

O sistema de apossamento das terras e de seus recursos, conhecido como “terra no bolo” (SANTOS, 2001; GALIZONI, 2000), compreende áreas de uso coletivo e familiar, em que a herança não implica o parcelamento da terra, mantendo-a indivisa para a família.

Na luta pela defesa de seu patrimônio, a própria comunidade se reconstrói enquanto tal, ou seja, como esfera coletiva de existência através do esforço de ocupação, uso, manutenção e identificação com seu território, como afirma Little (2002).

A forma específica de inserção dos países em desenvolvimento, sobretudo, do Brasil, no regime da mundialização se faz através do atendimento à demanda crescente das economias centrais pela exploração das fontes de recursos naturais e/ou exportação de produtos intermediários de baixo valor agregado, mas de alto consumo energético. Essa dinâmica manifestada pelo perfil de desenvolvimento brasileiro supõe a acentuação das desigualdades relativas à distribuição das vantagens econômicas, impactos e riscos ambientais decorrentes dessa modalidade de organização do capital.

Nesse sentido, a “polarização da riqueza” se faz *pari passu* à reprodução das injustiças ambientais e ao acirramento dos conflitos resultantes, de acordo com os ensinamentos de Zhouri (2007). Nesse cenário, as forças do mercado manifestas no discurso hegemônico das empresas e de alguns setores do Estado insistem em transformar o espaço e seus recursos em plena mercadoria, passível de apropriação privada para geração de riqueza destinada à exportação.

Por outro lado, tais forças chocam-se com as ações de resistência e ressignificação do local expressas no discurso dos moradores atingidos. O embate entre essas duas lógicas, contudo, resvala, muitas vezes, em episódios de confronto violento.

Mas, em oposição ao discurso hegemônico do desenvolvimento, a noção de justiça ambiental pretende superar a racionalidade meramente econômica, propondo uma noção de justiça que não compreende apenas a distribuição equânime das partes.

Nessa perspectiva, o conflito estabelecido pela implantação de barragens exemplifica a luta pela justiça ambiental, revelando-nos a disputa em torno da reapropriação social da natureza em sua busca pelo reconhecimento de projetos produtivos e sociais alternativos, incluindo os vários significados do que seja riqueza e desenvolvimento.

3.3. BARRAGENS: UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DA ATUALIDADE

3.3.1. CONCEITO, IMPORTÂNCIA E CLASSIFICAÇÃO

Sabe-se que as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes corresponde.

Nesta relação, entre o mundo social e sua base material é que o estudo em torno da questão ambiental tem encontrado dificuldades em caracterizar as especificidades dos conflitos ambientais, conforme preleciona Werneck (2010).

Assim, de acordo com o contexto, o campo ambiental se constitui em um espaço social de diferenciações, onde, segundo Oliveira (2004), são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no bojo das quais os atores sociais se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais e culturais.

Nesse processo de luta simbólica, os agentes comunitários lançam mão de diversas estratégias e práticas, procurando obter a aquiescência do ponto de vista do discurso autorizado, enquanto os mandatários do Estado detêm, muitas vezes, o monopólio da violência legítima.

Segundo Silva et.al. (2011), neste confronto entre significados e valores, as barragens surgiram em uma inter-relação em que os elementos poder e cultura são partes constitutivas.

Em decorrência da necessidade de se usufruir dos benefícios do uso múltiplo dos recursos hídricos para a população brasileira, as barragens não se operam apenas sobre o arcabouço econômico - político da sociedade, mas também na estrutura social e ambiental.

Foi assim que, historicamente, em nível mundial, as barragens foram implantadas, sendo as mais antigas de que se tem conhecimento as situadas no Egito, Médio Oriente e Índia. Na Índia, aparecem as barragens de aterro de perfil homogêneo com descarregadores de cheias para evitar acidentes provocados pelo galgamento das barragens, conforme afirma Brito et.al.(2011).

No Brasil, de acordo com Brito et al. (2011), as primeiras barragens foram construídas no Nordeste, a partir de 1987, para armazenar água, com o objetivo de minimizar as consequências da seca.

Cumprir mencionar que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) teve um papel importante na construção de açudes para irrigação, abastecimento de água das cidades e pequenos núcleos populacionais.

Essa política, que previa a formação de reservatórios no semiárido nordestino, teve como uma das principais finalidades a permanência do sertanejo no seu ambiente natural, amenizando os processos migratórios para a região sudeste do país.

Ressalta-se que, além da contribuição nos métodos construtivos das barragens, principalmente as de maciços de terra, houve um grande desenvolvimento nas áreas de hidrologia e meteorologia.

A antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), dirigida, à época, pelo economista Celso Furtado, na década de 1960, implantou um plano de desenvolvimento regional embasado em estudos dos recursos naturais, envolvendo mapeamentos pedológicos, águas de superfície e subterrânea, climatologia, hidrologia, piscicultura, entre outras ciências que serviram de suporte para projetos de irrigação e construção de barragens.

Dessa forma, percebe-se que as barragens, desde o início da história da humanidade, foram consideradas fundamentais ao desenvolvimento econômico. A sua construção era defendida sob o principal argumento da escassez de água no período seco e a conseqüente necessidade de armazenamento desta.

Convém mencionar que, conceitualmente, uma barragem, açude ou represa constituem-se como barreira artificial, feita em cursos de águas para a retenção de grandes quantidades de água⁵.

A Lei Federal sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010) define barragem como “qualquer estrutura em um curso permanente ou temporário de água para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e estruturas associadas”.

Para Germani (2003), as barragens são feitas de forma a acumularem o máximo de água possível, tanto através da chuva como também pela captação da água caudal do rio existente na região. Faz-se a barragem unindo as duas margens, aprisionando a água na albufeira (represa artificial das águas correntes ou pluviais, para irrigação).

As barragens são muito importantes para o mundo moderno, pois são elas que permitem que haja água potável canalizada nas grandes metrópoles. Contudo, toda a zona onde a barragem e a sua albufeira se encontram e, também, a área circundante, nomeadamente a jusante, por onde o rio passava são, de alguma forma, afetadas.

Ressalta-se que a construção de uma barragem tem sempre de passar por quatro etapas fundamentais: o projeto, a construção, a exploração e a observação. No projeto, é determinado, após estudos no local e estudos relativos à rentabilidade da barragem, o tipo de barragem a construir, segundo Moraes (1996).

Dessa forma, podemos dividi-las em dois grupos essenciais relativamente ao material de que são constituídas: barragem de betão (feitas em vales apertados e por material grande resistência) e barragem de aterro (uma barreira de terra e/ou rocha, que funciona de modo a reter a água).

Segundo o Art. 7º da Lei nº 12.334/2010 (Lei Federal sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens), as barragens são classificadas pelos agentes fiscalizadores, por categoria de risco e por dano potencial associado.⁶

⁵ Conceito retirado do site da Andrabia. Acesso em 23 de fevereiro de 2015.

⁶ “art.7º. As barragens serão classificadas pelos agentes fiscalizadores, por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).”

Ademais, acrescenta que a classificação por categoria de risco pode ser em alto, médio ou baixo risco, em função de: a) das características técnicas; b) do estado de conservação; c) do plano de segurança da barragem. Já a classificação por categoria de dano potencial associado à barragem pode também ser em alto, médio ou baixo, em razão da: a) potencial de perdas de vidas humanas, b) impactos econômicos, sociais e ambientais.

Assim, antes de se construir uma barragem, é necessário que se faça estudos sobre o impacto ambiental na região, uma vez que a barragem deixa passar um caudal ecológico que tem como função preservar os ecossistemas já existentes no rio e respectivas margens, de acordo com as lições de Moraes (1994).

Entretanto, dentre um universo de grandes vantagens, as barragens também possuem grandes desvantagens como a ocupação de uma longa extensão de terras habitáveis, fazendo com que muitas pessoas sejam desalojadas, tribos indígenas, fauna e flora sejam completamente dizimadas. Por essa razão, deve haver a discussão sobre a real necessidade dessas barragens, inter-relacionando-a com as questões sociais e ambientais.

3.3.2. POLÍTICA DE BARRAGENS NO BRASIL

O setor elétrico brasileiro tem sofrido ajustes significativos nos anos recentes, visando, principalmente, o aumento do investimento privado. Segundo Rios (2005), o governo vem divulgando vários projetos voltados supostamente para um progresso sustentável.

No entanto, observa-se que este progresso se faz, muitas vezes, à custa do uso irracional de recursos naturais, o que pode gerar impactos significativos no meio biofísico. Em razão disso, ao mesmo tempo em que as pressões sobre recursos naturais aumentam, a busca por um desenvolvimento sustentável também demanda compromisso do Brasil com regulações, políticas e instrumentos de gestão ambiental internacionalmente estabelecidos, como é o caso dos procedimentos de licenciamento ambiental.

Neste contexto, surgem as implantações dos grandes números de barragens e hidrelétricas, em especial, desde a última década do século XIX.

No que tange as barragens, verificam-se, com o desenvolvimento da história, que as secas no Nordeste e o desenvolvimento do país foram os fatores determinantes para as suas implantações e o seu crescimento e desenvolvimento no Brasil.

Segundo Vainer (2008), durante as décadas de 60 e 70, as barragens e outros projetos de grande escala tiveram impactos adversos sobre recursos naturais, ecossistemas, meio de subsistência e estilo de vida de pessoas nas comunidades rurais no Brasil.

No final da década de 70 e início de 80, a mobilização popular, formada pelos diretamente ou indiretamente atingidos pela construção das barragens, obteve apoio de partidos políticos, de organizações civis, cujo fortalecimento da ação foi fundamental para superar injustiças constituídas pela represa.

Nesse período, os impactos socioambientais das barragens se tornaram tão graves que provocaram confrontações do setor elétrico com populações locais atingidas por elas, alguns dos quais se organizaram em nível regional.

No final da década de 1980, movimentos regionais de atingidos por barragens se articularam para formar um movimento nacional – o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, conforme preleciona Silva et.al.(2001).

No entanto, foi a partir da crise da dívida, em 1982, que o governo brasileiro ficou sujeito aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e suas políticas de ajuste estrutural, sendo o projeto nacional desenvolvimentista substituído pelas políticas neoliberais de austeridade fiscal, desregulamentação e privatização.

Nesse contexto, a privatização do setor hidrelétrico no Brasil, na década de 1990, facilitou a formação de consórcios de empresas privadas e uma nova e maior fase de projetos de barragens, muitos classificados como Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCH's.

Todavia, o que se vem observando, desde o final da década de 1990, é que os impactos provocados pela construção de barragens no país vêm prejudicando comunidades, o que tem como consequência novos processos de tomada de decisão, mais participativos, que visem reduzir os conflitos socioambientais.

No Brasil, observa-se que, a partir do ano de 2007, o Governo Federal, junto a governos estaduais, anunciou a construção de grandes barragens e de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's).

O Plano de Aceleração de Crescimento – PAC – cuja estratégia desenvolvimentista justifica uma política de aceleração de crescimento econômico, nos últimos anos, possui como um dos principais entraves a legislação ambiental por meio do processo de licenciamento, que vem impedindo a aprovação rápida dos projetos de barragens.

Em contrapartida, pesquisadores e ativistas chamavam a atenção para o fato de que esse modelo não priorizava o desenvolvimento regional, mas ameaçava avanços e conquistas dos ambientalistas e do Movimento dos Atingidos por Barragens, no tocante à participação dos atingidos no processo de licenciamento ambiental dos projetos de hidrelétricas, de acordo com Silva et.al.(2001).

São muitas as consequências geradas pela construção das barragens que vêm sendo abordadas em vários estudos e documentos, assim como em relatórios de Comissões oriundas do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Humana.

3.4. O MOVIMENTO SOCIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

3.4.1. FORMAÇÃO

No final da década de 1960, nos países europeus, e uma década depois, nos países da América Latina, sob a ditadura militar, houve uma retomada das manifestações populares em busca de uma maior participação da sociedade civil na definição dos rumos a serem seguidos pelos seus países, como preleciona Vainer (2008).

É nesse enfoque que, no final dos anos de 1970, no Brasil, vão surgir organizações de atingidos por barragens. Essas organizações passaram a fazer frente ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Federal, que necessitava de grande consumo de energia e que via na construção de grandes usinas hidrelétricas – UHE e barragens a forma de suprir esta energia.

Assim, é na década de 1980, apesar de ser considerada como uma década perdida pelos economistas, que os movimentos sociais adquirem avanços organizativos, conquistas e, também, de alguma forma, instabilidades.

Vários movimentos sociais vão se formar, ligados a diferentes setores sociais que, juntos, vão dar origem a um ciclo de protesto, que gerará uma sinergia na sociedade, criando a perspectiva de que uma nova realidade social seria gerada, assentada numa sociedade com equidade social e ambientalmente sustentável.

Para se chegar a esta consolidação do movimento social, cumpre mencionar, sob a ótica de Foschiera (2009), que houve três momentos político-educativos⁷ distintos, que influenciaram a definição das estratégias do atingidos por barragens em suas organizações nas décadas de 1980 e 1990, fortalecendo a estrutura do seu movimento social, a saber: sob a orientação da Igreja Progressista, pela atuação das escolas sindicais e pela formação técnica.

No primeiro momento (1978 a 1986), destacaram-se setores progressistas da igreja, ligados à Teologia da Libertação (Comissão Pastoral da Terra e Pastoral da Juventude), desenvolvendo iniciativas na formação de lideranças e de organização das comunidades rurais. Buscava-se introduzir mudanças na visão conservadora das estruturas sociais arraigadas entre os agricultores.

É a igreja popular, que, com a sua ação libertadora, passa a redefinir, com maior clareza, os limites entre o político e o religioso, valorizando o potencial libertador do universo simbólico popular, enfatizando a justiça social.

Para Foschiera (2000), se, por um lado, a igreja popular contribuiu para a organização dos atingidos por barragens, por outro, discutir a ameaça da construção de barragens serviu, muitas vezes, como porta de entrada para a mesma igreja popular adentrar nas comunidades.

Simultaneamente à organização dos atingidos por barragens, de forma imbricada, foram se formando oposições sindicais e comissões provisórias de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), pastorais rurais, grupos de mulheres, entre outros.

A Igreja, dentro da perspectiva da Teologia da Libertação, foi um centro de formação de várias lideranças, que, por sua vez, foram sendo responsáveis pela formação de vários movimentos sociais.

⁷ Existem duas versões de política educacional: a linha platônica, com a política educacional tecnocrática, e, a vertente aristotélica, com a política educacional municipalizante. Na vertente platônica, aqueles que elaboram a política educacional são representantes do Estado – um pequeno grupo de pessoas que também desenvolve a atividade normativa sobre o sistema de ensino público, sem, contudo, ser responsável pelo fornecimento do ensino. A política educacional municipalizante assegura recursos públicos desvinculados de posições político-partidárias e pressupõe participação, controle e comprometimento por parte da comunidade com o motivo educacional.

O segundo momento (1986 a 1989) é marcado pelas escolas sindicais, que redirecionaram os rumos e estruturas organizativas dos movimentos rurais. Destaca-se, a partir de então, o surgimento de novas instituições capazes de assumir o papel político educativo, bem como a perda de espaços da igreja progressista e popular pela igreja com posições mais conservadoras⁸, que usa vários termos básicos da Teologia da Libertação, porém, despolitizados.

Com o passar do tempo, surge à necessidade de uma formação continuada e com objetivos mais estratégicos. Nasce, então, as escolas sindicais, que tinham como público alvo lideranças que já participavam de movimentos.

A proposta maior das escolas sindicais era a transformação da sociedade capitalista em socialista. Dessa maneira, “acreditava-se no salto imediato dos regimes de grupos (corporativismo) ao regime de igualdade, pela tomada de poder do Estado em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal)” (MORAES, 1994, p.169).

O terceiro momento (anos 1990) é marcado pela “formação técnica” e caracteriza-se pela preocupação com as demandas imediatas e específicas dos movimentos, colocando “a organização em torno das questões do cotidiano no centro da construção de um projeto político” (MORAES, 1994, p.192).

As escolas sindicais acabam sendo encampadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e passam a ter como público alvo os dirigentes sindicais municipais, no intuito de ampliar o horizonte de compreensão do mundo para além das escalas local e regional, chegando à global.

Surge a necessidade de se trabalhar com questões econômicas do cotidiano e adotar políticas de alianças. A formação passa a ter um perfil de capacitação profissional, subsidiando seus participantes com informações técnicas (custos, gastos, margem de lucro) para que, no momento de negociar, consigam enfrentar o “outro lado” com clareza política e ideológica.

3.4.2. DEFINIÇÃO DE ATINGIDOS

⁸ Igreja com proposta mais contemplativa, voltada a um mundo espiritualizado, para o qual o mais importante é a salvação da alma.

A luta pela terra foi o primeiro eixo contestatório do Movimento dos Atingidos por Barragem, pois a construção da barragem significava, logo no primeiro momento, a perda da terra de trabalho e de moradia, a remoção compulsória dos agricultores de suas áreas de produção, que, ao mesmo tempo, eram as áreas que apresentavam outras dimensões da vida, como a social, a política e a cultural, segundo Germani (2003).

As ideias de indenizações justas ou da troca de terra por terra vão demonstrar essa questão. A terra era o elemento agregador dos atingidos, envolvendo tanto os proprietários como os não proprietários, mas que viviam “dos frutos” da mesma; abarcava os mais variados tamanhos de propriedades e posses; e as distintas formas de produção, independentemente da maior ou menor relação com o mercado ou com maior ou menor grau tecnológico.

Na verdade, os impactos sociais e ambientais decorrentes da implantação das barragens, devido à possibilidade de perda da terra que a população utilizava para sua sobrevivência, impulsionaram a formação de um grupo único a ser identificado como atingido. Algumas outras denominações, como expropriados, deslocados, inundados, alagados, afogados, afetados, atingidos, meio atingidos, atingidos diretos e atingidos indiretos, também os caracterizam, segundo Brito et.al.(2011).

O que se observa é que, para as populações atingidas, estas represas impactam a sobrevivência econômica e o seu modo de vida, provocando a ruptura das relações sociais comunitárias, entre outras transformações cujo deslocamento compulsório é a situação mais evidente, mas não a única. Daí surge a necessidade de se conceituar os atingidos por barragens, que parece ser tão natural. Sem esquecer, principalmente, aquelas pessoas atingidas que são envolvidas com movimentos sociais, cujo conceito vem sendo remodelado ao longo dos tempos e em diferentes espaços.

A ação dos atingidos e o aprendizado que estes vêm adquirindo nesta prática, num constante movimento transformador de suas realidades vão transformando-os, enquanto tais, e fazem com que o conceito que os explica também seja reestruturado.

Assim, o conceito de atingido aplicado a cada barragem é geralmente cunhado no conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento, segundo Foschiera (2009), e no conhecimento/reconhecimento, pelos atingidos, de direitos que extrapolam a legalidade e questionam o projeto de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática.

Ao se definir quem é atingido está se delimitando a área e as pessoas impactadas pelo empreendimento, e, ao mesmo tempo, delimitando-se o território de luta entre os grupos conflitantes.

Já para os empreendedores, o importante é ter um conceito que limite ao mínimo a área e o número de pessoas atingidas, enquanto que, para o Movimento dos Atingidos por Barragem, o objetivo é inverso.

Vainer (2008) apresenta uma série de conceitos de atingido, que foram sendo delimitados, nos últimos tempos, pelo setor elétrico, por órgãos de financiamentos, no meio acadêmico e outros, apontando um determinado reconhecimento de demandas feitas pelos atingidos, deixando, porém, a desejar, no momento de colocá-los em prática.

Ainda segundo Vainer (2008), uma primeira conceituação de atingido foi dada pelos empreendedores - Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e suas subsidiárias, ao elaborarem seus primeiros projetos hidrelétricos, e estava voltada para uma “concepção territorial-patrimonialista”.

A perspectiva é a ação do empreendedor, que é o elemento central na discussão, e entende-se como atingido o proprietário da terra necessária para a implantação do empreendimento que tenha documentação sobre a mesma.

A área de abrangência do empreendimento passa a ser entendida como de interesse público, e o responsável pela obra tem meios de fazer a desocupação da mesma, devendo indenizar quem se encontra com documentação legalizada perante as exigências do Estado.

Nessa situação, não se reconhecem problemas sociais e ambientais, pois o que está envolvido é uma situação indenizatória, ligada à questão patrimonial e fundiária. Os encaminhamentos destes assuntos costumam ficar a cargo do Departamento de Patrimônio Imobiliário da empresa.

O termo central deste debate é o direito de propriedade, tanto dos impactados como de quem recebe autorização para implantar o empreendimento.

Dessa forma, o conceito de atingido numa perspectiva social é negado, predominando o direito à desapropriação. A população é vista como mais um obstáculo a ser removido, numa perspectiva não muito diferente a da remoção da fauna e da flora⁹.

Uma segunda conceituação, também centralizada no empreendedor, porém levando em conta algumas demandas colocadas pelos atingidos¹⁰, é a “concepção hídrica”, na qual atingido é aquele que se encontra na área a ser inundada, abarcando tanto proprietários como não proprietários - parceiros, meeiros, ocupantes - que serão obrigados a migrar em função do empreendimento.

Esta concepção aparece como uma pequena ampliação da abordagem territorial-patrimonialista, mas continua a não perceber impactos do empreendimento nas populações, que não são forçadas a migrar, devido à formação do reservatório.

Aqui também se destaca o direito do empreendedor frente à população impactada. O impacto reconhecido é o impacto econômico, não se considerando as mudanças ambientais, políticas, sociais, psicológicas e culturais que ocorrerão.

No Brasil, a implantação de grandes empreendimentos operou com o que se pode chamar de abordagem ou estratégia territorial-patrimonialista, cuja perspectiva e ação do empreendedor são determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área, sem reconhecer a existência de qualquer impacto social ou ambiental, mas valorizando o caráter indenizatório.

A concepção hídrica circunscreve espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório ou reassentado involuntário.

⁹ Nesta abordagem, segundo Vainer (2008) o tratamento dado à população que mora na área da obra fica explícito nas palavras de um senhor que trabalhou na construção da hidrelétrica de Itaipu e, atualmente, está trabalhando em outra barragem. Numa conversa informal, ele reproduziu a fala de um dos diretores responsáveis pela remoção das famílias da área a ser inundada pela barragem de Itaipu, que lhe disse: “o importante é fazer a barragem e represar a água, pois depois que a água começar a ocupar as margens do rio a macacada [atingidos] pula fora por conta”

¹⁰ Incluía, como atingido a ser indenizado, aquele que não tinha documento sobre a área da qual tirava seu sustento.

Como afirma Vainer (2008), a concepção hídrica não é senão uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista, uma vez que continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área a ser ocupada pelo projeto e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor.

Compreende-se que as concepções abordadas pelo autor vão, na verdade, atender aos interesses dos atores hegemônicos da relação de conflitos que se estabelece nos grandes projetos de investimentos e que é preciso superá-las.

Convém ressaltar que vários são os grupos sociais cuja concepção e vivência do espaço envolvem outros valores que os simplesmente materiais/econômico-monetários.

Outro conceito apresentado por Vainer (2008) é o de “atingido comunidade”, destacando a inserção dos atingidos na comunidade onde residem, formando uma rede de sociabilidade.

Nesse sentido, é preciso lembrar que, no momento em que um número considerável de famílias é obrigado a migrar, ocorrem perdas significativas na estrutura social das mesmas, chegando a inviabilizar a existência da comunidade. As famílias que não se encontram na Área Diretamente Afetada (ADA) deveriam ter o direito de optar por migrarem junto com as demais famílias da comunidade para o reassentamento, no qual poderiam ser mantidos os laços comunitários existentes, ou deveriam ser pensadas formas de mitigar estas perdas comunitárias.

Portanto, na prática, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada¹¹, até pouco tempo, não havia qualquer definição legal sobre o conceito de atingidos por barragem. Historicamente, pelo menos desde o período de redemocratização, a partir dos anos de 1980, o conceito de atingido é definido caso a caso, em uma relação de interesses da empresa construtora da barragem e dos atingidos por ela.

Do ponto de vista das construtoras, são passíveis de reparação nas áreas atingidas os detentores de benfeitorias e proprietários de terra com título de propriedade devidamente regularizado e que estiverem dentro da área alagada.

¹¹ www.ipea.gov.br

Do ponto de vista dos alagados, as áreas atingidas por barragens vão além do espaço alagado, mas atingem todos que sofreram modificações nas suas condições de vida como consequência da construção deste empreendimento.

No Brasil, no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010¹², sob uma concepção hídrica, observa-se que um houve um pequeno avanço, ainda que parcial, para a definição deste conceito, como se pode observar no seu art. 2º:

(...) Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos: I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento; II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido; III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento; V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento; VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações (...).

O Decreto avançou, ao reconhecer como atingidos todos os indivíduos, famílias, grupos sociais e populações que sofrem modificações nas condições de vida como consequência da implantação das barragens, assim como aqueles que mantenham vínculo de dependência com a terra e/ou com o rio, deles necessitando para sua reprodução física e cultural.

Vale ressaltar que a Comissão Mundial de Barragens¹³ e a Internacional Financial Corporation (IFC - 2001)¹⁴ defendem a inovação conceitual de atingidos por barragem para a noção de pessoas economicamente deslocadas.

¹² Este Decreto instituiu o Cadastro Socioeconômico – identificação, qualificação e registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

¹³ Comissão formada pelo Banco Mundial, empresas e organizações não-governamentais.

¹⁴ A International Financial Corporation constitui o setor privado do Grupo Banco Mundial

No entanto, a Comissão Mundial de Barragens amplia a concepção de deslocados e, consequentemente, de atingidos não só observando o deslocamento dos grupos sociais de forma física e econômica defendida pela IFC (2001), mas também o deslocamento dos modos de vida:

Deslocamento é definido aqui englobando tanto o deslocamento físico quanto o deslocamento dos modos de vida. Em sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório ou do projeto. Isso ocorre não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infra-estrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e a alteração do ecossistema dos rios- seja a jusante ou a montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, isso frequentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida (...) Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. Assim, o termo atingido, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000, p.102 apud VAINER, 2008).

Como Foschiera (2009) preleciona, por modificar as estruturas socioeconômicas pré-estabelecidas, é preciso aprofundar a discussões e propor resoluções entre os sujeitos envolvidos no conflito que se instala, sendo que o Estado, representado pelas agências estatais, não pode se furtar do papel de mediador e representante do grupo social atingido.

Dessa forma, independentemente da concepção defendida, deve-se estar ciente de que os atores envolvidos no processo de implantação de barragens, que vão desde os atingidos, trabalhadores que usavam as terras, comerciantes locais, governantes e a empresa envolvida, têm diferentes percepções sobre este empreendimento.

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1. LOCALIZAÇÃO

a) Barragem de Acauã

O açude Argemiro de Figueiredo, popularmente denominado de barragem de Acauã, localiza-se na bacia hidrográfica do médio Paraíba, entre os municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba e, mais especificamente, em Salgado de São Félix, no Estado da Paraíba.

Segundo informa o Relatório da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Humano (2013), o empreendimento remonta aos anos 1980 sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), todavia, a fase final das mesmas foi realizada pela construtora OAS. As obras se iniciaram em 14 de junho de 1999 e a conclusão da construção física da estrutura do barramento ocorreu em agosto de 2002.

A Barragem de Acauã foi projetada para acumular a capacidade de 253.000.000m³ de água, enquadrando-se na categoria das barragens de grande porte. Na época de sua inauguração possuía apenas 5% de sua capacidade de acumulação, ocupando uma bacia hidráulica de 1.725 hectares. Mesmo assim, provocou o deslocamento de 900 famílias, aproximadamente cinco mil pessoas, que viviam às margens do rio Paraíba.

Construída com o objetivo de fortalecer o abastecimento de água nos municípios da região, em especial a cidade de Campina Grande, Acauã é a segunda maior barragem do Estado. Ela também destinou-se a atender o abastecimento de algumas cidades circunvizinhas, como Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras, Fagundes e Gado Bravo, conforme informa Neto et al.(2012).

Ademais, previu-se o fornecimento de água para o desenvolvimento de atividades de irrigação nas áreas próximas aos rios Paraíba e Paraibinha, a criação do pólo pesqueiro, bem como o controle das enchentes do Baixo Paraíba, ou seja, as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo.

b) A comunidade de Aguapaba

O distrito de Aguapaba fica localizado no município de Natuba, que é conhecido como a terra da uva e da banana. É um município paraibano localizado na microrregião de Umbuzeiro.

Sua população em 2012 foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 10.278 habitantes, distribuídos em 192 km² de área.

O município de Natuba limita-se a norte com Itatuba (Paraíba), leste com Mogeiro, Salgado de São Félix (Paraíba), Macaparana e São Vicente Ferrer (Pernambuco), ao sul com Machados (Pernambuco) e oeste com Aroeiras (Paraíba). A distância da capital João Pessoa é de 243 km e de Campina Grande é de cerca de 90,1 Km (figura 1).

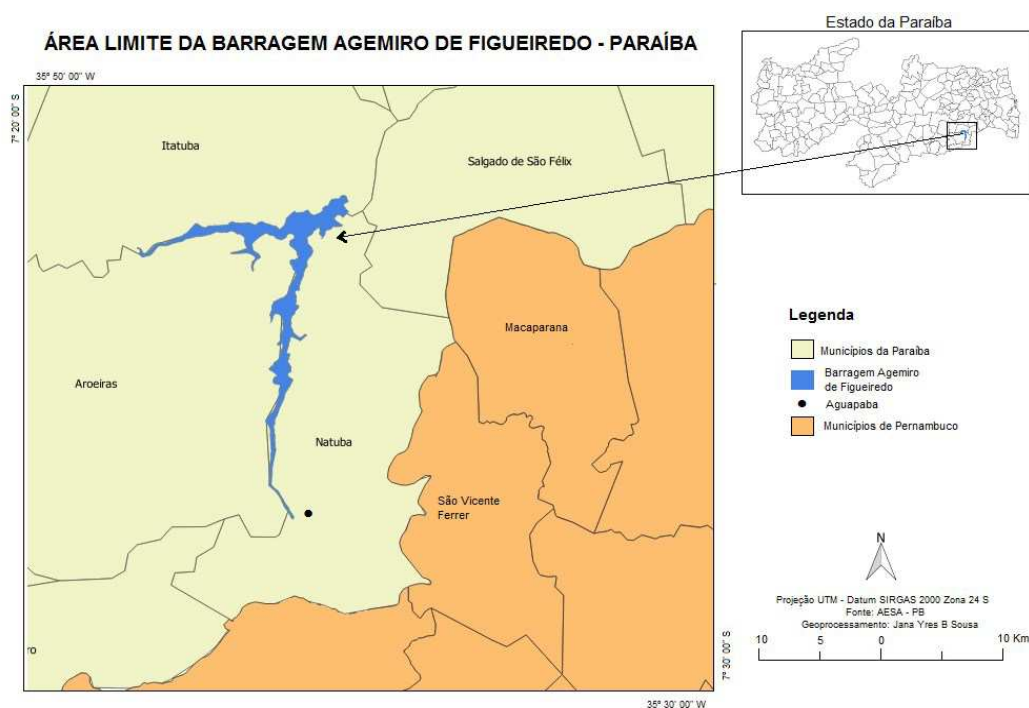


Figura 01. Mapa limitrofe do município de Natuba utilizando o software QGIS 2.10, por Jana Yres Barbosa de Sousa, 2015.

A comunidade de Aguapaba já foi denominada de Pirauá e dista aproximadamente 60 km da sede do município. Situada na zona rural do referido município, tem o acesso a ela por Aroeiras, em estrada de terra, descendo morros e atravessando o Rio Paraíba, ou pelo próprio

município de Natuba, em estrada vicinal. O primeiro acesso ocorre de maneira mais rápida, em torno de 1:00 h, enquanto o segundo dura aproximadamente 1h e 30 min.

Aguapaba é um distrito de Natuba, com quarenta e dois moradores, que tem um rendimento médio de R\$ 138,15 (cento e trinta e oito reais e quinze centavos), renda esta, proveniente do Programa Social Bolsa Família, sendo, muitas vezes, complementada pelo pequeno comércio em feiras livres.

Comunidade com quatorze domicílios no total, sendo onze domicílios particulares, possui três estabelecimentos, um educacional e outros dois com outras finalidades, comercial ou religiosa (Informações Brasil, 2014).

Em 2004, dois anos após o término da obra de Acauã, em decorrência de fortes chuvas, a barragem, em dez dias, encheu ao nível máximo do reservatório, causando enormes desconfortos para os moradores que não sabiam que a área seria alagada.

4.2. PESQUISA

Parte do referencial teórico-documental desta dissertação tem como base a documentação constante da assessoria do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Acauã entregue à Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 2006 e em 2012.

Essa documentação é composta por diversos ofícios escritos no primeiro semestre de 2002 pelos moradores das comunidades diretamente atingidas pela construção da obra: Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó, e entregues aos órgãos governamentais competentes, buscando solucionar a precariedade existente nas comunidades oriundas do empreendimento e cumprimento dos acordos previamente estabelecidos com o Governo.

Esta dissertação utiliza-se de uma metodologia qualitativa que é largamente utilizada em pesquisas em ciências sociais (YIN, 2001), inclusive em pesquisa organizacional, com método a ser utilizado, principalmente, pela possibilidade de aprofundamento no estudo dos processos observados.

Segundo Neves (1996), o foco de interesse da pesquisa qualitativa é ampla e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

Essa pesquisa caracteriza-se, portanto, como pesquisa aplicada com caráter qualitativo, pois alguns fatos, como o sentimento expresso pelos moradores da comunidade em estudo, não podem ser traduzidos apenas por números.

O alcance dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa estabeleceu-se em etapas investigatório-exploratórias, por meio de estudo de caso e pesquisa de campo, de maneira ampla e detalhada, para a aquisição de dados e informações relevantes referentes a um período predeterminado, bem como por meio de pesquisa bibliográfica em livros, revistas científicas, de registro fotográfico, de uma abordagem presencial através de entrevistas com questionário semiestruturado e de consultas à rede mundial de computadores.

De acordo com Eisenhardt (1989), o estudo de caso constitui-se como uma estratégia de pesquisa que se concentra na compreensão dos fatos presentes em cenários únicos, combinando métodos de coleta e análise de documentos, entrevistas, questionários e observações, podendo a evidência dos resultados ser quantitativa, qualitativa ou ambas.

Hartley (1994), por sua vez, entende que o estudo de caso consiste em uma investigação detalhada, com a coleta de informações de um ou mais grupos, com a visão de conseguir analisar o contexto e os processos envolvidos no fenômeno de estudo.

Assim, procurou-se com a metodologia adotada construir um diagnóstico dos impactos e dos agravos aos direitos humanos na comunidade de Aguapaba, resultante da construção da Barragem de Acauã, além de refletir sobre a trajetória das famílias das outras comunidades que foram reassentadas dentro de um contexto caracterizado por um processo de transformação compulsória na sociedade.

Nesse sentido, prezando por um rigor necessário para validação da pesquisa e visando à produção de uma análise que responda ao objetivo proposto, a presente metodologia procurou manter alguns cuidados para que se possa garantir a fidedignidade dos resultados.

Esses cuidados envolvem a elaboração de uma entrevista padronizada e objetiva, com roteiro prévio, conceitos claros, ao mesmo tempo em que demandam um rigoroso

planejamento para sua execução, exigindo atenção e cuidado na coleta de dados, habilidade de expressão escrita, bem como sensibilidade e compromisso frente à realidade a ser pesquisada.

Assim que os dados foram sendo coletados, já foi possível iniciar sua sistematização e análise, que subsidiaram a dissertação com o diagnóstico. Os roteiros de cada um destes produtos, como proposto nesta metodologia, bem como a discussão dos resultados preliminares com a comunidade organizam o processo de análise dos dados e a construção das conclusões.

Para guiar este estudo, foram formulados alguns questionamentos a partir da observação realizada da compilação de documentos, dos trabalhos de assessoria e acadêmicos do seguimento da UFCG, em conjunto com os moradores dos povoados de Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó, encaminhados aos órgãos governamentais competentes.

Estabeleceu-se ainda a necessidade de se entrevistar o coordenador do MAB na Paraíba, Sr. Oswaldo Bernardo da Silva e alguns moradores da comunidade de Aguapaba, bem como desenvolver visita para registro fotográfico e criar envolvimento com o contexto de estudo, para melhor elaborar o senso crítico.

Dessa forma, o papel desta dissertação foi analisar a violação dos direitos humanos fundamentais dos moradores da comunidade Aguapaba e os impactos socioambientais provenientes da construção da barragem de Acauã, fazendo para tanto um breve levantamento histórico acerca dos próprios direitos humanos, da implantação e importância das barragens e definição dos atingidos (Anexo I)

Para compreender os resultados obtidos nesta dissertação e para que os objetivos almejados fossem atingidos, a análise dos dados ocorreu em três etapas.

Primeiramente, foi realizado um estudo e discussão sobre os documentos constantes na compilação organizada pelo Prof. Dr. Fernando Garcia. Trata-se de acervo construído ao longo dos dez anos da trajetória da construção da Barragem de Acauã, a partir da visão da comunidade atingida e da assessoria técnica da UFCG aos atingidos. Além de documentação escrita, há registro em multimeios, como o vídeo da reunião que ocorreu em Aguapaba, no dia 27 de maio de 2013. Essa primeira etapa ocorreu entre os meses de julho de 2013 e janeiro de 2014 (Anexo I).

Nesse momento, deu-se início a revisão bibliográfica sobre os itens tratados nesta dissertação, que inclui trabalhos acadêmicos e bibliografias de um modo geral, procurando sempre ressaltar a importância e a história das barragens, direitos fundamentais e a localidade em questão, Acauã, no geral, e impactos, sejam eles humanos, ambientais, culturais, sociais e econômicos, sofridos pela comunidade de Aguapaba, em particular.

Em seguida, na segunda etapa, procedeu-se a um levantamento geral sobre as perdas e ganhos com a construção da Barragem de Acauã, através de entrevista, no dia 23 de setembro de 2014, com a liderança local do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB - Sr. Oswaldo Bernardo da Silva. Esse movimento foi implantado na Paraíba a partir da necessidade da população juntamente com a participação de membros da Universidade Federal de Campina Grande (Apêndice I).

Finalmente, a terceira etapa realizou-se em 30 de setembro de 2014, por meio de entrevista com 13 (treze) moradores da comunidade de Aguapaba, bem como do registro fotográfico do lugar. Foi observado um pouco dos costumes e cenas do cotidiano da comunidade em estudo, que enriqueceram as informações já trazidas pelo vídeo e pelos documentos mencionados (Apêndice II).

Do ponto de vista pedagógico, pode-se classificar o material de estudo consultado pela autora em privado e público.

Deixa-se claro que o que se está chamando de documentação privada são aquelas fontes produzidas ao nível das vidas individuais das pessoas: os relatos de viagem, os diários pessoais, correspondências entre particulares (sejam indivíduos ilustres, ou não).

Existe documentação oficial ou pública de todos os tipos: desde aquelas que oferecem dados massivos sobre uma sociedade, como os inventários e registros fiscais, censitários, testamentários, cartoriais e paroquiais, até aquelas mais pontuais, referentes a situações específicas, como os documentos presentes na compilação.

O que aqui se propõe estudar, a partir dessas etapas, não é certamente a história dos grandes homens, ou mesmo a história política dos grandes estados e das instituições, mas sim a história e a relação da “luta de classes”, isto é, das relações entre os diversos grupos sociais

presentes em uma sociedade, particularmente as situações de conflito entre o Estado e a comunidade de Aguapaba, devido à construção da Barragem de Acauã.

Segundo Barros (2005), essa linha de pesquisa adequa-se à denominada História Social, cujos traços centrais referem-se ao intenso diálogo com todas as Ciências Sociais, o que tem permitido precisamente maior amplitude de objetos e o tratamento de uma maior variedade de tipos de fontes, a partir de metodologias de diversificados campos do saber, como a Sociologia, o Direito, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica.

4.3. QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Cumprе ressaltar que lideranças e moradores foram entrevistados e, para tanto, um formulário foi elaborado (Apêndice I, II), constante de cinco tópicos e trinta questões.

A primeira entrevista, realizada com o coordenador do MAB, consistiu de um questionário estruturado de trinta perguntas, divididas em cinco blocos: I) Identificação; II) Início da Luta; III) Sobre a Barragem; IV) Benefícios recebidos pela comunidade; V) Relação com o Movimento dos Atingidos por Barragem (e perguntas extras que surgiram no decorrer da entrevista).

Em seguida, foi realizada entrevista com os moradores de Aguapaba, a qual foi estruturada de vinte e nove perguntas em seis blocos, com as seguintes denominações: I) Identificação pessoal; II) Identificação do domicílio; III) Transporte e políticas sociais; IV) Barragem; V) Produção e terra; e VI) Considerações finais de cada membro.

Nesse sentido, prezando por um rigor necessário para validação da pesquisa e visando à produção de uma análise que responda ao objetivo proposto, a presente metodologia procurou manter alguns cuidados para que se possa garantir a fidedignidade dos resultados.

Esses cuidados envolvem a elaboração de uma entrevista padronizada e objetiva, com roteiro prévio, conceitos claros, ao mesmo tempo que demandam um rigoroso planejamento para execução da pesquisa, exigindo atenção e cuidado na coleta de dados, habilidade de expressão escrita, bem como sensibilidade e compromisso frente à realidade a ser pesquisada.

Assim que os dados forem sendo coletados, já foi possível iniciar sua sistematização e análise, procedimentos que subsidiaram a dissertação com o diagnóstico. Os roteiros de cada um destes produtos, como proposto nesta metodologia, bem como a discussão dos resultados preliminares com a comunidade, organizam o processo de análise dos dados e a construção das conclusões.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. DA ANÁLISE

5.1.1. DOS TEXTOS E VÍDEO

Concomitantemente ao curso das disciplinas do Mestrado, foram realizados encontros de estudo e discussão semanais, entre os meses de julho do ano de 2013 e janeiro do ano de 2014, com o Prof. Dr. Fernando Garcia, coordenador do *Projeto de Extensão Universidades Cidadãs* da Universidade Federal de Campina Grande e que integra o grupo de trabalho formado pelo Governador da Paraíba no ano de 2014 (Anexo I).

Tais encontros foram cruciais para a construção do conhecimento acerca da barragem de Acauã, sobretudo Agupaba, uma vez que houve orientações e estudo sobre a documentação constante na compilação organizada pela assessoria ao Movimento dos Atingidos pela Barragem de Acauã e entregue à Comissão Especial de Direitos Humanos no ano de 2006.

Convém mencionar que ocorreram nos encontros leitura da bibliografia e discussões sobre barragens, manifestação popular e direitos humanos fundamentais. Complementando, o Prof. Dr. Fernando Garcia cedeu um vídeo da audiência pública realizada em 27 de maio de 2013 na comunidade de Agupaba, o qual elucidou dúvidas pertinentes sobre o assunto (Anexo I/III).

De início, com a leitura da compilação de documentos (2002), pode-se ressaltar, diante dos dados, que, no início da construção e logo após a inauguração, reinou certa tranquilidade na região da barragem de Acauã, uma vez que o EIA/RIMA apresentado previa dez anos para que ocorresse a cota de sangria.

Porém, no ano de 2004, as águas da barragem atingiram sua total capacidade, com apenas dois anos após sua inauguração, inundando por completo as comunidades ribeirinhas.

Ressalta-se que sua construção atingiu seis comunidades rurais localizadas nos referidos municípios – Cajá, Melancia, Costa, Pedro Velho, Riachão, Agupaba - causando transtornos e prejuízos para os moradores das comunidades, seja de forma direta ou indireta.

Aguapaba foi atingida indiretamente pelas águas do manancial, ficando completamente submersa. Alguns de seus moradores foram abrigados em um grupo escolar e, em seguida, relocados para casas construídas pelo Poder Municipal especificamente para atendê-los.

Como explica LINS (apud Neto, et.al.2012), todo empreendimento do porte de Acauã provoca problemas de ordem social, política e econômica. Estes contrastes estruturaram a base das denúncias que o Movimento dos Atingidos por Barragem apresentou à Comissão Especial de Direitos Humanos em 2006 e 2013, quando esteve presente nas comunidades, cujos relatos, de acordo com os relatórios apresentados pelas Comissões, resumem-se nos seguintes fatos: déficit habitacional em relação à quantidade de famílias deslocadas; escolas inexistentes ou com funcionamento precário; merenda escolar precária; posto médico inexistente ou com funcionamento precário; assistência médica ruim; inexistência de área para desenvolvimento da agricultura e pecuária; ausência de rede de energia elétrica; comunidades sem rede de telefonia; segurança pública inexistente; famílias excluídas de qualquer programa social; vias de acesso precárias; transporte público precário e sem atendimento regular; água: captação inexistente ou existente, mas sem funcionamento ou existente e sem tratamento.

Observou-se nos dados que diversos ofícios foram encaminhados ao Governo do Estado, todavia só foi a partir de uma manifestação pública realizada no dia do Trabalhador Rural, 25 de maio de 2002, na cidade de Campina Grande que, pela primeira vez, o Governador do Estado na época, Sr. Roberto Paulino, aceitou realizar uma audiência pública com os representantes das comunidades atingidas pelas águas do açude de Acauã.

Na ocasião, os moradores apresentaram uma pauta de reivindicação com os pontos necessários para melhorar as condições de vida de um grupo atingido por uma construção pública estadual, a saber:

1- “Indenização integral de tudo que pertencia às famílias”.

Observa-se, primeiramente, que se questiona o valor aquém das indenizações pagas, em razão das desatualizações destas, uma vez que não acompanharam a correção monetária.

Verifica-se nas notas escritas pelos moradores das comunidades atingidas pela barragem que a avaliação das moradias foi realizada quando um saco de cimento de 50 kg

valia R\$ 6,00 (seis reais), no entanto, o pagamento das indenizações foi realizado *a posteriori*, quando esse saco de cimento já custava R\$ 12,00 (doze reais).

Ressalta-se, neste ponto, que, apesar da avaliação ter sido prévia, como determina a legislação, o governo poderia ter resolvido o problema atualizando o valor das indenizações no momento do pagamento, o que não foi feito.

Em seguida, para agravar a situação, ao se estipular o valor a ser pago nas indenizações, não houve a avaliação de todos os bens dos moradores e nem das benfeitorias por eles realizadas, sendo, portanto, determinados valores ínfimos, por razões ainda não esclarecidas, que não atendem às necessidades das comunidades atingidas pela construção da barragem de Acauã.

Cumprе ressaltar que o Governador da época, o Sr. Cássio Cunha Lima, solicitou o encaminhamento da lista de bens dos moradores, a qual foi realizada pelos moradores, tendo sido escrita formalmente pelo grupo de assessores da UFCG e entregue ao Governador, porém sem êxito quanto ao ressarcimento dessas indenizações.

2-“Condições de vida para o futuro das famílias: Projeto Produtivo de Emprego e Renda para todos.”

Sem espaço para cultivar e produzir e sem vias de acesso para outras áreas de comércio, as comunidades procuram construir um futuro para os seus membros após a construção da Barragem de Acauã através de um projeto produtivo de emprego e renda para todos. Vale salientar que, antes do empreendimento, existiam atividades produtivas de natureza agrícola ou outras atividades que alavancavam o crescimento econômico e a sobrevivência de todos os membros das comunidades, os quais cultivavam e comercializavam.

Aqui, observa-se a responsabilidade do governo em não proporcionar ao assentamento rural, ou melhor, à agrovila espaços coletivos ou individuais, com áreas produtivas e que propiciassem a sobrevivência dos moradores pelo seu próprio trabalho.

3-“Construção de novos núcleos urbanos (cidades, vilas, povoados) para nossa nova localização”.

O que se questiona neste ponto é a ausência de equipamentos sociais, como escola, praça, posto de saúde, eletrificação e saneamento, mercado público, ruas pavimentadas, entre outros, que existiam nas comunidades que ficaram debaixo d'água.

Assim, busca-se a reconstrução do núcleo urbano no local de reinstalação dessas famílias, com condições, no mínimo, iguais às que possuíam. Mas, o que se observou é que essas estruturas básicas funcionam precariamente, quando existem.

4- “Garantia de remuneração mensal para todas as famílias, até o momento em que as condições de sobrevivência estejam asseguradas, nas novas oportunidades de ocupação e renda”.

Aponta-se a necessidade de se garantir aos membros dessas comunidades uma remuneração mensal para atender às suas demandas primordiais, as quais foram retiradas com a construção da obra civil, para que não fiquem a depender totalmente de doações, a exemplo das cestas básicas, como ocorre atualmente. Constata-se que, em virtude da necessidade de sobrevivência, muitos já migraram para outros centros urbanos maiores, em sua maioria jovens.

5- “Acesso a toda a documentação relativa à barragem e à população atingida”

Convém ressaltar, por fim, que há a necessidade de se ter acesso aos estudos do impacto ambiental da obra da Barragem de Acauã e seus respectivos relatórios, bem como do projeto técnico de execução da obra e de seus respectivos anexos, do cadastro de todas as famílias atingidas, dos laudos de apropriação de bens, dos critérios técnicos utilizados para estabelecer o valor das indenizações, para que se possa observar se todos os atos necessários para preservar a população do local em condições humanas foram seguidos. Caso não tenham sido, é preciso identificar qual foi o erro cometido e o porquê dele, providenciando-se os reajustes necessários.

Nota-se que houve ausência de audiências públicas que discutissem todos os pontos do empreendimento. Tampouco, os documentos existentes foram disponibilizados para que ocorresse uma discussão com transparência com todos os envolvidos.

Dessa forma, observa-se que os pontos questionados pela população atingida pela Barragem de Acauã, reiteradamente tratados nos ofícios encaminhados aos órgãos governamentais, como SEMARH, INTERPA, Câmara dos Vereadores do Município de Campina Grande e o próprio Governador do Estado, não foram resolvidos, até então.

Os pontos que refletem a voz do povo tiveram, e ainda tem, reflexos no discurso de grupo de pessoas que se solidarizam com as condições de Pedro Velho e localidades adjacentes, como o grupo de professores e estudantes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - que mostraram, por meio de um *Release*, em 22 de março de 2002, todos os aspectos de gravidade que foram observados a partir do momento em que começaram o acompanhamento à população de Pedro Velho e demais comunidades atingidas.

De uma forma mais detalhada, o *Release* mostra ao leitor a dimensão da grande obra de Acauã e sua importância para a região, todavia não olvida de apresentar a realidade observada durante o acompanhamento que o grupo fez das comunidades atingidas que se traduz na seguinte frase: “as insuficientes providências para atender as necessidades da população atingida”.

O referido grupo de assessores estimou que, à época, 700 (setecentas) famílias, inicialmente, tiveram suas unidades produtivas inundadas pelas águas da barragem; famílias estas que foram relocadas em casas de qualidade muito ruim, formando verdadeiros assentamentos, os quais além de não ter nenhuma infraestrutura, que existia anteriormente, como escola, posto de saúde, segurança, entre outros, não tinha o espaço produtivo, fonte de trabalho da população, como já sinalizamos anteriormente.

Menciona-se também a aqui já abordada desvalorização das indenizações, que não contemplaram acima de tudo benfeitorias antes realizadas pelos moradores, bem como a ausência de transparência no cálculo das indenizações e no motivo do atraso de pagamento, podendo levar a se pensar que pode existir algum interesse político em tais questões.

Um ponto não antes tratado, mas observado pelo grupo da Universidade Federal de Campina Grande, é o fato de que algumas famílias optaram por receber outro imóvel ao invés da indenização e foram surpreendidas com casas construídas com placas pré-moldadas, sem terreno anexo para cultivo.

Ressalta-se, dentre os apoiadores, a figura mais influente da região, o pároco de Aroeiras, Padre Rômulo Remígio Viana, que retratou, em uma carta intitulada de *As Pedras Clamarão*, datada de 12 de abril de 2002, a dura realidade em que estava vivendo o povo de Pedro Velho e localidades adjacentes com a pós-construção da barragem, da qual era testemunha, em razão de a maioria dos membros das comunidades atingidas serem seus paroquianos e irem em busca, muitas vezes, de ajuda divina.

Consciente da importância da barragem para a região, mas também do sofrimento que as comunidades passaram a enfrentar após sua construção, o Padre Rômulo, de forma subjetiva e poética, entrecortada por trechos bíblicos, faz referência ao sofrimento do povo e clama pela justiça apregoada por Deus para ele.

Vale mencionar que o referido padre apresentou a ausência de infraestrutura básica para uma coletividade, como de escolas, posto médico, moradia digna, água, esgoto, segurança, enfim, *“tudo aquilo que for preciso para que sejam tratados como pessoas humanas decentes”*, grifamos.

Solidariamente envolvida com esta luta, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Diocese de Campina Grande, também escreveu através de ofício, datado de 05 de agosto de 2002, ao Superintendente do INCRA da Paraíba, com o objetivo de que este órgão, além de desapropriar alguns imóveis, interviesse perante as autoridades na busca por solução definitiva dos atingidos da barragem.

Outra significativa documentação foi o abaixo-assinado direcionado ao Procurador da Justiça, Exmo. Sr. Dr. Agnello José de Amorim, na qual as comunidades de Melancia, Junco, Cafundó, Pedro Velho, Ilha Grande e Cajá solicitaram ao Ministério Público Federal que deflagrasse algum tipo de ação que viesse a garantir a proteção dos direitos das famílias que foram atingidas pela construção do reservatório.

Tal como foi explicitado anteriormente, nesse ponto se torna evidente a influência da História Social, de acordo com Barros (2005) quando se percebe a relevante luta de classe em uma sociedade marcada pela situação de conflito.

Ainda segundo renomado autor, os indivíduos pertencentes às classes sociais privilegiadas dão-se a conhecer através dos mais diversificados tipos de fontes à disposição

dos historiadores na documentação política, falam através dos deputados e governantes que os representam; nas notícias de jornais, pode-se até mesmo percebê-los em flashes de sua vida privada nas colunas sociais.

Os registros repressivos são paradoxalmente os espaços documentais mais “democráticos”, aqueles onde os historiadores poderão encontrar literalmente as vozes de todas as classes, mas, sobretudo, as dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista político e econômico.

Dessa forma, em síntese, o abaixo-assinado apresenta como principais direitos e necessidades os seguintes pontos aqui transcritos: *“(1) imediato pagamento das indenizações para as pessoas que ainda não receberam; (2) atualização do valor das indenizações pagas; (3) pagamento das indenizações de todos os nossos bens, não incluídos no que está sendo pago, e dos prejuízos de natureza subjetiva que estamos sofrendo; (4) construção de novas cidades para nossa nova localização; (5) criação de atividades produtivas para assegurar nossa sobrevivência, com projetos concebidos a partir de discussão com as diversas comunidades, podendo ser tanto para atividades produtivas de natureza agrícola e de criação quanto para outros tipos de atividades, conforme o caso; (6) garantia de remuneração mensal para todas as famílias, até o momento em que nossas condições de sobrevivência estejam asseguradas, nas novas condições.”*

Mais uma vez, no Dia Mundial de Combate Contra as Barragens, 14 de março, no ano de 2003, houve uma manifestação nas imediações do Palácio da Redenção do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa.

Na ocasião, os manifestantes formaram uma comissão que foi atendida em audiência pública pelo governador, Sr. Cássio Cunha Lima. Ele agendou visita a Pedro Velho em 19 de março de 2003 para verificar de perto a situação tão aclamada. Na visita do então governador à comunidade, o presidente da Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã, Sr. Abel Francisco Andrade, discursou demonstrando a satisfação pela sua presença em Pedro Velho e certa esperança na resolução dos problemas: *“(...) Portanto, governador Cássio, foi a nossa luta que permitiu que o senhor se sensibilizasse pelos nossos problemas. E é por isso que hoje estamos, todos, presentes neste evento”*.

Neste discurso, o presidente da Associação relembrou os pontos reivindicados, já de conhecimento do governador, ressaltando o compromisso que fora assumido por ele de encaminhar soluções para os pontos conflitantes, a saber: *a) socorro imediato às famílias que estão passando fome; b) remuneração mensal para todas as famílias; c) reavaliação das indenizações na área da barragem; d) conclusão do pagamento das indenizações; e) reassentamento rural para todas as famílias que vivem de atividades rurais; e f) construção de novos núcleos urbanos.*

Convém também mencionar a Moção de Apoio aos atingidos da Barragem de Acauã escrita pelos participantes da XIII Assembleia das Pastorais Sociais Regional do NE II, realizada na cidade de Lagoa Seca, em 28 de fevereiro de 2004, que demonstrou a solidariedade para com as famílias atingidas, bem como deixa claro o descaso do governo em não manter as mesmas áreas produtivas que essas famílias possuíam: *“O governo do Estado ignorou completamente a imperiosa necessidade de a população desenvolver atividades e a re-assentou em conjuntos habitacionais rurais, o que é de “per si” um contra-senso, uma vez que não faz sentido criar conjunto habitacional no meio rural sem que a ele estejam associadas áreas de produção.”*

Observa-se que, com o passar do tempo, o movimento dos atingidos pela Barragem de Acauã consegue efeitos positivos na sociedade e no Ministério Público Federal que, por meio de sugestões da própria população atingida, desenvolveu o Termo de Ajustamento de Conduta, buscando ações éticas e compromissadas com a população atingida, a fim de solucionar seus problemas.

No que tange especificamente à comunidade de Aguapaba, a imprecisão dos levantamentos, que não definiram exatamente toda a área que seria coberta pelas águas quando o lago atingisse 100% de sua capacidade, é que explica o fato dela não ter sido incluída no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e se tornasse também como uma comunidade atingida por barragem.

Em 27 de maio de 2013, foi realizada audiência pública na comunidade de Aguapaba com a Comissão Especial dos Direitos Humanos, a qual foi registrada em vídeo pelos professores Fernando Garcia de Oliveira e Jógerson Pinto, ambos da Universidade Federal de Campina Grande, que acompanham as discussões sobre a Barragem de Acauã desde 2002.

O vídeo é dividido em doze partes, perfazendo um total de 70 minutos. Nele, encontra-se o depoimento dos moradores da comunidade de Aguapaba, que não difere das reclamações dos moradores das demais comunidades atingidas e parcialmente ressarcidas.

Em resumo, as reclamações (Anexo III) ocorreram em torno da omissão dos governantes, em nível municipal ou estadual; da falta de audiência pública antes e durante a construção da obra, já que todos os problemas começaram depois da barragem, como os itens reivindicatórios já explicitaram nesta dissertação.

Atinente à audiência pública, ressalta-se a presença de líderes do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) e dos líderes locais que iniciaram a sessão solene agradecendo a presença e parabenizando a toda a comunidade pela mobilização em receber a comissão ali na escola pública local.

O senhor Carlos Weimar, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), componente da Comissão Especial de Direitos Humanos, a partir do discurso de integrantes da comunidade, resgatou o ocorrido com o enchimento da barragem, em 2004.

Percebeu-se no vídeo que a Comissão faz alguns questionamentos a respeito, por exemplo, do uso da vazante pelos moradores, se alguém da barragem/governo veio fazer audiência pública, se houve apoio no deslocamento das famílias para serem reassentadas cujas respostas, de forma unânime, foram todas negativas quanto à ação mitigadora por parte do governo.

Após todos os relatos, a Comissão deixou claro que o papel deles naquela audiência era ouvir os anseios dos moradores, a fim de confeccionar um relatório detalhado dos problemas e cobrar dos líderes governamentais as respectivas soluções. Eles não poderiam resolver quaisquer problemas de imediato e reconheciam direitos infringidos, como moradia, trabalho, informação, ausência de justa indenização. O relatório final foi publicado em 2013.

O professor Fernando Garcia de Oliveira, após o discurso da Comissão, evidenciou a necessidade de divulgação do evento para que os clamores dos moradores alcancem o governo, e, para tanto, os assessores, juntamente com os líderes locais, procurariam a imprensa e tentariam divulgar o ocorrido. Porém, ressaltou também a importância de “ter paciência e buscar aos poucos o apoio imprescindível”.

Todas as falas dos moradores (Anexo III) demonstraram o descaso que a comunidade de Aguapaba enfrenta, uma vez que não foi apontada pelo EIA/RIMA como comunidade a ser atingida e beneficiada pela indenização governamental, estando abandonada em todos os setores.

Em torno de cinquenta famílias de Aguapaba e redondezas estão prejudicadas, ora porque as terras teriam ficado debaixo d'água, ora porque parte da gleba seria imprópria para o plantio.

Pode-se afirmar que, mesmo após as audiências públicas, até o presente ano de 2015, perduram os problemas sem solução, apesar de terem sido reiterados os ofícios à Presidência da República, a Exma. Sra. Dilma Rousseff, e ao Ilustríssimo Governador do Estado da Paraíba, Sr. Ricardo Coutinho.

Neste ponto analisado, observa-se claramente que o discurso da construção de barragens para abastecer comunidades que sofrem com a seca levou diversas famílias a viverem em condições subumanas, em razão da omissão do governo no sentido de, no mínimo, prestar informações acerca do empreendimento.

Conforme preleciona Valle (2004), já discutido acima, este conflito socioambiental entre governo e população do Agreste Paraibano apresentou-se pelo fato da evidente separação da sociedade com o meio ambiente, fato que torna inviável a elaboração de uma matriz econômica que viabilize a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

5.1.2. A ENTREVISTA COM O DIRIGENTE DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM

Em 14 de setembro de 2014, previamente agendada, foi realizada a entrevista com o coordenador geral do Movimento dos Atingidos por Barragem na Paraíba (MAB), o senhor Oswaldo Bernardo da Silva, que contou, ainda, com a presença do professor Fernando Garcia, um dos assessores do movimento pela UFCG.

O bloco inicial da entrevista, a identificação, foi composto de oito perguntas, por meio das quais se pode conhecer um pouco sobre a vida pessoal do coordenador geral do MAB.

Com 42 anos de idade, o coordenador é casado e possui o ensino superior completo. Revelou que saiu da comunidade em 2009, em decorrência de ameaças que estava sofrendo, cujo ápice se deu com o assassinato de seu irmão, na época líder local, ficando os seus executores na impunidade até os dias atuais: *”Você mora em alguma comunidade atingida pela barragem de Acauã? Morava em Pedro Velho, saí de lá em 2009 depois da execução do meu irmão e que eu fui ameaçado de morte aí vim para cá (Campina Grande)”*.

Mesmo diante deste fato, mantém sempre contato com a comunidade, além de lutar pelos direitos desta. Por lá, deixou ainda vínculos familiares como pai, outro irmão, tios e sobrinhos. Sua mãe, no entanto, acompanhou-o pelo abalo que sofreu com a perda do filho, morando, atualmente, na cidade de Campina Grande, na Paraíba.

O irmão do coordenador era uma das principais lideranças da região. Depois do começo da construção da barragem de Acauã, com a ocupação realizada pelos moradores em maio de 2009, em Itatuba, iniciaram-se as ameaças que, até aquele momento, eram vistas apenas como insatisfações. Todavia, em pouco tempo, tais ameaças foram concretizadas e a vida de um dos cidadãos que lutava pelos direitos de uma classe foi ceifada.

Logo depois dessa morte, o coordenador informou que ocorreram mais três execuções, porém, para nenhuma delas, houve conclusão de inquérito: *“Não houve conclusão de inquérito. Colocaram três delegados para descobrir a morte do meu irmão e nunca conseguiram descobrir e de nenhuma que teve”*.

Conforme informou o coordenador durante toda a entrevista, não havia assassinatos em Pedro Velho até os interesses se conflitarem com a construção da barragem: *“Eu morei em Pedro Velho por trinta anos e nunca teve assassinato, nunca se ouviu falar em assassinato”*.

Inconformado com toda esta situação que surgiu com a construção da barragem de Acauã, o referido senhor iniciou a luta pelos interesses da comunidade, envolvendo-se no movimento dos atingidos pela barragem no ano de 2002 por influência, inicialmente, da sua esposa, mas em razão dos notáveis prejuízos econômicos, sociais, culturais e morais sofridos pela sua comunidade, Pedro Velho, engajou-se na causa, chegando, então, a se tornar um dos líderes do MAB, em âmbito nacional.

Revelou na entrevista que os moradores já haviam se mobilizado antes do ano de 2002, mas não tinham registro algum destes atos. Apenas no ano de 2002, com o apoio de outros líderes e assessores da UFCG, ainda como estudante universitário, o Sr. Oswaldo conseguiu mobilizar junto à comunidade várias pessoas, as quais se concentraram na frente da Secretaria de Interiorização em Campina Grande, no dia 14 de março de 2002, dia internacional dos atingidos por barragens.

Anteriormente à referida manifestação, houve a articulação do Sr. Oswaldo, coordenador, com seu amigo Oswaldo de Brito, para uma visita com pessoas que ajudariam a comunidade ao conhecer de perto a situação. Assim, os professores Edgar Malagod e Fernando Garcia fizeram essa visita e, após virem a situação real da comunidade, resolveram se unir a ela e ao Padre Rômulo visando atender às necessidades daquela população.

Através da rede mundial de computadores e das articulações políticas, conseguiram descobrir a existência do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB – no âmbito nacional, encontrando, assim, vários direitos e a existência do dia 14 de março como o dia mundial de luta dos atingidos por barragens.

O entrevistado relatou que, a partir deste momento, em contato com o MAB, houve a visita do Sr. Ulisses, integrante do movimento nacional, à comunidade. Este realizou uma série de reuniões para discutir as questões que surgiram com a construção da barragem, como, por exemplo, a indenização: *“Começou a sentar e discutir a questão da indenização por que ninguém sabia quando ia receber nem quanto era o valor, essa era a pergunta, porque até o momento ninguém dizia nada a gente, ninguém tinha resposta”*.

Posteriormente, foram ocorrendo visitas de outros companheiros do MAB à região, a fim de ajudar e dirimir dúvidas surgidas nas comunidades. No entanto, foram enfáticos ao afirmarem que sozinhas as famílias de Pedro Velho não iriam obter grandes resultados, instruíram-lhes a buscar todos os atingidos e iniciar um trabalho de base em prol de suas reivindicações.

Neste momento, o movimento se fortaleceu, uma vez que todas as famílias das comunidades atingidas se uniram. Em sua entrevista, o coordenador deixou claro o início formal da luta dos Atingidos pela Barragem de Acauã: *“Foi a partir daí que a gente começou a se reunir... fizemos um cronograma de reuniões nas comunidades com as lideranças das*

outras comunidades... reunimos e planejamos vim para aqui em Campina Grande". Durante a entrevista, afirmou ainda que este foi um processo complicado, uma vez que, por ser Pedro Velho uma comunidade do campo, havia nela muitas investidas de cabos eleitorais que, por interesses políticos e pessoais, ameaçavam as pessoas locais:

"(...)Dizia que se a gente viesse ia levar bala de borracha, ia apanhar, ia ser preso, mas a gente conseguiu trazer mais de quinhentas pessoas pra aqui, prá o escritório de interiorização da Paraíba que era aí na antiga Caranguejo e fizemos uma marcha muito boa aqui, de maneira organizada, fila indiana né, carro de som com nossas falas, com o apoio da UFCG, com o apoio do MST no sentido de ... com a própria bandeira deles, mas o povo que estava eram atingidos por barragem e a partir desses momento a gente conseguiu".

Com essa mobilização, o governo do Estado começou a reconhecer que tinha um problema a ser ouvido e agendou audiência pública em João Pessoa. A esse respeito o coordenador informou: *"Audiência foi muito boa (...) a partir daí a luta continuou e cada dia que se passa quando se consegue um direito aí se quer mais direito esse processo a partir da conscientização da mobilização começou com a indenização achava que ia receber aquele dinheiro parar por aí e não parou hoje continua né e várias pessoas que iniciaram não tá mais hoje, mas a luta continua"*.

Atualmente, o processo de conscientização, segundo o coordenador, continua e com outros interesses e necessidades, chegando a citar a seguinte fala de João Pedro Teixeira: *"Esse é como ele chama um fogo de monturo no interior...ele está lá abafado a qualquer momento ele pode explodir"*.

Informou-nos, ainda, que muitos dos participantes do início da luta, hoje em dia, não participam mais inteiramente do MAB, como antes, porém continuam contribuindo na luta pelos direitos da comunidade de forma espontânea.

No decorrer da entrevista, procurou-se adentrar mais na luta dos atingidos por barragem e se buscou saber quais as grandes reivindicações dos moradores da região naquele momento, ficando claro que, inicialmente, eram apenas de caráter indenizatório, visando ter o pagamento em dinheiro pela retirada de suas casas para construção da obra pública, mas, conforme informou o Sr. Oswaldo, com o passar do tempo e a maior conscientização política

dos moradores, as reivindicações modificaram e, atualmente, dentre muitas, o reassentamento é a maior delas:

“(...) pagamento de indenização né o início a reivindicação era essa, principal era pauta quero receber o dinheiro isso era a principal ia inaugurar a barragem e não se falava de pagar a ninguém mas teve gente que recebeu alguma coisa”.

Quanto à indenização, o entrevistado revelou que os representantes do governo prometiam indenizar em dinheiro, faziam medições, mas nunca informavam o seu valor. Todavia, no decorrer do processo, a indenização em dinheiro começou a ser esquecida e o reassentamento tornou-se a reivindicação maior da comunidade, cujos imóveis seriam de três tipos: *“É tanto que a gente pensava que casa A seria simples...B média e C uma casa melhor...e eles não davam características da casa não”.*

Neste momento, o entrevistado foi questionado acerca do processo de indenização, que explicou:

“Não pagaram a todos de uma vez. O primeiro pagamento (...) são três municípios atingidos e seis comunidades (...) eles priorizaram a pagar em Aroeiras na sede de Aroeiras aí nesse momento fomos para Aroeiras todos da cidade foram para lá (...) quem estavam na relação foi um deputado daqui de Campina Grande não lembro o nome (...) as pessoas que faltaram receber o valor da indenização só quiseram receber o dinheiro em suas comunidades, sem nenhum deslocamento para a cidade de Aroeiras.”.

Tal pagamento foi se concretizando aos poucos, mesmo após a entrega dos imóveis.

Atualmente, as reivindicações da população ainda continuam a acontecer com base no pagamento das indenizações daqueles que ainda não receberam, mas reavaliadas. Todavia, para mudar a vida da comunidade, não só o dinheiro basta, pois a grande luta, hodiernamente, resume-se à conquista do reassentamento das famílias, deixando claro que esta solução não resolve o problema sofrido pelas pessoas, mas minimiza-o:

” Imagine nós que não fomos reassentados o que está gerando, estamos morando numa área como se fosse uma favela rural onde faz doze anos ... imagine quantas pessoas já casaram, quantos filhos já nasceram...né isso então para minimizar o problema queremos o reassentamento.” (Sr. Oswaldo - Coordenador do MAB)

Quando se adentra na discussão acerca da barragem, especificamente, descobre-se que desde o ano de 1980 esta barragem estava para ser construída, inclusive com uma engenharia

de primeiro mundo. A estrutura da obra era diferente da que começou nos anos 90, conforme informa o Sr. Oswaldo, que conseguiu registrar fotograficamente a obra inicial, mas não possuía em mãos as fotos relatadas no encontro.

Como ressaltou-se anteriormente, a Barragem de Acauã foi construída para suprir a necessidade de água na cidade de Campina Grande, porém não atendendo à população da localidade diretamente. Para tanto, não se proporcionou nenhuma discussão com as comunidades que se viram prejudicadas material e imaterialmente com tal construção.

Dentre as comunidades atingidas pela barragem, somente a de Pedro Velho tem água para atender a sua população, só que uma água poluída. Há comunidades que só têm água de cisternas de placas, adquiridas pelo MAB. As comunidades que ainda não possuem cisternas fazem uso de água poluída: “(...) Eles tem acesso ao rio mas no rio essa água tem muito esgoto que cai dentro dela principalmente de Bondocongó, Alcantil, Barra de Santana, Umbuzeiro e até o esgoto de Natuba, até hospitalar cai dentro.” (Sr. Oswaldo – Coordenador do MAB)

A barragem de Acauã, afirmou o coordenador do MAB, desde o início trouxe para a população prejuízos que vão desde a ansiedade causada nas pessoas de como seria a região e principalmente a situação de cada um com aquele empreendimento, até a real situação de descaso: “Muita gente sabia que não ia ser bom, mas alguns dizia “mas vai melhorar...vai ter progresso e desenvolvimento” mas quando o povo se deparou meu amigo com a real situação foi só problema”.

Percebe-se perante toda a entrevista que os prejuízos acumulados pela barragem são de ordem material, imaterial e cultural: “Imagine só a gente tem muitas mulheres que conseguiam gerar renda através de fazer gereré que é um instrumento de pesca, feito um arco, que ganhavam dinheiro com isso, fazia panela de barro (...) quem morava na beira do rio pegava o barro, tinha os tijolos manuais que as casas foram construídas(...)tudo isso foi perdido”. Segundo Sr. Oswaldo, a construção da barragem não trouxe nenhum benefício para a comunidade “Barragem não tem menos impacto não (...)é só impacto social, ambiental, cultural, histórico(...) não tem menos impacto não”.

Os prejuízos começam com a falta de informação a partir do próprio EIA/RIMA, cujo documento, após insistentes solicitações, foi entregue à população com data posterior ao que

deveria ser confeccionado, datava de 2000, mas deveria ser datado de 1999, ano em que a barragem foi construída.

Apesar da luta ser contínua e demorada, o Sr. Oswaldo cita como grande avanço o crescimento da conscientização política da população, cujo envolvimento foi fundamental para manutenção e conquista de direitos *“Nós temos uma série de conquistas uma das conquistas que posso dizer não é econômica é a consciência política...acho que a consciência política é a maior conquista”*

Hoje o MAB trabalha com 1050 famílias atingidas pela Barragem de Acauã, que recebem 1050 cestas básicas. Esses gêneros alimentícios foram frutos das reivindicações do MAB junto ao Governo Federal, as quais têm como foco ainda projetos sociais e projetos de educação.

O entrevistado revelou também a situação da comunidade de Aguapaba, objeto de estudo, apresentando um cenário um pouco diferenciado das demais comunidades atingidas diretamente pela construção da Barragem de Acauã, uma vez que esta ficou isolada depois da cheia no ano de 2004. Isso porque a via de acesso que tinha para as cidades de Itabaiana, João Pessoa e para o Estado de Pernambuco foi destruída pelas águas da barragem: *“Eles levavam a produção deles para Itabaiana para as feiras livres...para João Pessoa...então isso também teve gente que teve de ir embora de lá porque ficou isolado ...muitas famílias foram embora de lá”*.

O MAB atua em todas as comunidades, mas em Aguapaba a sua atuação é difícil, por ser ela muito distante das demais. Há apenas duas pessoas da comunidade com quem o movimento consegue articular reuniões, trazendo-os para a cidade para participar de reuniões.

O coordenador avaliou toda atuação do MAB e todas as conquistas adquiridas até hoje como positivas, tendo em vista que mudaram a forma de pensar das pessoas quanto a serem submissas: *“a gente foi educado para esperar por herói que é o cabo eleitoral, vereador, prefeito... e o povo junto, unido, organizado é outra vertente no Estado...a gente consegue se articular (...) é uma outra autonomia...é uma liberdade para as pessoas e isso incomoda muito a classe política desse município”*.

Todavia, apesar da luta ser lenta e aprazada, com mais de dez anos, nunca se pensa em desistir: Assim, tem-se a resposta final “**30) Desistir, resistir ou insistir? Por quê? Em relação a luta ela sempre vai ter que insistir. Desistir jamais, resistir e insistir sempre**”.

Ressalta-se que, no decorrer da entrevista, observou-se um sentimento de imenso descontentamento por parte do Sr. Oswaldo que, como antigo morador da região, viu-se obrigado a sair da comunidade de Pedro Velho.

Conclui-se pelas palavras do entrevistado e todo seu conhecimento transmitido na entrevista que a barragem de Acauã trouxe insatisfação e mudanças nas comunidades no âmbito social, econômico e cultural. Muitos membros se mudaram do local por impossibilidade de crescimento econômico, desconforto social e ainda por insegurança.

Ademais, a população daquela localidade foi retirada de suas moradias para ser reassentada em imóveis conjugados sem nenhum espaço para o cultivo, sobrevivendo de programas sociais do governo federal, como Bolsa Família.

O Sr. Oswaldo ainda revelou-nos que os membros do MAB sempre estão se reunindo, discutindo e estudando a barragem de Acauã e suas consequências, a fim de mostrar para a sociedade as necessidades das famílias por ela atingidas.

Claramente, observa-se pelos relatos que os interesses econômicos foram ressaltados em detrimento da manutenção da dignidade de vida de muitos moradores da região, que foram, ignorados.

5.1.3. ENTREVISTA COM MORADORES DE AGUAPABA

Aguapaba é uma comunidade com um histórico peculiar na trajetória da construção da Barragem de Acauã, uma vez que, enquanto as demais comunidades foram atingidas diretamente pela construção da barragem, ela só foi percebida como comunidade atingida no ano de 2004, quando as águas da barragem elevaram-se a nível máximo, após chuvas torrenciais que inundaram toda comunidade. Até então, não constava no estudo do EIA/RIMA como área abrangida pelas águas da barragem.

Pode-se informar que, segundo dados do MAB, Aguapaba é uma comunidade composta por aproximadamente 70 (setenta) famílias, no entanto, conforme dados do site Informações do Brasil¹⁵, a comunidade é formada por 42 (quarenta e dois) moradores.

Visando um conhecimento prévio da realidade de Aguapaba, em 30 de setembro de 2014, líderes do MAB residentes em Campina Grande/PB, junto com Sr. Oswaldo Bernardo da Silva e o Sr. Edvaldo de Brito Trajano, realizaram uma visita àquela comunidade, na qual procuraram fazer registros fotográficos físico-geográficos da localidade e entrevistar seus moradores.

Assim, a entrevista, previamente marcada pelo Sr. Oswaldo com o líder da comunidade, o Sr. Marcos Marcelino da Silva, iniciou às 16:00h, com a presença de treze pessoas no Grupo Escolar da comunidade.

O momento da identificação é aquele no qual os participantes da entrevista se apresentam, informando seus dados pessoais. Pode-se falar que os membros participantes foram compostos de onze mulheres e dois homens, todos trabalhadores agrícolas, com média de idade entre 20 a 65 anos de idade.

Dentre as mulheres, três, além de agricultoras, também são pescadoras e todas são donas de casa; dentre os homens, um era agricultor e o outro, além de agricultor, trabalhava no próprio grupo escolar. A maioria tem o ensino fundamental completo.

Após essa etapa, a entrevista direciona as questões para o campo da habitação, procurando saber um pouco sobre como se estruturava suas moradias, identificando a estrutura de seus domicílios.

Nesse ponto, foi dito que a população mora em casas de tijolos e, segundo os moradores participantes da entrevista, próprias, com registro de propriedade do imóvel. Todos moram às margens da barragem de Acauã.

Ainda neste momento, uma das entrevistadas alegou morar na casa da sogra, após separação com o marido, e outra afirmou residir numa casa alugada pela Prefeitura, após ter ficado desabrigada com a inundação das águas da barragem, no ano de 2004.

17. Site Informações do Brasil

Ao adentrar nesta questão, Maria das Graças Silva, senhora de sessenta e cinco anos, afirmou que, desde que mora na comunidade (1985), foi a primeira vez que a cheia de 2004 inundou tudo, lembrando que viu pessoas saírem de suas casas com água no joelho. Inclusive, morreu um membro da comunidade afogado, cujo corpo só foi encontrado pelos bombeiros no meio da barragem, mais ou menos, 12 Km de Aguapaba. Relembrou que já houve uma cheia semelhante, a de 1947, que provocou grandes transtornos, chegando a acabar com o povoado.

A referida senhora continuou o seu relato dizendo que em 2004 viu várias pessoas se abrigarem no grupo escolar, permanecendo lá em torno de um mês. Com este fato, o prefeito alugou casas e nelas colocou os desabrigados.

Informou ainda em sua entrevista que o governo havia avisado que se a barragem enchesse atingiria a comunidade, aviso ao qual não foi dado crédito, pois não se acreditava que a localidade fosse alcançada, em razão de não estar contemplada como atingida no EIA/RIMA.

Em seguida, procurou-se saber como se aplicam as políticas públicas ofertadas à comunidade. Observou-se que todos os entrevistados apresentaram insatisfação quanto às ações referentes à mobilidade.

Os entrevistados reclamaram que com a barragem de Acauã o acesso aos municípios de João Pessoa, Campina Grande e de Pernambuco foi prejudicado em razão da via de acesso ter sido fechada devido à construção da obra, como já havia sido sinalizado pelo coordenador do MAB-PB entrevistado.

Dona Maria das Graças Silva se manifestou mais uma vez afirmando que, para ela, a construção da barragem foi ruim, pois, antes, existia transporte público de duas em duas horas para as cidades de Itabaiana, João Pessoa e cidades pernambucanas; transporte este do qual os moradores usufruíam para resolver os problemas, trabalharem, enfim, ter acesso às atividades extras da comunidade.

Atualmente, a comunidade não tem mais acesso a nenhuma cidade como antigamente e os moradores sentem-se desolados, uma vez que para ir até outra cidade precisam se deslocar para Natuba e de lá se conduzir para a cidade desejada: *“Aqui não tem nada. Nem*

telefone. Qualquer coisa que a gente quer tem que se locomover para Natuba ou Aroeira. Não temos como visitar nossos parentes, nada” (Dona Maria das Graças Silva – moradora de Aguapaba).

A situação só não é pior porque o prefeito permite que o ônibus escolar transporte os moradores da comunidade para Natuba, se assim não fosse, teriam que ir a pé, de moto, para quem tem este transporte; caso contrário, teriam que alugar um veículo.

Mais uma vez Dona Maria das Graças Silva afirmou que todos, com a construção da barragem, tiveram interesses, fizeram promessas, porém esqueceram dos moradores da comunidade, depois que a barragem foi feita. Nitidamente, neste momento, percebe-se o descaso com o social, enquanto que o interesse econômico e político são ressaltados e incorporados com a exploração dos recursos naturais, separando, como afirmou Vainer (2008) em suas lições anteriormente discutidas, o meio ambiente e a sociedade.

No que tange à saúde, para se realizar consultas médicas, os moradores de Aguapaba precisam se deslocar em média uma hora para o município de Natuba, já que os agentes do Programa de Saúde da Família atuam no Grupo Escolar de forma precária, pois nem um posto de saúde a comunidade possui. Há pouco se iniciou a construção do primeiro posto de saúde, conforme fotos registradas na página 69.

Assim, o médico e o agente de saúde ficam no grupo escolar e só saem do local para visitar algum idoso que não pode se deslocar. Qualquer urgência, os moradores precisam se deslocar para Natuba, fretando algum carro, de moto ou com o ônibus escolar: *“O médico passa a receita em um dia e se recebe o medicamento no outro dia em Natuba...a agente de saúde traz alguns remédios...antigamente trazia mais.”* (Dona Maria das Graças Silva – moradora de Aguapaba).

Todos os moradores, neste momento, reclamaram que o prefeito havia desativado uma sala no grupo escolar para implantar um posto de saúde, porém não o fez. Com o passar do tempo, a referida autoridade prometeu destinar a sala para colocar computadores que seriam utilizados pelos moradores, no entanto, passaram cinco anos das promessas e a sala continua desativada sem nenhum material.

No que diz respeito à educação, os entrevistados foram unânimes em ressaltar que o número e qualificação de professores são adequados para atender à comunidade, observando apenas que o número de frequência de crianças à escola havia diminuído nos últimos anos.

Quanto à segurança, informaram que a violência estava em todo lugar “**Com relação à segurança, alguém da região já sofreu com algum ato de violência?** *Todos vivemos na insegurança, mas não é por causa da barragem.*” Todavia, após uma reflexão entre eles, lembraram de casos de roubos de motos, atentados de homicídio, como o de “Cabra Macho”, que ocorreu há uns três anos atrás. Coincidentemente, todos os acontecimentos relatados pelos membros entrevistados ocorreram pós-barragem.

Pelo menos para os que ali estavam presentes, a barragem de Acauã prejudicou suas vidas, seja por dificultar seu acesso ou pela poluição da água, que se tornou salobra.

No que tange à participação dos moradores no MAB, todos foram unânimes em afirmaram a assídua participação:

***Quantos de vocês participam do movimento dos atingidos por barragem?** Todos participam. **Da coordenação geral?** Eu, Marcos, e Joana. **Vocês tem consciência do trabalho do movimento para a comunidade?** Foi maravilhoso, disse Joana e Dona Fátima, moradoras de Aguapaba.*

Pode-se afirmar que os membros entrevistados participaram e esclareceram muitas dúvidas quanto à violação dos direitos humanos. Nas considerações finais, todos reclamaram acerca do acesso à rede mundial de computadores e ao telefone que não possuem, observando que, para falar com alguém da família, precisam se deslocar da comunidade, já que lá não tem nenhum sinal.

No decorrer das conversações, ficou claro que nem todos os membros presentes têm uma consciência política da atual situação e sobre a razão de estarem naquela condição, todavia, é notável a precariedade na qual a comunidade de Aguapaba vive: um lugar de um único e difícil acesso, estrada de terra, em torno de morros.

5.1.4- DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Aguapaba é localizada na zona rural de Natuba, cujo acesso ocorre ou pelo município de Aroeiras, em estrada vicinal, descendo morros e atravessando o Rio Paraíba, ou pelo município de Natuba, com a mesma estrutura anterior; o primeiro acesso ocorre de maneira mais rápida, em torno de 1:00 h, enquanto o segundo dura aproximadamente 1h e 30 min.

A) Aspectos geográficos

Ao chegar à comunidade, percebeu-se nitidamente a precariedade pela qual as pessoas do local vivem. A única via de acesso fica paralela ao trajeto das águas da barragem de Acauã e é uma comunidade que se localiza ao redor de uma vegetação densa.

Percebe-se, na ocasião da visita, que o clima é quente e não tem muita ventilação. Ao longo de todo percurso, como já mencionado, a estrada de terra corta toda comunidade bem como é acompanhada pelo lado esquerdo pelas águas da barragem e suas paredes, fotografias de 02 a 05.

No dia da visita, existia muito pouca água acumulada em todo o trajeto, água esta que não é utilizada pela comunidade de Aguapaba, por ser considerada suja, conforme relatou os moradores, que fazem uso de cisternas, muitas fornecidas pelo MAB.

Predominantemente, o bioma caatinga está por todo o distrito de Aguapaba, caracterizada pelas árvores baixas e arbustos que, em geral, perdem as folhas no período seco (espécies caducifólias) e muitas espécies de cactáceas.

Apesar de ser uma região semiárida, com índices pluviométricos baixos (entre 300 e 800 milímetros por ano), a caatinga é extremamente heterogênea, com pelo menos uma centena de diferentes tipos de paisagens únicas, onde se destacam as lagoas ou áreas úmidas temporárias, os refúgios montanhosos e os rios permanentes como o rio Paraíba, características propícias à construção da barragem.

A Caatinga sofre alto grau de degradação ambiental, particularmente no que se refere aos processos de desertificação, e altos índices de pobreza humana.

B) Placa de identificação da construção da UBS – Unidade Básica de Saúde de Aguapaba

Saúde Pública na concepção mais tradicional, segundo Rosen (1979) é a aplicação de conhecimentos médicos ou não, com o objetivo de organizar sistemas e serviços de saúde, atuar em fatores condicionantes e determinantes do processo saúde-doença controlando a incidência de doenças nas populações através de ações de vigilância e intervenções governamentais.

Por outro lado como destaca o renomado autor a aplicação efetiva de tais princípios depende de elementos não médicos principalmente de fatores econômicos e sociais.

Pode-se dizer que a saúde política e econômica centra sua ação a partir da ótica do Estado com os interesses que ele representa nas distintas formas de organização social e política das populações.

Em Aguapaba, o saneamento público é escasso e notório, pois não há apenas uma UBS e o posto de saúde ainda está sendo construído, como se pode observar nas fotografias 06 e 07.

Cumprе ressaltar que, por não possuir posto de saúde, os profissionais do Programa de Saúde da Família que atendem à comunidade de Aguapaba se deslocam até o único grupo escolar onde distribuem remédio e fazem o atendimento de saúde básico.

C) Acesso, passagem molhada e unidade habitacional

Mesmo existindo as águas da barragem, observa-se a presença de cisternas que, conforme relatou o coordenador geral na Paraíba, foram cedidas pelo MAB.

Ainda se constata que, além do estado de seca em toda comunidade, a passagem percorrida é toda acompanhada por águas das paredes da barragem.

Também se pode observar a estrutura das unidades habitacionais que, como relatado pelos moradores, são próprias e construídas de tijolos e alvenaria, fotografias 08 a 11.

D) Rio e exploração mineral

Ao percorrer a área da barragem de carro, até o ponto onde o veículo pôde chegar, verificou-se a presença de pedras que, segundo os coordenadores do MAB presentes, eram

produtos de comercialização pelos moradores, que as vendiam para arrecadar dinheiro para o sustento da família.

Vale ressaltar que por este caminho a comunidade tinha acesso às outras cidades, como João Pessoa, Itabaiana, Recife, porém, não mais é possível devido às barreiras da barragem que se encontram ao longo do percurso.

Com a visita de campo, em todas as fotos pôde-se constatar a precariedade por que passa a comunidade, que tem única via de acesso, sem estrutura física, sem posto de saúde e um único grupo escolar.

São famílias que vêm conseguindo conquistar alguns direitos com a ajuda do MAB frente ao governo federal como, por exemplo, a construção de cisternas e caixa d'água e a implantação do projeto da educação para jovens e adultos, que é realizado no grupo escolar no horário noturno, fotografias 12 a 15.

A) Aspectos geográficos

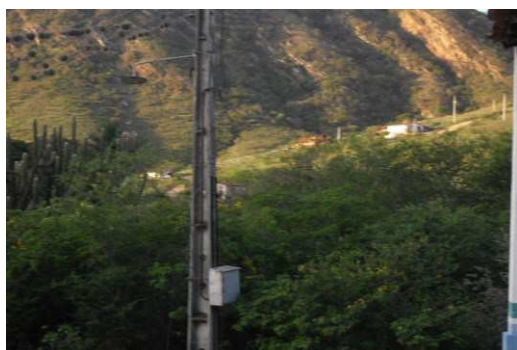


Figura 02. Morros e vegetação



Figura 03. Localização



Figura 04. Tipo de estrada



Figura 05. Estrutura interna

B) Placa de identificação da construção da UBS – Unidade Básica de Saúde de Agupaba



Figura 06. Placa da UBS



Figura 07. Construção do posto de saúde

C) Acesso, passagem molhada e unidade habitacional



Figura 08. Cisterna



Figura 09. Unidades Habitacionais



Figura 10. Rio



Figura 11. Estrada ao lado do rio

D) Rio e exploração mineral



Figura 12. Pedras



Figura 13. Percurso



Figura 14. Estrada



Figura 15. Visualização das paredes da barragem

5.2. DOS RESULTADOS

5.2.1. DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Assim, observa-se que muitas são as dificuldades enfrentadas pela população de Aguapaba, todavia, as mais pertinentes estão presentes no deslocamento da localidade pela inundação das águas da Barragem de Acauã, mas nas necessidades advindas da dificuldade de sobrevivência no meio, que fizeram alguns moradores, sobretudo, perder o valor afetivo pelo lugar onde cresceram, casaram e criaram seus filhos.

A população vivia da agricultura de irrigação e utilizava para este fim as águas do rio Paraíba. As principais culturas eram tomate, pimentão, milho, feijão, mandioca, entre outras. Esta produção era vendida na feira local e escoada para Campina Grande/PB e para o Estado de Pernambuco, pois havia acesso fácil para o estado vizinho e demais cidades. Hoje, percebe-se que o acesso a estas cidades não existe mais, complicando e promovendo o deslocamento das pessoas da região.

Além da agricultura, a população trabalhava com o agave, o artesanato com argila, a pesca, a criação de vacas, perus, galinhas, guinés, enfim, garantia sua própria subsistência, utilizando-se de um modo de vida simples, baseado na agricultura, piscicultura, comércio e artesanato.

Entretanto, com a construção da barragem de Acauã, o acesso à comunidade acabou se tornando precário e obsoleto, acarretando diminuição de renda, pois o tráfego de pessoas não ocorriam rotineiramente, resultando em grande oferta e pouca procura e, por conseguinte, em carência econômica.

Outra perda que pode ser observada foi o patrimônio e a vida cultural e manifestações populares. Na comunidade não existe praças, área de lazer, nem cemitério.

O sítio de Aguapaba, como é conhecido, possui poucas casas construídas de alvenaria, não há energia elétrica, não há telefones públicos, muito menos sinal para celular. Para os moradores se comunicarem, precisam se deslocar até a cidade de Natuba ou ter permissão do dono da fazenda próxima, onde, além de água, energia e telefone, também existe uma igreja.

Há uma escola em estado precário, que funciona com o ensino regular manhã e tarde e à noite com o programa de Educação de Jovens e Adultos. Possui ainda um posto do Programa de Saúde da Família em construção.

A comunidade apresenta problemas de infraestrutura, pois não conta com calçamento, nem esgotamento sanitário; possui só uma via de acesso para a cidade de Natuba, porque a outra via de acesso para João Pessoa, Itabaiana e Pernambuco não existe mais, submergiu com as águas.

Na pesquisa, ficou muito clara a necessidade da população da volta do transporte e tráfego na comunidade para a realização atividades como antes.

Foi possível constatar ainda uma diminuição importante da atividade da policultura e, principalmente a da economia alimentar, desencadeada pelas profundas mudanças na relação de trabalho, pelo declínio do sistema morador e pelo avanço do trabalho assalariado. Outras consequências foram a concentração fundiária, o êxodo rural e o agravamento da pobreza.

A pesquisa aponta também que, além da dificuldade de acesso à comunidade de Aguapaba, a qualidade das águas de Acauã é outro impacto mencionado pelos moradores que, segundo LINS (2006), é um fator que preocupa, uma vez que a poluição no manancial é devido ao fato de a construção da montante advir da bacia do Rio Bodocongó.

Por isso, acaba recebendo efluentes domésticos agrícolas e industriais, que comprometem visivelmente a qualidade da água. Sobre este fato, os moradores de Aguapaba relataram que não usam a água de Acauã para cozinhar ou beber, porque esta quando chega às suas casas apresenta cor, odor, e gosto desagradável; ainda contaram que, muitas vezes, é impossível tomar banho com ela.

5.2.2. DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

As observações decorrentes dos impactos acima mencionados apresentam-nos nitidamente a ocorrência de violações aos direitos humanos fundamentais ocorridas desde o processo de implantação da barragem de Acauã, no distrito Aguapaba, até o presente momento, de responsabilidade conjunta dos governos federal e estadual.

O relatório confeccionado pela comissão do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana no ano de 2013 reconhece que a construção de barragens no Brasil¹⁶ é sinônimo de violação dos direitos humanos.

Ao todo foram elencados no relatório 16 (dezesesseis) direitos humanos sistematicamente violados pelas empresas, governos e o Estado brasileiro, dentre os quais se apresenta, a seguir, aqueles direitos violados mais relevantes observados na comunidade de Aguapaba:

A) Ausência de informação prévia sobre impactos ambientais e participação/ocorrência em audiências públicas - violação do princípio da informação e da participação

Constatou-se no estudo da compilação de documentos, nas entrevistas e em conversas informais com os moradores da comunidade de Aguapaba que houve um baixo nível de informação sobre o empreendimento, principalmente, para a população que foi afetada diretamente pela inundação das águas da represa.

Não houve consulta pública para as comunidades que estavam dentro da esfera de abrangência do empreendimento, violando, portanto, a necessidade do consentimento prévio por parte desses povos, muito menos em Aguapaba que foi uma comunidade não prevista pelo EIA/RIMA a ser inundada pela Barragem de Acauã.

A audiência que ocorreu em Aguapaba foi decorrente da comissão especial criada pelo Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana¹⁷. Segundo depoimento do morador da comunidade à comissão, o Governo Estadual apenas adotou metodologia de registros fotográficos: “eles chegavam com máquinas e tirava foto pra cá e pra lá, mas conversar com a gente não”(vídeo – Anexo III).

Cumprе mencionar que até o próprio EIA/RIMA foi apresentado às comunidades só depois da construção da obra, como relatou o líder Sr. Oswaldo Bernardo da Silva.

¹⁶ O Relatório aponta os casos mais críticos que ocorreram nas barragens de Tucuruí, no Pará; Cana Brava e Serra da Mesa, em Goiás; Acauã, na Paraíba; Manso, em Mato Grosso; Barra Grande e Campos Novos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e Estreito, em Tocantins e Maranhão.

¹⁷ Resolução 26/2006.

Após a inundação da comunidade de Agupaba, houve a disponibilidade por parte do prefeito de Natuba de algumas casas para abrigar poucas famílias atingidas, no entanto, nenhuma informação de melhores condições para a comunidade foram prestadas.

Agupaba não teve acesso aos elementos necessários para uma discussão fundamentada na forma e no conteúdo previstos pela Instrução Normativa n.º 65/2005-IBAMA (revogada pela IN 184/2008), que conduzisse a formulação de um relatório com linguagem clara e acessível à população.

Igualmente, toda a Constituição Brasileira é estruturada em cima das garantias de exercício da cidadania e da participação popular na gestão das políticas governamentais, como garantias da existência de um estado democrático de direito, conforme afirma Bonavides (1997).

Coerente com este princípio e na linha do comando estabelecido no art. 225, 1º, I, da Constituição Federal¹⁸, que obriga o Poder Público a dar publicidade ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a Resolução CONAMA 237/97, em seu art. 3º, sentencia que: *“ao EIA/RIMA dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas por meio da qual se busca expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito”*.

Cabe ainda ressaltar que a realização das audiências públicas é requisito necessário para concretização do princípio da participação popular. Assim, não podem ser apenas um elemento formal que vise legitimar a aprovação de um determinado projeto, como parece ter sido o caso da barragem de Acauã.

As audiências públicas deveriam respeitar os parâmetros estabelecidos na legislação, permitindo a participação substancial, ampla e com reais condições de intervenção por parte da população.

¹⁸Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (...).

Os projetos governamentais devem obedecer ao primado do interesse público e esses somente podem ser auferidos por meio do uso intensivo dos mecanismos de participação direta e indireta da população, como preleciona Bobbio (1992).

Reafirmando a importância da participação popular no Estado Constitucional de Direito, afirma Canotillho (1993, p. 415-416):

Afastando-se das concepções restritivas de democracia, a Constituição alicerçou a dimensão participativa como outra componente essencial da democracia. As premissas antropológico-políticas da participação são conhecidas: o homem só se transforma em homem através da autodeterminação e a autodeterminação reside primariamente na participação política.

Observa-se que sem o acesso irrestrito dos cidadãos às informações em poder do Estado, os benefícios políticos derivados de uma democracia efetiva não podem se concretizar plenamente. Nesse sentido se pronunciou a Corte Interamericana de Direitos Humanos ao destacar que:

o conceito de ordem pública reclama que, dentro de uma sociedade democrática, se garantam as maiores possibilidades de circulação de notícias, idéias e opiniões, assim como o mais amplo acesso à informação por parte da sociedade em seu conjunto.

É preciso destacar, ainda, que a concepção ampla do direito à liberdade de expressão, incluindo o direito de acesso público às informações sob tutela do Estado como um dos pilares do sistema democrático, não apenas permite que os indivíduos exijam documentação e informação do poder estatal, como também pressupõe o dever do Estado de divulgar seus atos e decisões.

O acesso às informações em poder do Estado também constitui, em si, um direito fundamental, ao receber do direito internacional um amplo embasamento legal. Da mesma forma, no contexto da ONU, o relator especial sobre a Liberdade de Opinião e Expressão esclareceu, em relatório submetido à Comissão de Direitos Humanos, que o acesso à informação em poder das autoridades estatais está protegido pelos artigos XIX¹⁹ e 19²⁰ da

¹⁹ Artigo XIX. Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

²⁰ Artigo 19 1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões. 2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha. 3. O exercício do direito previsto no parágrafo 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que

Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, respectivamente, uma vez que ambos preveem a liberdade de “investigar e receber informações e opiniões”.

B) Ofensa ao direito à alimentação segura, trabalho, acesso à terra e moradia adequada

A afetação da biodiversidade e inundação de terras compromete de igual modo à subsistência e a segurança alimentar da população da região, dependente basicamente da pesca e da agricultura.

A perda de terras, a diminuição da venda dos produtos agrícolas, os impactos na pesca e a degradação das condições de vida e serviços básicos são os principais elementos apontados nos relatórios das comissões especiais e na entrevista com os moradores de Aguapaba.

Como já se pode observar em outros locais do país onde grandes obras foram realizadas, com uma precária estrutura social e econômica, não antes existente, haverá a migração em massa de pessoas, sobretudo de jovens do sexo masculino, causando o crescimento desordenado das periferias das outras cidades e, por conseguinte, a violência.

Desempregados da região agravam o quadro de violência que surge com a construção da barragem, em que os interesses opostos se conflitam, apresentando, pela primeira vez, taxas de homicídios.

Tais impactos na qualidade de vida das pessoas de Aguapaba, especificamente afrontam, antes de tudo, o princípio da dignidade da pessoa humana, que funda a base acerca da ideia de direitos humanos enquanto postulados universais, conforme indicação da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu preâmbulo:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; (...) A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e

devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral pública.

todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

A carta fundamental anteriormente mencionada determina, em seu art. 22, que *“toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país”*.

Destaca-se também a infração ao direito à moradia em seus múltiplos aspectos que infringiram componentes constitutivos das garantias básicas indispensáveis ao gozo do direito à moradia como disponibilidade de serviços, materiais e infraestrutura, indispensáveis para a saúde, a segurança, a comodidade e a nutrição; acesso permanente aos recursos naturais em abundância, à água potável, às instalações sanitárias, de armazenamento de alimentos, de eliminação de dejetos, de drenagem e serviços de emergência.

O Estado devia garantir moradia adequada não comprometendo a fruição e a satisfação de outras necessidades básicas que permitam o acesso dos moradores a opções de emprego, serviços de saúde, creches, escolas e outros serviços sociais e culturais.

Os direitos sociais, como o direito à moradia, educação e trabalho estão igualmente estabelecidos pelos artigos 6º e 7º da Constituição Federal. O prejuízo ao desenvolvimento das atividades de pesca, pecuária e agricultura de subsistência pela construção da barragem de Acauã também contradiz a política agrícola nacional que aponta para o estímulo aos pequenos produtores e à agricultura familiar, garantidos na Carta Magna e na Lei da Política Agrícola Nacional.

Sem sombra de dúvida, pode-se que tais direitos se referem ao direito à melhoria contínua das condições de vida, vez que consiste numa aspiração legítima de todo o indivíduo.

O Estado deve implantar políticas públicas efetivas, com vasto empenho orçamentário e ações concretas inteiramente voltadas ao resgate das condições de vida dos moradores de Aguapaba existentes antes da construção da barragem.

C) *Ausência de um ambiente saudável e à saúde*

Na medida em que ocorreu degradação das condições sanitárias de atendimento à saúde, uma vez que o posto de saúde jamais operou, estando, desde setembro de 2014, em construção.

As preocupações com a problemática ambiental estão inseridas na Saúde Pública desde seus primórdios, apesar de só na segunda metade do século XX ter se estruturado uma área específica para tratar dessas questões, saúde ambiental, segundo definição estabelecida pela Organização Mundial de Saúde:

Saúde Ambiental é o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar" (Brasil - Ministério da Saúde, 1999).

Assim, em Aguapaba, quando se depara com a ausência de saneamento básico que atenda os moradores que lá sobrevivem, observa-se a exclusão deste segmento social de um nível de qualidade ambiental satisfatório, tornando-o vulneráveis às agressões ambientais propiciadoras de doenças.

Cumprе ressaltar que a Constituição Federal, de 1988, expressa essa preocupação em diversos de seus artigos:

Art. 196. Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (...)

Art. 200, incisos II e VIII, fixam, como atribuição do Sistema Único de Saúde – SUS -, entre outras, a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (...)

Art. 225 diz: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.

Ressalta-se que a ordem econômica deve promover efetivamente à justiça social, e, para que isso ocorra, é necessário que a livre concorrência e a defesa do meio ambiente estejam em harmonia e fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana, oferecendo um meio ambiente equilibrado como espaço de promoção do bem-estar do ser humano.

D) Direito de ir e vir

Na medida em que ocorreu a perda de acessos e o alongamento de distâncias em função da obra, o direito de ir e vir foi violado.

Neste ponto, a Comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana recomenda que, caso o enchimento do reservatório provoque a interrupção de acessos, caminhos, estradas, pontes e travessias, que as licenças ambientais exijam reposição de vias, acessos, travessias, caminhos, assegurando seu caráter público, de acesso livre e gratuito, sem quaisquer restrições decorrentes da operação da barragem (CDDPH, 2007, p.).

Como se está registrado anteriormente, a construção da barragem de Acauã acabou por completo a passagem de veículos, resultando em travessias perigosas e colocando em risco as vidas dos moradores.

Em Aguapaba, para se ter acesso a Natuba, ou os moradores aguardam o ônibus escolar, que passa pela manhã e só retorna à noite, ou vão de moto ou à pé para Natuba ou para ter acesso às demais cidades, uma vez que a via que se trafegava para as cidades de Itabaiana, João Pessoa e Recife desapareceu.

A liberdade de locomoção é um direito fundamental de primeira geração que se goza em defesa da arbitrariedade do Estado no direito de ingressar, sair, permanecer e se locomover no território brasileiro.

Este direito encontra-se acolhido no art. 5, XV, Constituição Federal em que cita que é *livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.*

A liberdade de locomoção é um desdobramento do direito de liberdade e não pode ser restringido de forma arbitrária pelo Estado, de forma que se deve respeitar o devido processo legal para que haja esta privação.

6. CONCLUSÕES

Com os resultados, a presente dissertação comprova que a construção da Barragem de Acauã provocou grandes impactos socioambientais e a violação dos direitos humanos fundamentais da comunidade de Aguapaba, cujos moradores encontra obstáculos para a recomposição dos meios de vida.

O açude de Acauã não melhorou a vida dos atingidos, pelo contrário piorou, uma vez que causou graves violações dos direitos humanos na vida das famílias atingidas, que sofrem sem acesso à água, energia elétrica, moradia, estrada, comunicação, educação, cultura e lazer, condição digna de trabalho, dentre outros direitos necessários para a condição humana.

Com base nos dados colhidos e analisados, pode-se concluir que: a) a globalização/capitalismo intensificou o processo de agressão e ataque as conquistas sociais e ambientais; b) não houve acesso por parte dos moradores de Aguapaba nem demais comunidade às informações sobre a construção da barragem de Acauã; c) não se promoveu audiências públicas; d) não houve inclusão da comunidade de Aguapaba no EIA/RIMA; e) houve a perda do modo de vida dos moradores de Aguapaba, seja ele econômico, cultural, social, material e, sobretudo, impossibilidade de trabalhar na terra; f) os direitos humanos fundamentais foram claramente violados como os direitos à moradia, saúde, liberdade, enfim, a dignidade humana; g) as comunidades atingidas pela barragem de Acauã não são beneficiadas com acesso à água tratada; h) a barragem de Acauã acentuou a pobreza e a desigualdade social; i) o MAB, a colônia de pescadores, liderança religiosa e a assessoria da UFCG foram fundamentais na motivação e organização popular local;

Pode-se concluir afirmando que a violação dos direitos fundamentais dos moradores de Aguapaba alcança dimensão, gravidade e abrangência maior do que relatado, sendo necessário levar ao conhecimento da população as ações estatais que devastam o meio socioambiental e despertar o interesse em discutir, mais profundamente, esses direitos infringidos buscando sempre não só uma maneira de impedi-los, mas prevenir o seu acontecimento em outras comunidades.

Faz-se mister, atualmente, suspender as ações que violem os direitos do homem para que se possa resgatá-los através de programas e políticas públicas que viabilizem a implantação da barragem e dê condições dignas de vida aos moradores da localidade.

Em Aguapaba, especificamente, aconselha-se o comprometimento do governo para com os moradores dando-lhes as estruturas básicas de qualquer comunidade, como saneamento, moradia, transporte, energia.

Por fim, compactua-se com o slogan do MAB: “Águas para vida e não para morte”.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.A.L. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo. Perspectiva, 1994.

BARROS, J. D'A. A História Social: seus significados e seus caminhos **IN** Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto. n. 15, 2005; p.235-256.

BASTOS, C.R. **Curso de Direito Constitucional**, 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. São Paulo, Malheiros, 1997.

_____ **Curso de direito constitucional**. São Paulo, Malheiros, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Decreto n. 7342 de 26 de outubro de 2010**. Presidência da Republica, Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/cccil03/ato2007-2010/2010/decreto/D7342.htm>. Acesso em 26 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde ambiental para o setor saúde**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, 1999. Acesso em 26 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Estimativa populacional IBGE (2012). 01 de julho de 2012. Site visitado em 17 de março de 2015.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA 184/2008**. Disponível em www.icmbio.gov.br/.../Instrucao_normativa/.../in_ibama_184_2008_lice. Acessado em 08 de abril de 2015.

BRITO, D. M.; BASTOS, C.M.C.B. **Conflitos socioambientais no século XXI**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

BURKE, P. (org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

BULUS, U. L. **Constituição Federal Anotada**. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

CANOTILHO, J. J.G. **Direito constitucional**. 6ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CARVALHO, K. G. **Direito constitucional didático**. 2ª ed. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora Ltda., 1992.

CARVALHO, M.C.M. de. **Construindo o saber**. 8ª ed. Campinas: São Paulo: Papyrus Editora, 1998.

CHOUKE, F. H. **Garantias constitucionais**. São Paulo: RT, 1995.

COMPARATO, F.K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (2007). Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph>. Site visitado em 17 de março de 2015.

EISENHARDT, K.M. Research notes and commentaries what passes as a rigorous case study. Elsevier, 1989, p. 44.

FIORILLO, C.A.P. **Curso de direito ambiental**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva 2004.

FIORILLO, C.A.P. RODRIGUES, M.A. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FOSCHIERA, A.A. Globalização e movimentos sociais: o caso do Movimento União dos Lavradores do Vale de Guaporé – Mato Grosso. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

GALIZONI, F. **A Terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

GERMANI, G.I. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA; ULBRA, 2003.

GUERRA FILHO, W.S. **Direito processual constitucional – fundamentos teóricos e aspectos dogmáticos**. Saraiva: São Paulo, 2000.

GUIMARÃES, D.T. **Dicionário técnico jurídico**. 3ª ed. Rideel: São Paulo, 2001, p.426.

GÜNTHER, M. **Desenvolvimento histórico dos direitos humanos**. Themis: Fortaleza, v.2, n.1, p.81 -94,1998.

HARTLEY, J.F. Case studies in organizational research. **In**: CASSELL, C. e SYMON, G. (Ed.). *Qualitative methods in organizational research: a practical guide*. London: Sage, 1994. 253p. p. 208-229.

LINS, R.P. **Limnologia da Barragem de Acauã e codeterminantes socioeconômicos do seu entorno: uma nova interação do limnólogo com sua unidade de estudo**. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia territorialidade. **In**: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23ª, 2002, Gramado. Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia.

MAIA, T. L. **Metodologia básica**. Fortaleza: Gráfica UNIFOR, 1994.

MARTINS FILHO, I.G. da S. **Os direitos fundamentais na constituição de 1988**. Disponível em <http://www.ido.org.br/dt.htm>.1999. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

MIRANDA, J. **Manual de direito constitucional**. 2ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora Ltda., 1998.

MORAES, A. de. **Direito constitucional**. 9ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 2001.

_____. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo, Editora Atlas, 1998.

MORAES, M.S.M. **No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990.** 1994. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1994.

MORAES, M.S.M. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: da Universidade/UFRGS, 1996. (137-170).

NETO, M.F.; SILVA, P.C.M da; PERREIRA, R.A. **Impactos socioambientais causados pela construção de barragem: estudo de caso Acauã – PB.** Disponível no site www.revistascire.com.br. Revista Scire.vol.1. número 1. Agosto de 2012. Acessado em 17 de março de 2015

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, v.1., n.3, 1996, p.43.

OLIVEIRA, F.G.de. **Uma experiência de assessoria a atingidos por barragens.** Trabalho apresentado no VI Congresso da ALASRU – Associação Latino Americano de Sociologia Rural. Porto Alegre, UFRGS, 25 a 29 de novembro de 2002.

_____. SOUSA, A. M. BARROS JUNIOR, G.NASCIMENTO, M.F. **Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba.** Trabalho apresentado no I ECBS (PRIMEIRO ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 08 a 10 de junho de 2005.

PEREIRA, A.C. SILVA, G.Z. CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente.** São Paulo: Saraiva, 2011.

PINHO, R.C.R. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais.** São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

RIOS, A.V.V. (Organizador). **O Direito e o desenvolvimento sustentável**: curso de direito ambiental. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

ROCHA, F.L.X. **Direitos fundamentais na constituição de 1988**.

http://apamagis.com/publicações/cad_dout/caderno_dout1fase/dir_fundamen.htm. Acesso em 14 de fevereiro de 2015.

ROHTMAN, F.D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai, 1979-1983. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996 (106-136).

ROSEN, George. Política econômica e social no desenvolvimento da saúde pública. In: ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social, ensaios sobre a história da assistência médica**. Rio de Janeiro, Graal, p.213, 1979.

SANTOS, A.F.M. **A Comunidade de Porto Corís e os aspectos socioeconômicos do processo de licenciamento da UHE Irapé – Vale do Jequitinhonha – MG**. Belo Horizonte: Procuradoria Geral da República, Minas Gerais, 2001.

SARLE, I.W. **Os direitos fundamentais sociais na constituição de 1988**. Disponível em <http://www.ornet.com.br/pages/idp/dise.num>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1998.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, J.A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

SILVA, R.G.S; SILVA, V. de P. da. **Os atingidos por barragens**: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento de Olho D'Água em Uberlândia-MG. Sociedade e Natureza 2001 23(3). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327203004>. Acesso em 24 de fevereiro de 2015.

SOUSA, R. S. Direitos Humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. **In:** NOVAES, R. R.; LIMA, R. K. *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 47-79, 2001.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TUCCI, R.L; TUCCI, J. R.C. e. **Constituição de 1998 e Processo. Regramentos e garantias constitucionais do processo**. São Paulo: Editora Saraiva, 1989.

VAINER, C.B. Conceito de atingido: uma revisão do debate. **In:** ROTHAMAN, F.D. (Ed). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Ed. UFV, 2008, p.39-62.

VALLE, C. E. do. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. 5ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

VICENTE, P. ALEXANDRINO. M. **Direitos Fundamentais – Teoria Geral e artigos da CF/88**. Impetus. São Paulo: 2003.

WERNECK, A. **Sociedade de risco, de Ulrich Beck**. Tradução de Sebastião Nascimento. Editora 34, 2010.

YIN, R. **Estudo de caso: procedimentos e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAVASCKI, T. A.. **Direitos fundamentais de 3ª geração**.

<http://www.telajuridica.com/at/dir3ger.htm>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

ZHOURI, A. Hydroelectric Dams and Sustainability. Perspectives on the use of hydroelectric energy in Brazil. Can small dams help avoid social and environmental problems? **In:** **Seminário Teuto-Brasileiro de Energias Renováveis, Anais...**, Berlim, Fundação Heinrich Boell, 2003. Disponível em: <http://www.boell.de/de/04_thema/2035.html. Acesso em: 14 de fevereiro de 2015.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. **In:** ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D

(Orgs.). **A Insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005. p. 89-116.

ZHOURI, A. OLIVEIRA, R. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil Rural**: o caso das usinas hidrelétricas. Ambiente e Sociedade. Campinas, vol. X, nº. 2, p. 119/135. 2007. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

SITES VISITADOS

www.andrabia.com.br

www.ipea.com.br

www.informacoesdobrasil.com.br

APÊNDICES

APÊNDICE I

ENTREVISTA COM SENHOR OSWALDO BERNARDO DA SILVA**IDENTIFICAÇÃO**

1)NOME: OSWALDO BENARDO DA SILVA

2)IDADE: 42

3)ESTADO CIVIL: CASADO

4)ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO

5)TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE: SIM. NA COORDENAÇÃO GERAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB

6)VOCÊ MORA EM ALGUMA COMUNIDADE ATINGIDA PELA BARRAGEM DE ACAUÃ? MORAVA EM PEDRO VELHO, SAI DE LÁ EM 2009 DEPOIS DA EXECUÇÃO DO MEU IRMÃO QUE EU FUI AMEAÇADO DE MORTE AÍ VIM PARA CÁ (CAMPINA GRANDE).

7)MANTEM ALGUMA RELAÇÃO DE PARENTESCO OU DE CONVIVÊNCIA COM AS PESSOAS DAS COMUNIDADES? QUAL? A RELAÇÃO É PRESENTE CONVERSANDO, DIALOGANDO SOBRE OS PROBLEMAS DA COMUNIDADE. **MAS EXISTE ALGUMA FAMÍLIA SUA LÁ?** EXISTE, EXISTE, EXISTE MEU PAI, MINHAS TIAS, MEUS TIOS, SOBRINHOS.

8)COM RELAÇÃO AO QUE ACONTECEU COM SEU IRMÃO ELES NÃO SE SENTEM INSEGUROS LÁ NÃO? SIM SENTEM. MINHA MÃE TAMBÉM TEVE QUE SAIR DE LÁ POR QUE ELA SEMPRE FICAVA LEMBRANDO DO QUE ACONTECEU LÁ. MEU PAI FICOU DE TEIMOSO LÁ JUNTO COM MEU OUTRO IRMÃO QUE É ACAMPADO LÁ.

FG/PS: EM PEDRO VELHO NÃO HAVIA ASSASSINATOS, PORÉM EM DENTRO DE 10 ANOS HOUE 10 ASSASSINATOS EM PEDRO VELHO, UM POR

ANO – DESESTRUTURAÇÃO DA COMUNIDADE QUE ACARRETOU A INCIDÊNCIA ASSASSINATOS – DIREITO À VIDA

9) O ASSASSINATO DO SEU IRMÃO OCORREU DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM? FOI ELE ERA UMA DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS, NÓS FIZEMOS UMA OCUPAÇÃO EM MAIO DE 2009 EM ITATUBA EM MELANCIA E A PARTIR DAÍ COMEÇOU UMA SÉRIE DE AMEAÇAS E ELE NÃO CONSEGUIA ENTENDER, NEM AGENTE ENTENDER DAQUI A POUCO FOI EXECUTADO E A GENTE NÃO SABE QUEM MANDOU MATAR NEM QUEM SÃO OS EXECUTORES.

LOGO DEPOIS A MORTE DELE HOUVE MAIS TRES EXECUTADOS E NÃO HOUVE CONCLUSÃO DE INQUERITO. COLOCARAM TRES DELEGADOS PARA DESCOBRIR A MORTE DO MEU IRMÃO E NUNCA CONSEGUIRAM DESCOBRIR.

EU MOREI EM PEDRO VELHO POR TRINTA ANOS NUNCA TEVE ASSASSINATO, NUNCA SE OUVIU FALAR EM ASSASSINATO.

FG/PS: O QUE VALE PARA OS DEMAIS ASSASSINATOS. EM DEZ ASSASSINATOS JAMAIS HOUVE UM JURI.

INÍCIO DA LUTA

10) COMO SE INICIOU A LUTA? A LUTA TEVE VÁRIOS FOCOS. EM PEDRO VELHO FOI EM 2002 E EM OUTRAS COMUNIDADES, MAS A GENTE NÃO TEVE ESSA RESISTENCIA POR REGISTRO, REGISTRADO, MAS HOUVE ESSA RESISTÊNCIA. EM PEDRO VELHO FOI EM 2002, MAS ONDE HOUVE A PAREDE DA BARRAGEM TEVE UMA REAÇÃO DA COMUNIDADE, MAS FOI UMA REAÇÃO PEQUENA, ELES TENTARAM PROIBIR LÁ, MAS FOI UMA REAÇÃO PEQUENA NÃO ESTAVAM ARTICULADOS. FORÇA MESMO FOI EM 2002 QUANDO A GENTE ESTUDANTE DA UFCG, NA ÉPOCA ERA UFPB, MEU AMIGO OSWALDO DE BRITO FAZIA HISTÓRIA ARTICULOU JUNTO COM EDGAR MALAGOD E FERNANDO GARCIA FALOU DA SITUAÇÃO DE LÁ E ELES ACHAVAM QUE ERA MENTIRA QUE NÃO ERA AQUILO TUDO E RESOLVERAM IR LÁ E QUANDO CHEGARAM LÁ VIRAM QUE ERA MUITO

PIOR DO QUE SE DIZIA AÍ A PARTIR DAÍ CONSEGUIU ARTICULAR O PADRE, PADRE RÔMULO NAQUELA ÉPOCA, AÍ ELES TINHAM ACESSO A INTERNET QUE A GENTE NÃO SABIA O QUE DIABO ERA INTERNET AÍ CONSEGUIRAM PERCEBER QUE EXISTIA O MAB NACIONAL E EXISTIA 14 DE MARÇO QUE É O DIA INTERNACIONAL DE LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, A PARTIR DAÍ ENTRARAM EM CONTATO COMO MAB AÍ VEIO O COMPANHEIRO ULISSES E A PARTIR DAÍ HOUVE UMA SÉRIE DE REUNIÕES E COMEÇOU A SENTAR E DISCURTIR A QUESTÃO DA INDENIZAÇÃO PORQUE NINGUEM SABIA QUANDO IA RECEBER NEM QUANTO ERA O VALOR, ESSA ERA A PERGUNTA, POR QUE ATÉ OMOMENTO NINGUÉM DIZIA NADA A GENTE, NINGUEM TINHA RESPOSTA. AÍ ARTICULOU O MAB AÍ VEIO O COMPANHEIRO DO RIO GRANDE DO SUL DELMAR, AÍ DEPOIS VEIO OUTRO COMPANHEIRO DO CEARA JOSINALDO QUE É DA COORDENAÇÃO DO MAB TAMBÉM E ELES DISSERAM QUE SE “VOCÊS FOREM CONTINUAR ESSA LUTA SÓ COM AS FAMILIAS DE PEDRO VELHO VOCÊS NÃO VÃO CONSEGUIR NADA, VOCÊS TEM QUE VÊ QUAIS SÃO AS FAMÍLIAS ATINGIDAS, ONDE ESTÃO, QUAIS SÃO AS COMUNIDADES, QUAIS SÃO OS ATINGIDOS E A PARTIR DAÍ A GENTE VAI FAZER UM TRABALHO DE BASE COM ESSAS FAMILIAS JUNTAR E FAZER GRANDE ATO EM CAMPINA GRANDE OU EM JOÃO PESSOA” FOI A PARTIR DAÍ QUE A GENTE COMEÇOU A SE REUNIR FIZEMOS UM CRONOGRAMA DE REUNIÕES NAS COMUNIDADES COM AS LIDERANÇAS DAS OUTRAS COMUNIDADES REUNIMOS E PLANEJAMOS VIM PARA AQUI EM CAMPINA GRANDE. AINDA TEVE UM PROBLEMA SÉRIO NAS COMUNIDADES VOCÊ IMAGINA SÓ SE O POVO DO CAMPO SEM TER ESSA PRÁTICA DE SE JUNTAR E REINVINDICAR DIREITO, DE VIM PRA RUA?! É DIFICIL, PROCESSO COMPLICADO E A INVESTIDA DA POLÍTICA LOCAL DE VEREADOR DE CABO ELEITORAL QUE DIZIA QUE SE A GENTE VIESSE IA LEVAR BALA DE BORRACHA, IA APANHAR, IA SER PRESO, MAS A GENTE CONSEGUIU TRAZER MAIS DE QUINHENTAS PESSOAS PRA AQUI PRA O ESCRITORIO DE INTERIORIZAÇÃO DA PARAÍBA QUE ERA AÍ NA ANTIGA CARANGUEJOBE FIZEMOS UMA MARCHA MUITO BOA AQUI, DE MANEIRA ORGANIZADA, FILA INDIANA NÉ,

CARRO DE SOM COM NOSSAS FALAS, COM O APOIO DA UFCG, COM O APOIO DO MST NO SENTIDO DE...COM A PRÓPRIA BANDEIRA DELES, MAS O POVO QUE ESTAVA ERAM ATINGIDOS POR BARRAGEM E A PARTIR DESSE MOMENTO A GENTE CONSEGUIU...FREI ANASTACIO TAMBÉM PARTICIPOU FREI ANASTACIO...E A PARTIR DESSE MOMENTO O ESTADO, ELE COMEÇOU A RECONHECER QUE TINHA UM PROBLEMA A PARTIR DO POVO TER COLOCADO A CARA NA RUA ATE ISSO NÃO TINHA PROBLEMA. AÍ A GENTE CONSEGUIU REUNIR NA EPOCA A SECRETARIA ERA CISLENE, EM OUTROS MOMENTOS NA RADIO ELE DIZIA QUE NÃO TINHA PROBLEMA NERA, AÍ A PARTIR DESSE MOMENTO DO POVO NA RUA ELE VIU QUE TINHA QUE CONVERSAR, AÍ ENTRAMOS A FORÇA LÁ NÉ AÍ A POLÍCIA DE CHOQUE TENTOU IMPEDIR QUE ENTRASSEMOS NO ESCRITÓRIO, A GENTE ENTROU E DISSE QUE QUERIAMOS CONVERSAR COM VOCÊ E DAQUI SAIR COM UMA DATA AGENDADA COM O GOVERNO DA PARAÍBA NA ÉPOCA ERA ROBERTO PAULINO, ERA ZÉ MARANHÃO, MAS ELE SAIU PARA REELEIÇÃO. AÍ O GOVERNADOR MARCOU AUDIÊNCIA FOI MUITO BOA A PARTICIPAÇÃO AQUI FOMOS PARA JOÃO PESSOA DEPOIS E A PARTIR DAÍ A LUTA CONTINUOU E CADA DIA QUE SE PASSA QUANDO SE CONSEGUE UM DIREITO AÍ SE QUER MAIS DIREITO ESSE PROCESSO A PARTIR DA CONSCIENTIZAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO COMEÇOU COM A INDENIZAÇÃO ACCHAVA QUE IA RECEBER AQUELE DINHEIRO PARAR POR AÍ E NÃO PAROU HOJE CONTINUA NÉ E VÁRIAS PESSOAS QUE INICIARAM NÃO TÁ MAIS HOJE MAS A LUTA CONTINUA HOJE ESTOU AQUI MAS PELO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO QUE O POVO JÁ APRENDERAM E APRENDE ESSA LUTA VAI CONTINUAR COMO JOÃO PEDRO TEIXEIRA DIZIA: ESSE É COMO ELE CHAMA UM FOGO DE MUTURO NO INTERIOR ELE ESTÁ LÁ ABAFADO A QUALQUER MOMENTO ELE PODE EXPLODIR.

11) COMO O INTERESSE PELO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ ENTROU EM SUA VIDA? PELA NECESSIDADE DE REINVINDICAR OS DIREITOS PELA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS. NESSA ÉPOCA EU TRABALHAVA DE ALMOXARIFE E EU CHEGAVA EM CASA MUITO CANSADO SÓ PASSAVA 15 DIAS AS VEZES E A REUNIÃO ERA NO

SÁBADO A NOITE E MINHA ESPOSA FICAVA: “RAPAZ VAI PARA A REUNIÃO”. ELA TAMBÉM FORÇOU EU IR PARA A REUNIÃO, MAS EU SEMPRE GOSTEI SABE, QUANDO AQUI EM CAMPINA GRANDE PARTICIPEI DE MOVIMENTO ESTUDANTIL AQUI EM CAMPINA GRANDE CA SABE SEMPRE GOSTEI SÓ QUE NAQUELE MOMENTO ESTAVA MUITO LIGADO AO TRABALHO, À ESCRAVIDÃO AÍ NÃO CHEGAVA TÃO CANSADO QUE NÃO IA PARA A REUNIÃO MAIS. AÍ MINHA ESPOSA CONSEGUIU ME INCENTIVAR A IR PARA AS REUNIÕES AÍ A PARTIR DAÍ FOI QUE ENTREI. INICIOU COM ABEL, FÁBIO/FÁTIMA CONTINUOU NÉ E O UTRAS PESSOAS QUE DERAM MAIS FIRMEZA NA LUTA.

12) DENTRO DESTAS PESSOAS QUE INICIARAM AINDA CONTINUAM? ABEL SAIU NÉ NÃO ESTÁ MAIS PARTICIPANDO, FÁTIMA CONTINUA CONTRIBUINDO MAIS DE MANEIRA ESPONTÂNEA NÃO TEM TEMPO, MAS EDVALDO CONTINUA E SURTIU OUTRAS LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES, VÁRIAS LIDERANÇAS.

13) QUAIS ERAM AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES QUANDO O MOVIMENTO COMEÇOU EM 2002? INDENIZAÇÃO NÉ, PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NÉ O INÍCIO A REIVINDICAÇÃO ERA ESSA, PRINCIPAL ERA PAUTA QUERO RECEBER O DINHEIRO ISSO ERA A PRINCIPAL IA INAUGURAR A BARRAGEGM E NÃO SE FALAVA DE PAGAR A NINGUÉM MAS TEVE GENTE QUE RECEBEU ALGUMA COISA

MAS ELES (O GOVERNO) TINHA IDO LÁ, ENTRADO EM CONTATO COM VOCÊS? FIZERAM ALGUM ACORDO? ELES FORAM LÁ FIZERAM ALGUMAS MEDIÇÕES MAS DIZER O VALOR DA CASA NÃO DIZER QUANTO IA RECEBER NÃO EU O PESSOAL PERGUNTAVA “EI QUANTO É QUE VAI SER MINHA CAASA? EI RAPAZ SEI NÃO EU SEI QUE VAI SER TRÊS TIPOS DE CASA CASA A, B E C A GENTE TÁ PEGANDO AQUI MAS O VALOR A GENTE NÃO PODE DIZER PARA VOCÊS NÃO” É TANTO QUE A GENTE PENSAVA QUE CASA A SERIA UMA SIMPLES, B MEDIA E C UMA CASA MELHOR...(E ELES NÃO DAVAM CARACTERISTICAS DA CASA NÃO) QUANDO A GENTE SE DEPAROU EM 2002 ELES ESTAVAM FAZENDO CASA DE PLACA E A GENTE COMEÇOU A SE PERGUNTAR “E A CASA É AQUELA” AÍ MUITA GENTE PEGOU

O DINHEIRO DA INDENIZAÇÃO E DISSE “EU VOU FICAR COM ESSE DINHEIRO MESMO MELHOR DO QUE AQUELA CASA”

E AS DEMAIS REINVIDICAÇÕES? O PROCESSO FOI O SEGUINTE QUANDO A GENTE VEIO PARA CAMPINA GRANDE JÁ COMEÇOU A NEGOCIAR OS PAGAMENTOS E PARA JOÃO PESSOA SÓ QUE NÃO PAGARAM A TODO DE UMA VEZ. O PRIMEIRO PAGAMENTO SÃO TRÊS MUNICIPIOS ATINGIDOS E SEIS COMUNIDADES ELES PRIORIZARAM A PAGAR EM AROEIRAS NA SEDE DE AROEIRAS AÍ NESSE MOMENTO FOMOS PARA AROEIRAS TODOS DA CIDADE FORAM PARA LÁ QUEM ESTAVAM NA RELAÇÃO FOI E UM DEPUTADO DAQUI DE CAMPINA GRANDE NÃO LEMBRO O NOME TODO ESTRESSADO MEIO VIOLENTO E ELE QUESTIONANDO NÉ ATÉ ABEL DISSE A ELE E ELE DISSE QUE O DEPUTADO FREI ANASTACIO ERA UM BOSTA AÍ ABEL DISSE BOSTA É VOCÊ RAPAZ AÍ TEVE UM QUEBRA PAU DE CONVERSA NÉ AÍ DEPOIS QUE TEVE ESSE PAGAMENTO AÍ A GENTE DISSE QUE O PAGAMENTO TEM QUE SER NAS COMUNIDADES, ELES TEM QUE IR NAS COMUNIDADES ENTENDEU...AÍ A GENTE DISSE OH OS PAGAMENTOS TEM QUE SER NAS COMUNIDADES NINGUEM VAI SAIR DE LÁ NÃO AÍ A GENTE FOI NO IPA (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO AGRICOLA) AÍ ELES DISSERAM QUE TINHA QUE IR NAS COMUNIDADES NUMA IGREJA, ESCOLA, UMA SEDE DE ASSOCIAÇÃO COMO IR PARA A SEDE DE AROEIRA.

14) COMO SE ESTRUTUROU A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS DE ACAUÃ? A GENTE PEGOU A LIDERANÇA DE CADA COMUNIDADE, CADA COMUNIDADE TEM TRÊS A QUATRO PESSOAS PARA COORDENAR A GENTE SE REUNE COM ESSAS PESSOAS QUANDO ELES NÃO CONSEGUEM DÁ CONTA A GENTE FAZ UMA ASSEMBLEIA E PASSA OS INFORMES DO QUE ESTÁ ACONTECENDO.

A MESMA COISA ACONTECE COM ÁGUA PABA? SIM ACONTECE

15) QUAL O SIGNIFICADO DA UFCG E DOS DEMAIS APOIADORES NO SURGIMENTO DA LUTA DOS ATINGIDOS DE ACAUÃ? PRA GENTE FOI UMA SIMBOLOGIA MUITO IMPORTANTE NÉ POR QUE A GENTE SABE QUE A

ACADEMIA POR SI SÓ NÃO ESTÁ A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA A GENTE TEM ESSA CLAREZA MAS POR CAUSA DE ALGUMAS PESSOAS DENTRO DA UFCG TEVE A CAPACIDADE DE ENTENDER QUE PELO TRABALHO DELES A CIENCIA QUE ELES CONSEGUIRAM PRODUZIR AQUI TEM QUE ESTÁ A SERVIÇO DO POVO MAS A GENTE SABE QUE A ACADEMIA EM SI NÃO ESTÁ NÃO TEM ESSA CAPACIDADE DE DIZER ASSIM “ A GENTE VAI FAZER ESSE TRABALHO AQUI PARA LIBERDADE DO POVO” TEM CONHECIMENTO EM SI MAS NÃO TÁ A SERVIÇO DO POVO AINDA BEM QUE TEM ALGUMAS PESSOAS QUE COMEÇARAM ENTENDER ESSE PROCESSO É O CASO DE FERNANDO, DE GENIVAL, DE EDGARD MALAGOD DENTRE OUTROS DE FAZER ESSE DISTANCIAMENTO DAQUI PARA TRABALHAR COMO POVO

16)QUAIS AS REIVINDICAÇÕES ATUAIS DA COMUNIDADE? AS REINVIDICAÇÕES NÉ ELAS CONTINUAM O PAGAMENTO A GENTE QUERIA FAZER UMA REAVALIAÇÃO, MAS PARA MUDAR A VIDA DAS PESSOAS SÓ O DINHEIRO NÃO BASTA A NOSSA GRANDE LUTA HOJE É O REASSENTAMENTO É REASSENTAR AS FAMÍLIAS A GENTE SABE QUE ISSO NÃO VAI RESOLVER O PROBLEMA DE TODO MUNDO, MAS PELO MENOS VAI MINIMIZAR O PROBLEMA. O QUE ACONTECE, VOCÊ QUANDO É UM REASSENTADO DA REFORMA AGRARIA TEM UMA SERIE DE PROBLEMAS NO SENTIDO DA MORADIA POR QUE? POR QUE VOCÊ RECEBE UMA CASA PARA VOCÊ REPRODUZIR E CONSEGUIR VIVER DAQUELE ESPAÇO QUE VOCÊ CONSEGUIU DA LUTA AÍ DAQUELE MOMENTO, DOIS TRÊS ANOS CONSEGUIE SEU FILHO CASAR E VAI MORAR ALI AÍ DAQUELE ASSENTAMENTO VAI APARECER UMA FAVELA QUE AS FAMÍLIAS NÃO VÃO PARA LONGE QUEREM FICAR LÁ TUDO JUNTINHO IMAGINE NÓS QUE NÃO FOMOS REASSENTADOS O QUE ESTÁ GERANDO, ESTAMOS MORANDO NUMA AREA COMO SE FOSSE UMA FAVELA RURAL ONDE FAZ DOZE ANOS QUE IMAGINE QUANTAS PESSOAS JÁ CASARAM, QUANTOS FILHOS JÁ NASCERAM NÉ ISSO ENTÃO PARA MINIMIZAR O PROBLEMA QUEREMOS O REASSENTAMENTO. NO CASO DE PEDRO VELHO ONDE MORA UMAS TRES MIL PESSOAS A GENTE QUER DESENVOLVER O TRABALHO COM UM TIPO DE TRABALHO ARTESANAL PARA AS MULHERES OU A INDUSTRIA POR LÁ POR QUE LÁ TEM OUTRAS ATIVIDADES DE PROFISSÃO TEM PEDREIRO, TEM FUNCIONÁRIO PÚBLICO, A DIVERSIDADE É MAIOR E MAIS PROBLEMAS

ÁGUA PABA TAMBÉM SERIA EM TORNO DO REASSENTAMENTO?
SIM REASSENTAMENTO, SÓ QUE ELA É UMA COMUNIDADE ESPECÍFICA BEM DIFERENTE DAS OUTRAS. ELA NÃO FOI ALAGADA, ELA AINDA PEGA ÁGUA DA BARRAGEM, O PESSOAL AINDA CONSEGUIE PRODUIR, AINDA PLANTA, PESCA. ELA PERDEU O ACESSO PARA AS OUTRAS COMUNIDADES, PARA JOÃO PESSOA, PARA CAMPINA GRANDE, FICARAM ISOLADAS. AINDA TEM SEU PEDACINHO DE TERRA, TEM HISTÓRIA AINDA VIVA LÁ, EXISTE AINDA. MAS A VIOLÊNCIA JÁ AFETOU ESSAS FAMÍLIAS

EM ÁGUA PABA O QUE ACONTECEU DE DIFERENTE DEPOIS DA BARRAGEM? PERDERAM O ACESSO, TEM GENTE QUE ERA COMERCIANTE E QUE TINHA COMERCIO FECHOU, UMAS TRES PESSOAS TIVERAM QUE IR EMBORA, TODOS FICARAM ISOLADOS AS FAMÍLIAS LÁ, AS CASAS SÃO AS MESMAS É TANTO QUE PARA IR LÁ NÓS VAMOS TER QUE GASTAR UMAS DUAS HORAS DUAS HORAS E MEIA TEM QUE PECORRER QUEIMADAS, AROEIRAS, UMBUZEIRO OU IR POR ITABAIANA, GOIANA, TIBAUBA

SOBRE A BARRAGEM

17)QUAL O MOTIVO DADO PELO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA A ESCOLHA DESTA REGIÃO PARAIBANA PARA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM? SEGUNDO OS DADOS ERA POR QUE O ESPAÇO ARMAZENAVA MUITA ÁGUA ADEQUADA PARA ATENDER A DEMANDA DE CAMPINA GRANDE POR QUE NOS ANOS 90 IA TER UM COLAPSO DE ÁGUA AQUI EM CAMPINA GRANDE, BOQUEIRÃO QUASE CHEGAVA NO FINAL ENTÃO ELES PENSARAM QUE O MAIS PRÓXIMO ERA A BARRAGEM DE ACAUA SÓ QUE ESSE JÁ É O SEGUNDO PROJETO JÁ TEVE O PRIMEIRO PROJETO NOS ANOS 80 NA EPOCA DE FIGUEREDO SALVO ENGANO QUE VEIO A EMPRESA DE SÃO PAULO CHAMADO DE FERREIRA GUEDES S/A E ESSA EMPRESA FEZ UM CANTEIRO DE OBRA SÓ VOCÊ VENDO QUE EU TENHO ATÉ AS FOTOS DELA AQUI GUARDADA AQUI COISA DE PRIMEIRO MUNDO ISSO NOS ANOS 80, POSTO DE ABASTECIMENTO,

FIZERAM UM ACAMPAMENTO, FIZERAM AS OMBREIRAS DA BARRAGEM E ELA NÃO FOI EXECUTADA, O DINHEIRO FOI DESVIADO, VEIO MUITA GENTE DE FORA DE OUTROS ESTADOS QUE ERAM PROFISSIONAIS COMO ENGENHEIRO, MOTORISTA DE MAQUINA PESADA...FOI UM MOMENTO BOM PRA GENTE LÁ SABE, O ORGAO DO ESTADO ERA O DNOCS QUE PAGOU MUITA GENTE SOBRE A TERRA MAS ELES FORAM EMBIORA E NÃO FIZERAM MAS FOI EM 99 QUE CHEGOU PARA ESSA BARRAGEM PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE CAMPINA GRANDE NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

E VOCÊS SÃO SUPRIDOS DESTA NECESSIDADE DE ÁGUA? SÓ PEDRO VELHO TEM ÁGUA, SÓ QUE UMA ÁGUA PARA OS DIREITOS HUMANOS É UMA ÁGUA QUE VIOLA OS DIREITOS HUMANOS NÃO É UMA ÁGUA TRATADA É UMA ÁGUA POLUÍDA A GENTE CONSEGUIU MANDAR FAZER UMA ANALISE DESTA AGUA FAZ UM MÊS MAIS OU MENOS JÁ PASSARAM O PROBLEMA QUE ELA TROUXE TEM UNS DADOS QUE EU NÃO ENTENDO TECNICAMENTE QUE É MUITO RUIM E A GENTE GUARDA ESSE MATERIAL POR QUE SE COLOCAR ISSO AGORA ISSO É RUIM PODE ALGUÉM TIRAR PROVEITO DESTE MOMENTO ENTÃO DEIXA PASSAR ESSA ELEIÇÃO AÍ LEVO AO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE.

AS DEMAIS COMUNIDADES TAMBÉM PASSAM POR ESTA SITUAÇÃO? PASSAM. ÁGUA PABA TEM ALGUMAS CISTERNAS QUE A GENTE CONSEGUIU NÉ ALGUMAS CISTERNAS DE PLACAS, ELES TEM ACESSO AO RIO MAS NO RIO ESSA ÁGUA TEM MUITO ESGOTO QUE CAE DENTRO DELA PRINCIPALMENTE DE BONDOCONGO, ALCANTIL, BARRA DE SANTANA, UMBUZEIRO E ATÉ O ESGOTO DE NATUBA, ATÉ HOSPITALAR CAE DENTRO

18)A PARTIR DE QUE MOMENTO SE VERIFICOU QUE OCORRERIA ALGUM PREJUÍZO TRAZIDO PELA BARRAGEM DE ACAUÃ? DESDE NO INICIO HAVIA ANSIEDADE DAS PESSOAS PELA FALTA DE INFORMAÇÃO PELA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS Á INFORMAÇÃO QUE A GENTE NEM SABIA QUE TINHA ESSE DIREITO NINGUEM SABIA DISSO E AI O PESSOAL FICAVA

SE PERGUNTANDO “ E AÍ?” MUITA GENTE SABIA QUE NÃO IA SER BOMMAS ALGUNS DIZIA”MAS VAI MELHORAR VAI TER PROGRESSO” POR QUE O DISCURSO DO ESTADO ERA ESTE PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO MAS QUANDO O POVO SE DEPAROU MEU AMIGO COM A REAL SITUAÇÃO FOI SÓ PROBLEMA

19)QUAIS FORAM ESSES PREJUÍZOS? PREJUÍZOS MATTERIAIS E TEM OS IMATERIAIS. CULTURAL POR EXEMPLO IMAGINE SÓ A GENTE TEM MUITAS MULHERES QUE CONSEGUIAM GERAR RENDA ATRAVES DE FAZER GERERE QUE É UM INSTRUMENTO DE PESCA, FEITO UM ARCO, QUE GANHAVAM DINHEIRO COM ISSO, FAZIA PANELA DE BARRO PODE SER UMA COISA NÃO VALORIZADA PARA CÁ MAS PARA ELAS ERA MUITO VALORIZADA QUANDO ELAS FAZIAM AS PANELAS DE BARRO E TROCAVAM POR ALIMENTO EM PERNAMBUCO...QUEM MORAVA NA BEIRA DO RIO PEGAVA O BARRO, TINHA OS TIJOLOS MANUAIS QUE AS CASAS DE TODAS AS COMUNIDADES ATINGIDAS ERAM FEITAS DE TIJOLOS MANUAIS QUE A PROPRIA COMUNIDADE PRODUZIA OS TIJOLOS E CONSTRUIAM LEVANTAVAM O TIJOLO NEM SE USAVA CIMENTO NAQUELA EPOCA ERA SÓ BARRO E AREIA...TUDO ISSO FOI PERDIDO

20)HAVIA OPÇÕES COM MENOS IMPACTO AMBIENTAL NA MESMA REGIÃO? BARRAGEM NÃO TEM MENOS IMPACTO NÃO É SÓ IMPACTO SOCIAL, AMBIENTAL, CULTURAL, HISTÓRICO, NÃO TEM MENOS IMPACTO NÃO

21)QUAL A SITUAÇÃO LEGAL DO PROJETO DA BARRAGEM DE ACAUÃ? OLHA A GENTE SÓ TEVE ACESSO AO PROJETO EIA/RIMA QUE É O ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL DEPOIS QUE NÓS CONSEGUIMOS MOBILIZAR O POVO E ASSIM MESMO O PROCURADOR DO MEIO AMBIENTE DA EPOCA ERA VALDENOR EULAMPIO ELE QUERIA SE NEGAR DE PASSAR ESSE DOCUMENTO PARA A GENTE E QUANDO A GENTE CONSEGUIU PEGAR ESTE DOCUMENTO A GENTE PERCEBEU QUE ELE ERA PARA TER SIDO FEITO ANTES DE CONSTRUIR A BARRAGEM POR QUE ESSE DOCUMENTO ELE VAI DIZER O QUE VAI TRAZER DE PROBLEMA E O QUE O ESTADO TEM

DE FAZER PARA MINIMIZAR O PROBLEMA NÉ ISSO E ELE FOI FEITO EM 2000 ERA PARA TER FEITO ANTES DA BARRAGEM...FEITO APÓS A BARRAGEM

22)HOUE ALGUM BENEFÍCIO? QUAL OU QUAIS? NO MOMENTO QUE A GENTE AVALIA NÃO HOUE NENHUM BENEFÍCIO, ACREDITO QUE NADA POR QUE NEM ACESSO LÁ O POVO TEM.

BENEFÍCIOS RECEBIDOS PELA COMUNIDADE

23)QUAIS FORAM AS GRANDES CONQUISTAS ADQUIRIDAS PELO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS PARA OS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ? NÓS TEMOS UMA SÉRIE DE CONQUISTAS UMA DAS CONQUISTAS QUE POSSO DIZER NÃO É ECONOMICA É A CONSCIENCIA POLÍTICA, ACHO QUE A CONSCIENCIA POLÍTICA É A MAIOR CONQUISTA. A GENTE ERA COMO UNS CORDEIRINHOS VIVA LÁ TRANQUILO MAS A PARTIR DO MOMENTO QUE ASANHARAM AS ABELHAS COMEÇARAM A ATENDER COMO FUNCIONA O ESTADO, SEUS DIREITOS. E TRAZENDO PARA O LADO ECONOMICO A GENTE CONSEGUIU AVANÇAR NA INDENIZAÇÃO FOI POUCA MAS SE NÃO FOSSE A LUTA DO POVO NÃO TERIA RECEBIDO RESULTADO ATE HOJE COMO TEM DADOS NO BRASIL. HOJE AS FAMILIAS RECEBEM 1050 CESTAS BÁSICAS ATRAVES DA LUTA POR QUE SE NÃO FOSSE A LUTA NÃO CHEGARIA CESTA BÁSICA NA FAMÍLIA, AS FAMILIAS MESMO TRABALHAAM, ELAS DISTRIBUEM, TEM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO

TODAS AS COMUNIDADES RECEBEM ESSAS CESTAS? SIM TODAS RECEBEM. SÃO 1050 FAMILIAS QUE A GENTE TRABALHAM ENTÃO TODAS RECEBEM. ISSO É UMA AJUDA QUE A GENTE AVALIA QUE PARA A ECONOMIA É BOM POR QUE SE A FAMILIA QUISER COMPRAR UMA CARNIZINHA PARA MELHORAR SEU CARDAPIO É BOM É UMA ALIMENTAÇÃO DIGNA NÉ

ESTAS CESTAS VEM DO GOVERNO, DO MAB? VEM DO GOVERNO FEDERAL MAS É UMA REINVINDICAÇÃO DO MAB A GENTE CONSEGUIU ESSAS CESTAS QUANDO A GENTE FEZ UMA BAIXA EM 2007 FEZ UMA BAIXA DENUNCIANDO O ESTADO BRASILEIRO EM RELAÇÃO A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS INFRIGIDOS E FOI DIRETO PARA BRASÍLIA AÍ CONSEGUIU NEGOCIAR CESTAS BÁSICAS, O PROJETO DE EDUCAÇÃO, PROJETO DE PESCA COM MELHOR ESTADO PARA SE TRABALHAR, CONSEGUIMOS PROJETOS DE JOVEM E ADULTOS, CONSEGUIMOS 2 HECTARES DE TERRAS LÁ EM PEDRO VELHO PARA FAZER MORADIA PARA AS FAMÍLIAS...É RECENTEMENTE TROUXERAM PARA PEDRO VELHO UM PROJETO SOCIAL ONDE CONSEGUIMOS ATENDER MAIS DE 600 FAMÍLIAS COM UM CORTE DE CABELO, COM DOCUMENTOS, É RECENTEMENTE A GENTE CONSEGUIU ATRAVÉS DA LUTA O ESTADO ASSINAR UM DECRETO CRIANDO O GT (GRUPO DE TRABALHO) PARA VIABILIZAR MINIMIZAR OS PROBLEMAS DELES...ISSO É UM PROCESSO DE MUITA LUTA SE NÃO FOSSE A LUTA NADA DISSO TERIA AVANÇADO.

24) COM RELAÇÃO À COMUNIDADE DE ÁGUA PABA, COMO ERA SUA SITUAÇÃO ANTES DO ANO DE 2004? A SITUAÇÃO DE ÁGUA PABA É MAIS A QUESTÃO DO ISOLAMENTO, ELES FICARAM MUITO ISOLADO SÓ TEM ACESSO PARA NATUBA OU AROEIRAS. ANTIGAMENTE ELES TINHAM ACESSO TODO DIA PASSAVAM TRÊS ÔNIBUS DE NATUBA QUE PASSAVA EM ÁGUA PABA PARA JOÃO PESSOA ELES LEVAVAM A PRODUÇÃO DELES PARA ITABAIANA PARA AS FEIRAS LIVRES PARA JOÃO PESSOA ENTÃO ISSO TAMBÉM TEVE GENTE QUE TEVE DE IR EMBORA DE LÁ POR QUE FICOU ISOLADO MUITAS FAMÍLIAS FORAM EMBORA DE LÁ

HOUVE ALGUM BENEFÍCIO PRA ELES QUE VOCÊ TENHA CONHECIMENTO? RAPAZ EU ACHO QUE NÃO

25) VOCÊ TEM CONHECIMENTO SE A COMUNIDADE RECEBEU OU TEM RECEBIDO NOS ÚLTIMOS ANOS OU MESES ALGUMA AJUDA DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E/OU MUNICIPAL? QUAL? FEDERAL JÁ

FALEI, MAS ESTADO E MUNICÍPIO NÃO TEVE NÃO. DESSES SÓ OS PROGRAMAS SOCIAIS, O BOLSA FAMÍLIA

26) COMO O MAB TEM ATUADO NA COMUNIDADE DE ÁGUA PABA?
É UMA COMUNIDADE QUE NÓS TEMOS MUITA DIFICULDADE DE ATUAR, MAS TEMOS DUAS PESSOAS LÁ QUE É MARCOS E JOANA QUE SÃO DE LÁ QUE A GENTE SEMPRE CONSEGUE ARTICULAR COM ELES MARCAR REUNIÕES E TRAZER ELES PARA A CIDADE PARA AS ATIVIDADES DO MOVIMENTO.

27) COMO VOCÊ AVALIA O TRABALHO DO MOVIMENTO NESTA COMUNIDADE? A GENTE AVALIA COMO MUITO IMPORTANTE NO SENTIDO DE MOSTRAR AS PESSOAS QUE A GENTE FOI EDUCADO PARA ESPERAR POR HEROI QUE É O CABO ELEITORAL, VEREADOR, PREFEITO E O POVO JUNTO, UNIDO, ORGANIZADO É OUTRA VERTENTE NO ESTADO A GENTE CONSEGUE SE ARTICULAR, TRANSITAR DENTRO DO GOVERNO SEM PRECISAR DESSES CABRAS, É UMA OUTRA AUTONOMIA É UMA LIBERDADE PARA AS PESSOAS E ISSO INCOMODA MUITO A CLASSE POLÍTICA DESSE MUNICÍPIO.

RELAÇÃO COM O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM

28) VOCÊ PARTICIPA DO MAB? COMO? COORDENADOR GERAL. A GENTE SEMPRE TEM REUNIÕES ESTADUAIS, NACIONAL E A GENTE VAI SEMPRE SE REUNINDO, DISCUTINDO, ESTUDANDO, MOSTRANDO PARA A SOCIEDADE AS NECESSIDADES DAS FAMILIAS E É ESSE PROCESSO

29) A LUTA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ JÁ DURA MAIS DE 10 ANOS E SE CONSTITUI NUM CASO BASTANTE PECULIAR. COMO SE EXPLICA A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DESTE POVO? A RESISTENCIA ELA SEMPRE VAI TER DESDE QUE VOCÊ MEXA COM OS DIREITOS DE ALGUÉM ATÉ O DIREITO QUE VOCÊ NÃO SABE QUE É DIREITO

QUE É LEGAL POR EXEMPLO UM CAMINHO NO INTERIOR QUE TEM LÁ O CABA PASSA POR ALI MAS SE O ESTADO QUER MEXER COM AQUILO ALI O POVO JÁ TEM AQUELA CULTURA O POVO NÃO VAI DEIXAR ISSO ACONTECE SEMPRE QUE MEXER NO SEU DIREITO O POVO SEMPRE VAI RESISTIR E ACHO QUE ISSO EM QUALQUER SOCIEDADE VAI ACONTECER QUANDO SE VIOLAR O DIREITO DO POVO, ESSE ESTADO QUE ESTÁ AI NUNCA VAI AVANÇAR A GENTE APOIA DILMA APOIA RICARDO MAS SABEMOS QUE TEM QUE CONTINUAR A LUTA POR QUE O ESTADO NÃO É NEUTRO QUANDO MEXE COM A COMUNIDADE OU ALGUÉM O POVO VAI REAGIR SEMPRE AI TER ALGUÉM PARA DIZER “ISSO AQUI ESTÁ ERRADO”

30) DESISTIR, RESISTIR OU INSISTIR? POR QUÊ? EM RELAÇÃO A LUTA ELA SEMPRE VAI TER QUE INSISTIR. DESISTIR JAMAIS, RESISTIR E INSISTIR SEMPRE

APÊNDICE II

ENTREVISTA AOS MEMBROS DA COMUNIDADE DE ÁGUA PABA

PRIMEIRA ENTREVISTADA

- 1- **NOME:** MARIA ANSELMO GOMES DA SILVA
- 2- **IDADE:** 44 ANOS
- 3- **FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO?** FREQUENTOU ATÉ A 4 SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 4- **SABE LER E ESCREVER?** SABE LER E ESCREVER POUCO
- 5- **TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE?** SIM, NA AGRICULTURA.

SEGUNDA ENTREVISTADA

NOME: JOANA D'ARC DA SILVA

IDADE: 32 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? FREQUENTOU. TEM SEGUNDO GRAU COMPLETO E MAGISTÉRIO – PROFESSORA QUE ENSINA NO PROGRAMA JOVENS E ADULTOS. **SABE LER E ESCREVER?** SABE LER E ESCREVER

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, NO MOMENTO TEM CONTRATO COMO PROFESSORA

TERCEIRA ENTREVISTADA

NOME: MARIA SOCORRO DA SILVA

IDADE: 38 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? FREQUENTOU ATÉ A 8 SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

SABE LER E ESCREVER? SABE LER E ESCREVER

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, DONA DE CASA.

QUARTA ENTREVISTADA

NOME: MARIA DAS GRAÇAS SILVA – CONSCIENCIA POLÍTICA

IDADE: 63 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? FREQUENTOU E FEZ O SUPLETIVO **SABE LER E ESCREVER?** SABE LER E ESCREVER

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, DONA DE CASA.

QUINTA ENTREVISTADA

NOME: DANIELE BARBOSA PAULINO

IDADE: 20 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? FREQUENTOU. TERMINOU O 2 GRAU DO ENSINO MÉDIO

SABE LER E ESCREVER? SABE LER E ESCREVER

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? NÃO

SEXTA ENTREVISTADA

NOME: MARIA ERNESTO CAVALCANTI

IDADE: 46 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? FREQUENTA O PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS IMPLANTADO NA COMUNIDADE

SABE LER E ESCREVER? ESTÁ APRENDENDO

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, NA AGRICULTURA, PESCA E DONA DE CASA

SÉTIMA ENTREVISTADA

NOME: MARIA JOSÉ PEREIRA

IDADE: 64 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? NÃO FREQUENTOU

SABE LER E ESCREVER? NÃO SABE LER NEM ESCREVER

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, NA AGRICULTURA.

OITAVO ENTREVISTADO

NOME: MARCOS MARCELINO DA SILVA

IDADE: 33 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? FREQUENTOU ATÉ 4 SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

SABE LER E ESCREVER? POUCO, MAS SABE.

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, NA AGRICULTURA.

NONA ENTREVISTADA

NOME: FERNANDA MATIAS DA SILVA

IDADE: 24 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? FREQUENTOU ATÉ A 4 SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

SABE LER E ESCREVER? SABE LER NEM ESCREVER

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, NA AGRICULTURA E DONA DE CASA.

DÉCIMO ENTREVISTADO

NOME: FRANFLIN PEREIRA DA SILVA

IDADE: 55 ANOS

FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO? FREQUENTOU ATÉ O SEGUNDO GRAU INCOMPLETO

SABE LER E ESCREVER? SABE LER E ESCREVER

TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE? SIM, É VIGILANTE DO GRUPO ESCOLAR DA COMUNIDADE.

DÉCIMA PRIMEIRA ENTREVISTADA**NOME:** MARINALVA LOURENÇO GONÇALVES**IDADE:** 43 ANOS**FREQUENTOU ESCOLA? ATÉ QUE ANO?** FREQUENTOU ATÉ A 1 SÉRIE DO ENSINO FUNDAMETAL**SABE LER E ESCREVER?** SÓ SABE FAZER O NOME**TRABALHA? EM QUAL ATIVIDADE?** SIM, DONA DE CASA.**IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO****6- ENDEREÇO:** SÍTIO ÁGUA PABA**7- LOCALIZAÇÃO/ZONA:** ZONA RURAL DE NATUBA**8- BARRAGEM:** BARRAGEM DE ACAUÃ**TOTAL DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NO DOMICÍLIO:** 13**CARACTERÍSTICAS DO DOMÍCIO****9- TIPO DE DOMICÍLIO:**
CASAS DE TIJOLOS**10-O DOMICÍLIO É:**

- | | |
|------------------------------|---------------------------|
| 1 - PRÓPRIO – JÁ PAGO | 4 - CEDIDO PELO GOVERNO |
| 7 - OUTRO | |
| 2 - PRÓPRIO – AINDA PAGANDO | 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA |
| 8 - NÃO SABE | |

3 - ALUGADO

6 - OCUPADO/INVADIDO

11- A FAMÍLIA POSSUI DOCUMENTO POR ESCRITO DO IMÓVEL ATUAL?

1 - SIM 2 - NÃO 3 - NÃO SABE

PS: A SENHORA JOANA D'ARC AFIRMOU QUE O PAI DELA TEM O REGISTRO DO CARTÓRIO ONDE MORA TAMBÉM A SENHORA MARIA ANSELMO.

OS SENHORES OSWALDO BERNARDO DA SILVA E EDVALDO EXPLICARAM A NECESSIDADE DO REGISTRO E SUA IMPORTANCIA PARA O GOVERNO RECONHECER OS DIREITOS DOS RIBEIRINHOS NO CASO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM.

12- ESTE DOMICÍLIO ESTÁ LOCALIZADO EM/OU PRÓXIMO DA BARRAGEM?

1-SIM 2- NÃO 3- NÃO SABE

PS: A SENHORA MARIA DASGRAÇAS SILVA AFIRMOU QUE DESDE QUE MORA NA COMUNIDADE EM 1985 HOUVE A CHEIA NO RIO QUE IMUNDOU TUDO, INCLUSIVE FOI A PRIMEIRA VEZ QUE INUNDOU A CASA DE DONA DULCINETE E DO CUNHADO DELA QUE TIVERAM QUE SAIR COM A ÁGUA NO JOELHO. A CHEIA MAIOR FOI EM 1947 FOI QUANDO ACABOU O POVOADO. EM 2004 TEVE OUTRA CHEIA QUE DONA DULCINETE SE MUDOU COM A ÁGUA NO PESCOÇO; MOROU NO GRUPO ESCOLAR POR DUAS VEZES, MAS FICOU POR POUCO TEMPO – TORNO DE UM MÊS – O PREFEITO ALUGOU CASAS E COLOCOU OS DESABRIGADOS. COM A CHEIA DE 2004 MORREU UM MEMBRO DA COMUNIDADE AFOGADO E OS BOMBEIROS RETIRARAM DO MEIO DA BARRAGEM – FICA 12KM DO LOCAL QUE ESTAVAMOS.

DONA MARIA DAS GRAÇAS SILVA INFORMOU QUE O GOVERNO INFORMOU QUE SE A BARRAGEM ENCHESSE ATINGIRIA A COMUNIDADE, MAS O POVO NÃO ACREDITAVA.

TRANSPORTE E POLÍTICAS SOCIAIS

13. Como está a condição do transporte coletivo que atende à comunidade onde o domicílio está localizado?

- 1 - Muito boa 3 – Regular 5 - Muito ruim 7 - Não sabe
- 2 – Boa 4 – Ruim 6 - Não possui transporte coletivo

PS: DONA MARIA DAS GRAÇAS SILVA SE MANIFESTOU MAIS UMA VEZ AFIRMANDO QUE PARA ELA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM FOI RUIM POR QUE ANTES EXISTIA TRANSPORTE PÚBLICO DE DUAS EM DUAS HORAS PARA ITABAIANA, JOÃO PESSOA, MAS HOJE NÃO TEM MAIS ACESSO A NENHUMA CIDADE, ESTÃO TODOS DESOLADOS. NESTE MOMENTO TODOS SE MANIFESTARAM DIZENDO QUE NÃO TEM NADA, NEM TELEFONE, QUALQUER COISA QUE QUEREM TEM QUE SE LOCOMOVER PARA NATUBA OU AROEIRA. ELES AFIRMAM QUE TODOS DIZEM QUE ÁGUA PABA

14- O tempo de caminhada que é preciso fazer do local do domicílio até o local do ponto de ônibus é:

- 1 - Até 10 minutos 3 - De 20 a 40 minutos 5 - Mais de 60 minutos (1 hora)
- 2 - De 10 a 20 minutos 4 - De 40 a 60 minutos 6 - Não sabe

PS: O PREFEITO PERMITE QUE O ÔNIBUS ESCOLAR TRAGA E LEVE OS MORADORES DA COMUNIDADE, MAS ELE SÓ PASSA UMA VEZ.

APESAR DE TUDO POUCAS PESSOAS SE MUDARAM DA COMUNIDADE.

OS MORADORES RECLAMAM QUE NÃO TEM COMO VISITAR OS PARENTES E FAZER NADA. MAIS UMA VEZ DONA MARIADAS GRAÇAS SILVA AFIRMOU QUE TODOS COM A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIVERAM INTERESSES, PROMETEM, PORÉM ESQUECERAM OS MORADORES DA COMUNIDADE.

15- Qual a condição das estradas utilizadas pelos moradores para se deslocarem a partir do domicílio?

1 - Muito boa 3 - Regular 5 - Muito ruim 7 - Não sabe
2 - Boa 4 - Ruim 6 - Utiliza o rio

16- Em relação à educação, qual a avaliação sobre os itens a seguir:

1. Acesso à escola (distância, transporte)

____ ÓTIMO ____ BOM ____ RAZOÁVEL ____ RUIM ____ PÉSSIMO
____ NÃO SABE

PS: ÚNICO GRUPO ESCOLAR NA COMUNIDADE – NO INÍCIO DA COMUNIDADE

2. Estado geral da escola (infraestrutura, qualidade e tamanho das salas de aula, carteiras suficientes, água, luz etc.)

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

3. Quantidade de professores

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

4. Qualidade dos professores

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

5. Quantidade da merenda escolar servida

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

6. Qualidade da merenda escolar servida

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

17- Existem postos de saúde em funcionamento próximos ao domicílio?

1 - Sim 2 - Não 3 - Não sabe

PS: ESTÃO CONSTRUÍDO.

18- O domicílio recebe a visita da equipe do Programa Saúde da Família (PSF) e/ou de agentes de saúde?

1 - Sim

2 - Não

3 - Não sabe

PS: O MÉDICO E O AGENTE DE SAÚDE FICAM GRUPO ESCOLAR, SÓ VISITAM ALGUM IDOSO QUE NÃO PODEM SE DESLOCAREM

19- Em relação à saúde pública, qual a avaliação sobre os itens a seguir?

1. Acesso ao hospital, posto de saúde ou UPAs (distância, transporte etc.)

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

2. Acesso a consultas médicas no hospital ou posto de saúde (tempo de espera, disponibilidade de médicos)

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

3. Acesso a atendimentos mais simples (curativos, pontos, “tirar” pressão).

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

4. Acesso a atendimentos mais complexos (ortopedia, cardiologia, cirurgia, internação)

___ ÓTIMO ___ BOM ___ RAZOÁVEL ___ RUIM ___ PÉSSIMO
___ NÃO SABE

5. Disponibilidade de medicamentos no hospital ou posto de saúde

____ ÓTIMO ____ BOM ____ **RAZOÁVEL** ____ RUIM ____ PÉSSIMO
____ NÃO SABE

PS: QUALQUER URGÊNCIA TEM SE DESLOCAREM PARA NATUBA FRETANDO ALGUM CARRO DO VIZINHO OU DE MOTO OU DE ÔNIBUS.

O MÉDICO PASSA A RECEITA EM UM DIA E SE RECEBE NO OUTRO DIA EM NATUBA. A AGENTE DE SAÚDE TRAZ ALGUNS REMÉDIOS, ANTIGAMENTE TRAZIA MAIS.

RECLAMAM QUE O PREFEITO DESATIVOU UMA SALA DO GRUPO PARA IMPLANTAR UM POSTO, NÃO IMPLANTOU, DEPOIS ERA PARA COLOCAR COMPUTADORES COMPRADOS, MAS FAZ CINCO ANOS QUE NUNCA FEZ NADA COM A SALA E NUNCA TROUXE OS COMPUTADORES.

20 - Alguém deste domicílio recebe Bolsa Família atualmente?

1 - **Sim** 2 - Não 3 - Não sabe

PS: TODOS RECEBEM BOLSA FAMÍLIA E SEGURO SAVRA. DONA MARIA ERNESTO, MARIA ANSELMO E DONA DULCINETE SE CADASTRARAM NO PROGRAMA PESCA.

21- Alguém deste domicílio recebe aposentadoria, benefício previdenciário, ou pensão do INSS ou do governo estadual/municipal?

1 - **Sim** 2 - Não 3 - Não sabe

PS: NO LOCAL APENAS DONA MARIA DAS GRAÇAS SILVA, MAS EXISTEM OUTRAS PESSOAS APOSENTADAS NA COMUNIDADE.

22- Com relação à segurança, alguém da região já sofreu com algum ato de violência?

TODOS AFIRMARAM QUE VIVEM NA INSEGURANÇA, MAS DISSERAM QUE NÃO ERA POR CAUSA DA BARRAGEM. APÓS UMA REFLEXÃO ENTRE ELES APRESENTARAM CASOS DE ROUBOS DE MOTOS, ATENTADO DE HOMICÍDIO DE “ CABRA MACHO” QUE OCORREU HÁ UNS TRÊS ANOS ATRÁS, TODOS OS ACONTECIMENTOS OCORRERAM APÓS A BARRAGEM.

BARRAGEM

23- Há quanto tempo mora, sem interrupção, nesta região atingida por barragem?

Números de anos: EM MÉDIA MAIS DE VINTE ANOS. SÓ DONA MARIA ANSELMO FAZ CINCO ANOS ATRÁS

24- Com a construção da barragem, de que forma você e sua família foram atingidos?

- 1 - Perderam a propriedade ou a posse de área rural
- 2 - Perderam a propriedade ou a posse de área urbana
- 3 - Perderam a casa em que residiam
- 4 - Perderam benfeitorias ou outras casas de sua propriedade ou posse

5 - Sofreram danos (rachaduras, desmoronamentos) na casa ou em benfeitorias não desapropriadas

6 - Perderam sua fonte de renda ou o trabalho

7 - Perderam a capacidade produtiva das terras de parcela que sobrou do imóvel

8 - A pesca foi prejudicada - DIMINUIÇÃO DA DIVERSIDADE DE PEIXE.

9 - Houve diminuição ou perderam acesso a outras áreas onde coletavam produtos que geravam renda

10 - Houve diminuição ou perderam acesso a outras áreas onde coletavam produtos para o próprio consumo da família

11 - Tiveram estabelecimento comercial, de serviços ou industrial inviabilizado.

12 - Tiveram diminuição de renda

13 - Outra. Qual? O TRANSPORTE PÚBLICO, CRIAÇÃO DOS ANIMAIS FOI PREJUDICADA.

14 - Não foram atingidos

15 - Não sabe

PS: EM 2012 A ÁGUA DA CACIMBA SE TORNOU SALOBRA POR QUE A ÁGUA DO RIO VEM TAMBÉM DE BODOGONGÓ, COMO VEM DE NATUBA, DO HOSPITAL, UTILIZAM A ÁGUA PARA TONAR BANHO, PARA BEBER A ÁGUA VEM DA CISTERNA OU DO CARRO PIPA.

25- O reconhecimento da família, ou de parte da família, como atingida por barragem aconteceu:

1 - Por iniciativa da empresa construtora
judiciário)

3 - Por ação da justiça (sistema

2 - Após mobilização ou pressão de movimentos sociais 4 - Não sabe

PS: SÓ EM 2011 VEIO GENTE DO GOVERNO E TROUXE COLCHÃO E SÓ. O SENHOR OSWALDO BERNARDO SILVA E EDVALDO AFIRMARAM QUE A COMUNIDADE SÓ FOI RECONHECIDA APÓS A MANIFESTAÇÃO DO MOVIMENTO DO MAB E DA VISITA DOS DIREITOS HUMANOS. RESSALTARAM QUE AS CISTERNAS E AS CESTAS BÁSICAS QUE RECEBEM SÃO DA PRESSÃO QUE O MAB FAZ NO GOVERNO.

26- Com a construção da barragem, sua família precisou se mudar?

1 - Não, vivemos no mesmo local

2 - Não, nos mudamos por outro motivo

3 - Sim, mudamos de uma área rural para outra área rural

4 - Sim, mudamos de uma área rural para a cidade

5 - Sim, mudamos dentro da mesma cidade ou para outra cidade

6 - Sim, mudamos da cidade para uma área rural

7 - Não sabe

27- QUANTOS DE VOCÊS PARTICIPAM DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM? TODOS QUE ESTAVAM NO GRUPO LEVANTARAM O DEDO E DISSERAM QUE PARTICIPAVAM

DA COORDENAÇÃO GERAL? EU MARCOS E JOANA

VOCÊS TEM CONSCIÊNCIA DO TRABALHO DO MOVIMENTO PARA VOCÊS? JOANA, DONA FÁTIMA DISSERAM QUE FOI MARAVILHOSO

PRODUÇÃO/TERRA

28-Você ou algum outro residente deste domicílio trabalha com alguma forma de produção abaixo?

1 - Agricultura (lavouras, fruticultura, floricultura, hortaliças etc.)

2 - Atividade florestal

3 - Extrativismo

4 - Pecuária

5 - Aquicultura

6 - Pesca

7 - Não ou somente como complemento (horta caseira, galinhas para consumo próprio, pesca eventual etc.)

8 - Não sabe

29- A PRODUÇÃO DE VOCÊS É PARA VENDER? NÃO É PARA CONSUMO PRÓPRIO

NAS CONSIDERAÇÕES FINAIS: JOANA RECLAMOU A AUSÊNCIA DE INTERNET, ESTÃO ATRÁS DE COLOCARAM ANTENA NA CASA DE UM DOS FAZENDEIROS PARA TER ACESSO, RESSALTAM A AUSÊNCIA DO TELEFONE TAMBÉM E DA FALTA DE ACESSO DA ESTRADA.

APÊNDICE III

REGISTRO

FOTOGRAFICO

ANEXOS

ANEXO I

ENCONTRO ACADÊMICO PARA ESTUDO

ATIVIDADES	MESES								
	JUL 2013 A JAN 2014	FEV 2014	MAR 2014	ABR 2014	MAI 2014	JUN 2014	JUL 2014	AG 2014	SET 2014
ESTUDO COMPILAÇÃO DE DOCUMENTOS	X								
ESTUDO E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PREPARAÇÃO DAS PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS								X	
ENTREVISTA COM DIRIGENTE DO MAB									X
VISITA À ÁGUAPABA COM REGISTRO FOTOGRÁFICO									X
ENTREVISTA COM ALGUNS MORADORES DE ÁGUAPABA									X

ANEXO II

DOCUMENTOS MAIS RELEVANTES

OFÍCIOS	TERMO	TRABALHOS	RELATÓRIO	NOTA	CARTAS
DO SEMARH AO SECRETARIO DE FINANÇAS DO ESTADO DA PARAÍBA;	TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES CELEBRADO PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DA PARAÍBA.	MÚLTIPLAS FACES DO TRABALHO EM UM PROJETO DE EXTENSÃO	COMISSÃO ESPECIAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (2007)	DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ	CARTA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ
RELEASE DO GRUPO DE ASSESSORES DA UFPB QUE ACOMPANHA PEDRO VELHO E DEMAIS COMUNIDADES ATINGIDAS		O DESAFIO DO TRABALHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INTEGRADO AO PROJETO ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ; APOIO À LUTA PELO RESGATE DA CIDADANIA;	COMISSÃO ESPECIAL DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS EM BARRAGENS(2013).	DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ	CARTA DO PADRE RÔMULO REMÍGIO VIANA AO ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA;
DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ À CÂMARA DE VEREADORES		TESTEMUNHO DA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ; APOIO À LUTA PELO RESGATE DA CIDADANIA;		A IMPRESA SOBRE A SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM	DO BISPO DE GOIÁS DOM EUGÊNIO RIXEN
DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. ROBERTO PAULINO		RETRATOS DA LUTA DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – PAINEL FOTOGRÁFICO.		DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO DA PB EM SOLIDARIEDADE AOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ	DO PADRE RÔMULO REMÍGIO VIANA ÀS AUTORIDADES E AOS SEUS PAROQUIANOS
ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO SECRETARIO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA PARAÍBA				DOS MORADORES DO SÍTIO PEDRO VELHO, AROEIRAS	CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES RELIGIOSAS E ENTIDADES CIVIS DA PB SOBRE A SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ.

SUMÁRIO

COMPILAÇÃO DE DOCUMENTOS – BARRAGEM DE ACAUÃ

1-NOTA DOS MORADORES DO SÍTIO PEDRO VELHO, AROEIRAS – 18 DE FEVEREIRO DE 2002.....	01
2-OFÍCIO DO SEMARH AO SECRETARIO DE FINANÇAS DO ESTADO DA PARAÍBA – 08 DE MARÇO DE 2002.....	02
3-COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO PRESIDENTE DO INTERPA EM REUNIÃO EM PEDRO VELHO – 18 DE MARÇO DE 2002	03
4-RELEASE DO GRUPO DE ASSESSORES DA UFPB QUE ACOMPANHA PEDRO VELHO E DEMAIS COMUNIDADES ATINGIDAS – 22 DE MARÇO DE 2002.....	04
5-CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES RELIGIOSAS E ENTIDADES CIVIS DA PB SOBRE A SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUA – 04 DE ABRIL DE 2002.....	07
6-OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO VEREADOR DA CÂMARA DE VEREADORES. ILMO SR. ANTONIO PEREIRA - 09 DE ABRIL DE 2002.....	10

7-NOTA DA ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO DA PB EM SOLIDARIEDADE AOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 11 DE ABRIL DE 2002.....	11
8-OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. ROBERTO PAULINO – 11 DE ABRIL DE 2002.....	12
9-CARTA DO PADRE RÔMULO REMÍGIO VIANA ÀS AUTORIDADES E AOS SEUS PAROQUIANOS – 12 DE ABRIL DE 2002.....	13
10-OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. ROBERTO PAULINO- 16 DE ABRIL DE 2002.....	14
11-ABAIXO-ASSINADO DOS DESALOJADOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO PROCURADOR DE JUSTIÇA SOLICITANDO A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 27 DE ABRIL DE 2002.....	15
12-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO SECRETARIO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA PARAÍBA – 07 DE MAIO DE 2002.....	19
13-ABAIXO-ASSINADO DOS DESALOJADOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO PROCURADOR DE JUSTIÇA SOLICITANDO A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 23 DE MAIO DE 2002.....	20
14-DOCUMENTO ESCRITO PELO ASSESSOR DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ/PROFESSOR DA UFCG AO ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM MARCELO – 24 DE MAIO DE 2002.....	24
15-PONTOS DA PAUTA DE REINVINDICAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 28 DE MAIO DE 2002.....	26

16-CÓPIA DE RECIBO DO VALOR TOTAL DAS INDENIZAÇÕES RECEBIDAS – 29 DE MAIO DE 2002.....	28
17-REQUERIMENTO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA(CPT) DA DIOCESSE DE CAMÍNA GRANDE/PB AO SUPERINTENDENTE DO INCRA NA PARAÍBA – 05 DE AGSTO DE 2002.....	29
18-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. ROBERTO PAULINO – 05 DE AGOSTO DE 2002.....	30
19- OFÍCIO DO ASSESSOR DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ/PROFESSOR DA UFCG À PRESIDENTE DA ADUFPB-CG – 21 DE AGOSTO DE 2002.....	31
20-NOTA À IMPRESA SOBRE A SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM ESCRITA PELA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ – 22 DE AGOSTO DE 2002.....	32
21-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. ROBERTO PAULINO – 30 DE AGOSTO DE 2002.....	33
22-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO COORDENADOR ESTADUAL DO DNOCS – 10 DE SETEMBRO DE 2002.....	34
23-LISTA DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA BARAGEM DE ACAUÃ QUE RECLAMAM POR INDENIZAÇÃO ENTREGUE AO ÓRGÃO COMPETENTE CONFORME RECEBIMENTO – 17 DE SETEMBRO DE 2002.....	35
24-CARTA DO BISPO DE GOIÁS DOM EUGÊNIO RIXEN – 14 DE SETEMBRO DE 2002.....	41

25-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 29 DE SETEMBRO DE 2002.....	42
26-ATA DE FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 08 DE DEZEMBRO DE 2002.....	43
27-OFÍCIO DA TEC/DAS-PB AO COORDENADOR DO CEST/PB/TEC – 17 DE DEZEMBRO DE 2002.....	44
28-REGISTRO CARTORIAL DA ATA DE FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 23 DE JANEIRO DE 2003.....	45
29-CARTA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 13 DE FEVEREIRO DE 2003.....	46
30-PLATAFORMA DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS- 16 DE FEVEREIRO DE 2003.....	47
31-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO ASSESSOR ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIZ INÁCIO DA SILVA – 27 DE FEVEREIRO DE 2003	55
32-CARTA DO PADRE RÔMULO REMÍGIO VIANA AO ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 27 DE FEVEREIRO DE 2003.....	56
33-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS DA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 01 DE MARÇO DE 2003.....	57

34-OFÍCIO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MAB E DO PRESIDENTE DA AABA À PRESIDENTE DA ADUFCG SOLICITANDO APOIO À MANIFESTAÇÃO REALIZADA NO DIA DO TRABALHADOR RURAL – 06 DE MARÇO DE 2003.....	58
35-OFÍCIO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MAB E DO PRESIDENTE DA AABA AO VEREADOR DO PT DE CAMPINA GRANDE ILMO SR. ANTÔNIO PEREIRA – 06 DE MARÇO DE 2003.....	59
36-OFÍCIO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ILMO SR. LUIZ INÁCIO DA SILVA – 14 DE MARÇO DE 2003.....	60
37-OFÍCIO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA -14 DE MARÇO DE 2003.....	62
38-OFÍCIO DO PADRE RÔMULO REMÍGIO VIANA AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 19 DE MARÇO DE 2003.....	64
39-DISCURSO DO PRESIDENTE DA AABA EM VISITA DO GOVERNADOR EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA À COMUNIDADE DE PEDRO VELHO – 19 DE MARÇO DE 2003.....	66
40-OFÍCIO DO SECRETARIO DE AGRICULTURA AO SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA – 20 DE MARÇO DE 2003.....	69
41-OFÍCIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA/GOVERNO DO ESTADO AO ILMO SR. PROFESSOR FERNANDO GARCIA DE OLIVEIRA – 20 DE MARÇO DE 2003.....	70

42-OFÍCIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA/GOVERNO DO ESTADO AO ILMO SR. ABEL FRANCISCO- LÍDER COMUNITÁRIO DO DISTRITO DE PEDRO VELHO – 20 DE MARÇO DE 2003.....	71
43-OFÍCIO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 02 DE ABRIL DE 2003.....	72
44- OFÍCIO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MAB E DO PRESIDENTE DA AABA AO PREFEITO ILMO SR. GILBERTO BEZERRA – 26 DE ABRIL DE 2003.....	73
45-OFÍCIO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS AO SECRETARIO ADJUNTO DE RECURSOS HIDRICOS DO GOVERNO DA PARAÍBA – 08 DE JULHO DE 2003.....	74
46-OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 10 DE JULHO DE 2003.....	75
47-OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ AO GOVERNADOR DA PB EXMO SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 10 DE JULHO DE 2003.....	76
48-NOTA DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 17 DE JULHO DE 2003.....	77
49-ATA DA REUNIÃO REALIZADA COM REPRESENTANTES DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA – GESTÃO CÁSSIO CUNHA LIMA COM OS ASSESSORES	

DA UFCG, MAB E AABA – 18 DE JULHO DE 2003.....	79
51- OFÍCIO DE UM PARTICULAR AO SECRETÁRIO DA SEMARH – 20 DE JULHO DE 2003.....	80
52- OFÍCIO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM AO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. – 21 DE JULHO DE 2003.....	81
53-OFÍCIO DO COORDENADOR DO PROJETO ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ À PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO DA UFCG – 23 DE JULHO DE 2003.....	83
54- OFÍCIO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM AO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – 25 DE JULHO DE 2003.....	84
55- OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ AO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – 25 DE JULHO DE	85
56- OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM ACAUÃ AO SR. SÉRGIO GOES – 29 DE JULHO DE 2003.....	86
57-DECRETO N.º 223/2003 – 15 DE AGOSTO DE 2003.....	87
58-OFÍCIO DO PADRE RÔMULO REMÍGIO VIANA AO ARCEBISPO DOM MARCELO – 09 DE SETEMBRO DE 2003.....	91
59-OFÍCIO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA AO SUPERINTENDENTE DO INCRA NA PARAÍBA – 09 DE SETEMBRO DE 2003.....	92

- 60--** OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM ACAUÃ AO PROCURADOR DA REPÚBLICA EXMO. SR. DUCIRAN VAN MARSEN FARENA – 10 DE SETEMBRO DE 200393
- 61-** OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM ACAUÃ AO SUPERINTENDENTE DO INCRA NA PARAÍBA – 10 DE SETEMBRO DE 2003.....94
- 62-** OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM ACAUÃ AO ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM MARCELO CARVALHAIRA – 10 DE SETEMBRO DE 2003.....95
- 63-** OFÍCIO DO PROFESSOR FERNANDO GARCIA DE OLIVEIRA À DIRETORA PRESIDENTE DA ADUFCG – 14 DE OUTUBRO DE 2003.....96
- 64-** OFÍCIO DO ASSESSOR DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM ACAUÃ AO ILMO SR. DEPUTADO FREI ANASTÁCIO – 17 DE OUTUBRO DE 2007.....97
- 65-** OFÍCIO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM ACAUÃ E COORDENADOR REGIONAL DO MAB AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL EXMO. SR. LUIZ INÁCIO DA SILVA – 30 DE OUTUBRO DE 2003.....98
- 66-** OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AOS ILMOS. DEPUTADOS ESTADUAIS DA BANCA DO PARTIDO TRABALHISTA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. – 17 DE NOVEMBRO DE 2003.....102
- 67-** OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AOS EXMO SR. DUCIRAN VAN MARSEN FARENA PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS

DO CIDADÃO NA PARAÍBA. – 17 DE NOVEMBRO DE 2003.....	106
68- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS –SEMARH – 17 DE NOVEMBRO DE 2003.....	109
69- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AO COORDENADOR DO ESCRITÓRIO DA PARAÍBA DA SECRETÁRIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. – 17 DE NOVEMBRO DE 2003.....	110
70- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRÍCOS E MINERAIS. – 17 DE NOVEMBRO DE 2003.....	111
71- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA À PRESIDENTE DO CONSEA DA PARAÍBA – 20 DE NOVEMBRO DE 2003.....	113
72- OFÍCIO DO MEMBRO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AOS EXMO SR. DUCIRAN VAN MARSEN FARENA PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO NA PARAÍBA – 20 DE NOVEMBRO DE 2003.....	114
73- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AOS ILMOS. DEPUTADOS ESTADUAIS DA BANCA DO PARTIDO TRABALHISTA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA – 20 DE NOVEMBRO DE 2003.....	115

74- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AO DIRETOR GERAL DO DNOCS – 01 DE DEZEMBRO DE 2003.....	116
75- CONVITE DO COORDENADOR DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES AO CPT – 02 DE DEZEMBRO DE 2002.....	117
76- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA À CHEFE DE GABINETE DA PREFEITA DE CAMPINA GRANDE – 03 DE DEZEMBRO DE 2003.....	118
77- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA À DIRETORA PRESIDENTE DA ADUFCG – 03 DE DEZEMBRO DE 2003.....	119
78- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA À CHEFE DE GABINETE DA PREFEITA DE CAMPINA GRANDE – 03 DE DEZEMBRO DE 2003.....	120
79- OFÍCIO DO GABINETE PESSOAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA À ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 10 DE DEZEMBRO DE 2003.....	121
80- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AO COORDENADOR ESTADUAL DO PROGRAMA FOME ZERO – 16 DE DEZEMBRO DE 2003.....	122

81-PROPOSTA DE PAUTA DA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 19 DE DEZEMBRO DE 2003.....	123
82-OFÍCIO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA DR. DUCIRAN VAN MARSEN FARENA AO PRESIDENTE DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 21 DE JANEIRO DE 2004.....	124
83- OFÍCIO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM AO GOVERNADOR DA PARAÍBA SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 27 DE JANEIRO DE 2004.....	125
84-NOTA DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 27 DE JANEIRO DE 2004.....	127
85- OFÍCIO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM AO MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SR. CIRO GOMES – 27 DE JANEIRO DE 2004.....	129
86- OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ E DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MAB AO GOVERNADOR DA PARAÍBA SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – 02 DE FEVEREIRO DE 2004.....	131
87- OFÍCIO DO PROFESSOR FERNANDO GARCIA DE OLIVEIRA À DIRETORA PRESIDENTE DA ADUFCG – 04 DE FEVEREIRO DE 2004.....	133
88- TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES CELEBRADO PERANTE O MINISTÉRIO PÚBLICO	

FEDERAL DA PARAÍBA – 13 DE FEVEREIRO DE 2004.....	134
89-CONVITE PARA A SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO COMITÊ DE APOIO AOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ – 16 DE FEVEREIRO DE 2004.....	139
90- OFÍCIO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM AOS REPRESENTANTES DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE – 27 DE FEVEREIRO DE 2004.....	140
100-MOÇÃO DE APOIO AOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ PELA CNBB – 28 DE FEVEREIRO DE 2004.....	143
101-OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIADA AABA AOS SRS. DEPUTADOS DA PARAÍBA – 29 DE FEVEREIRO DE 2004.....	144
102- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AOS SRS. PARLAMENTARES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – 29 DE FEVEREIRO DE 2004.....	146
103- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA AOS SRS. DEPUTADOS ESTADUAIS – 01 DE MARÇO DE 2004.....	148
104-OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA À CHEFE DE GABINETE DA PREFEITA DE CAMPINA GRANDE – 01 DE MARÇO DE 2004.....	149
105- OFÍCIO DO MEMBRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM E DA DIRETORIA DA AABA À CHEFE DE	

GABINETE DA PREFEITA DE CAMPINA GRANDE- 01 DE MARÇO DE 2004.....	150
106-OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DO MAB – 09 DE MARÇO DE 2004.....	151

ANEXO III

FALA DOS MORADORES

FALA DO MORADOR	PROBLEMA/QUESTIONAMENTO
“todo prefeito que entra diz vou fazer...mas...diz que faz as coisas é mentira...cadê que chegou algum prefeito para fazer” – Morador que não se identificou	Descaso governamental
“tinha cinco casas ...perdi a moradia...não posso sair da cidade...tinha umas coisinhas vendi...casa até a data de hoje nada...nem estrada tem para trazer os materiais...vou perder minha saúde dentro d’água é?...vou não...tenho que arrumar uma casa, vou morar debaixo da lama é!? (...)o prefeito...promete mais não realiza (...)” – Morador de Curralinho	Isolamento/moradia/ infraestrutura
“tinha um rapaz que vivia de pegar pedras e vender mas não tem quem venha pegar por causa da estrada”	Isolamento / Ocupação e renda
“ meu marido vivia da vazante de banana, de pimentão, hoje nada”	Ocupação e renda
“tinha 5 cabeças de gado, 5 hectares de terra...não recebi nada...não tenho casa, moro numa casinha alugada” – José Lourenço Gonçalves	Moradia/ Indenização não paga
“o acesso era a ponte, com a água tudo foi inundada e ficamos sem estrada” – Moradora que não se identificou	Isolamento
“são 5 famílias de Curralinho...Aguapaba tem o pessoal do fundo... – Agente de Saúde	Isolamento das famílias
“ A minha casa está no chão, ninguém faz nada pra gente” –Moradora que não se identificou	Moradia
“ ninguém faz nada...vou falar com papai, vou falar	

ANEXO IV

RELATÓRIO



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2025 3918 / 3581 - E-mail:cddph@sedh.gov.br

Grupo de Trabalho “Atingidos por Barragens”

criado pela Resolução nº 05/2011

RELATÓRIO DO CASO ACAUÃ

I. Introdução

O Grupo de Trabalho foi criado pela Resolução nº 05 de 02 de março de 2011, com o objetivo de: i) *elaborar plano de ação*, e ii) *monitorar a implementação das recomendações do Relatório apresentado pela Comissão Especial Atingidos por Barragens*²¹ aprovado pelo CDDPH em 2010.

Em seu plano de ação para 2013, o GT deliberou por retornar aos locais dos casos analisados quando da elaboração do Relatório Final da CE, apresentado em 2010, com a função de averiguar em que medida as recomendações aprovadas foram implementadas, bem como a situação atual dos atingidos por barragens nos referidos casos.

O relatório final apresentado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” e aprovado em sua integralidade pelo pleno do Conselho, traz em sua Parte III os relatórios sintéticos dos casos, e em seus anexos, os Relatórios Integrais

²¹ O GT ficou assim constituído: Dr. Edgar Flexa Ribeiro, representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Dr. Carlos Bernardo Vainer, representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR); Dr. Joceli Andriolli e Dr. Leandro Scalabrin, representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Dr. Pedro Grossi Matias, representante da Defensoria Pública Geral da União; Dr. João Akira Omoto, representante do Ministério Público Federal; Dr. Moisés Savian, representante do MMA; Dra. Silvia Ramos e Dr. Leonardo Pova, representantes do MME; Dr. Silvio Brasil, representante da Secretaria Geral da Presidência da República.

de Caso, dentre os quais se encontra o caso da Barragem de Acauã, no rio Paraíba (Aroeiras, Itatuba e Natuba – PB).

A região da Barragem de Acauã foi escolhida como a primeira a ser visitada em razão das denúncias apresentadas pelas comunidades atingidas e por solicitação de informação ao CDDPH (MEMO 265/2013-GP/GAB) da Presidenta da República, Dilma Rousseff, que em 04 de março de 2013, ao participar da solenidade de assinatura da ordem de serviço para o início do segundo trecho do canal Acauã-Araçagi em Itatuba-PB, recebeu documento do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) relatando a situação dos atingidos por aquela barragem.

II. Breve descrição do projeto

Empreendimento: As obras da barragem de Acauã, no rio Paraíba, divisa entre os Municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, todos no Estado da Paraíba, remontam aos anos 1980 e estavam sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas DNOCS. A fase final das mesmas foram realizadas pela construtora OAS, iniciaram em 14 de junho de 1999 e foram concluídas (construção física da estrutura do barramento) com recursos federais em agosto de 2002, sob a responsabilidade do Governo do Estado. O EIA/RIMA da barragem teria sido feito após o início das obras (2000), segundo os atingidos.

A barragem ocupa uma bacia hidráulica de 1.725 hectares e provocou o deslocamento de aproximadamente 5.000 pessoas (900 famílias) que viviam às margens do rio²². A finalidade da barragem é o abastecimento de água potável para municípios da região de Campina Grande.

²² O Rio Paraíba não era perene, mas viabilizava um verdadeiro oásis para os habitantes de suas margens, possibilitando agricultura de vazante (pimentão, tomate, milho, mandioca, feijão), capineiras e cacimbas de água “doce” – como dizem os moradores.

As famílias atingidas pela obra foram indenizadas pelo INTERPA (do Governo Estadual) e estão reassentadas há mais de dez anos em inúmeras comunidades, sendo que as maiores são Pedro Velho, Melancia, Cajá e Costa.

Em 2004, dois anos após o término da obra, em decorrência de fortes chuvas, a barragem, em 18 dias, encheu ao nível máximo do reservatório, causando inúmeras tragédias para os moradores que ainda se encontravam na área a ser alagada, pois os estudos indicavam que demoraria pelo menos 5 anos para isso acontecer.

III. A denúncia

A denúncia apresentada pelo MAB à Comissão Especial relata os seguintes fatos:

- déficit habitacional de 240 moradias em relação à quantidade de famílias deslocadas;
- escolas inexistentes ou com funcionamento precário;
- merenda escolar precária;
- posto médico inexistente ou com funcionamento precário;
- assistência médica ruim;
- inexistência de área para desenvolvimento da agricultura e pecuária;
- 121 famílias sem rede de energia elétrica;
- três comunidades sem rede de telefonia (252 famílias);
- segurança pública inexistente;
- 471 famílias excluídas de qualquer programa social;
- vias de acesso precárias;
- transporte público precário e sem atendimento regular;
- água: captação inexistente (para 61 famílias), existente mas sem funcionamento (para 450 famílias) e existente e sem tratamento (para 150 famílias).

IV. Visita da Comissão Especial

A comissão especial do CDDPH (Resolução nº 26/2006) realizou visita ao Estado da Paraíba nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, para fins de apreciação das denúncias recebidas

quanto à barragem de Acauã. No dia 18 de abril, a comissão deslocou-se de João Pessoa à comunidade de Cajá (Município de Itatuba), onde houve audiência pública e foram visitadas algumas casas. Seguiu-se o deslocamento até a comunidade de Melancia (Município de Itatuba), onde também se realizou audiência pública, tendo sido visitada a escola improvisada. Já ao anoitecer, visitou a comunidade de Costa, no Município de Natuba, onde foram ouvidos os moradores e visitadas as instalações do posto médico e da “escola”. No dia seguinte, visitou e realizou audiência pública na comunidade de Pedro Velho (Município de Aroeiras). Por fim, no dia 20 de abril, a comissão reuniu-se com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e do Meio Ambiente e com representantes da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA). Após, houve reunião com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba. Nessa mesma data, houve reunião à qual compareceram o prefeito do Município de Itatuba, o representante da Prefeitura do Município de Aroeiras e representantes do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA), da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e do Meio Ambiente, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

A representação da Comissão não realizou visitas nas comunidades denominadas “ÁGUA PABA” e “RIACHÃO”, mas contactou alguns de seus assentados que se fizeram presentes nos outros assentamentos visitados.

V. Relatório Integral e Sintético do Caso aprovado pelo CDDPH: principais questões, conclusões e recomendações.

a) **Principais questões.** O relatório sintético do Caso, resultado das constatações *in loco* que a Comissão Especial realizou em cada comunidade, apresenta como principais, as seguintes questões:

“CAJÁ”, comunidade situada no município de Itatuba. O assentamento não dispõe de ruas pavimentadas, sendo formado por pequenas ruas com casas populares pré-moldadas de cerca de 50 metros quadrados, que são apelidadas de “casas de placa”. Não há praticamente arborização, nem hortas comunitárias, tampouco terras para a produção agrícola. Não há postos de saúde ou outros serviços de infraestrutura e lazer coletivos, apenas um telefone público. Foi constatado um sistema precário de saneamento coletivo denominado “fossão”, em franco processo

de deterioração, com esgoto a céu aberto. Apesar de estar a cerca de um quilômetro de distância apenas das águas da represa, a água utilizada pela comunidade provém de “carros-pipa”, havendo uma caixa d’água coletiva inteiramente vazia. No entanto, nota-se que algumas das residências – poucas - dispõem de cisterna privada, implantada em decorrência de projeto do Governo Federal.

“MELANCIA”, povoado igualmente situado no município de Itatuba, especificamente à margem das instalações da represa de Acauã, alojando cerca de 105 famílias. Semelhante ao de “Cajá”, o assentamento é formado por ruas sem pavimentação ou arborização, compostas por pequenas casas praticamente geminadas, todas iguais no estilo “casas populares pré-moldadas”, apelidadas pelos moradores de “casas de placa”. As casas dispõem de energia elétrica, porém a água é predominantemente distribuída por meio de “carros-pipa”, apesar da existência de uma caixa d’água vazia e de um incipiente sistema de captação de águas da barragem, atualmente sem utilização pelo receio de que as águas da represa ali situada estejam contaminadas, uma vez que apresentam forte mau cheiro. Há uma estrutura muito precária de saneamento público, conhecida como “fossão”, atualmente em franca deterioração e com esgoto a céu aberto. A escola destinada ao ensino primário está funcionando com extrema precariedade em uma casa, emprestada. Não há posto de saúde ou outros serviços, como também não existe qualquer estrutura para o lazer da comunidade, havendo tão somente um único telefone público. Não há terras disponíveis para atividades agrícolas. Estava em implantação, no entanto, um programa de desenvolvimento da piscicultura.

“COSTA”, localizado no município de Natuba. Com estrutura semelhante aos anteriores, porém ainda mais precária, é desprovido de pavimentação, praças, postos de serviços básicos, áreas de lazer, e situado em local de distante e difícil acesso. Abriga aproximadamente 122 famílias e apresenta a situação mais grave dentre os assentamentos visitados.

“PEDRO VELHO”, pertencente ao município de Aroeiras, é o assentamento de maior população, abrigando cerca de 470 famílias, e a sua situação pode ser reputada como menos grave, sem deixar de apresentar as deficiências de infraestrutura e ausência de serviços semelhantes aos demais. Também não dispõe de ruas pavimentadas, a maioria das casas é do tipo pré-moldado e os seus ocupantes não têm a respectiva documentação de posse ou propriedade. Possui uma escola para 900

alunos. Os assentados não dispõem de terras cultiváveis ou não foram beneficiados com programas para atividades produtivas, e aguardam um posto de saúde cuja construção somente foi retomada poucos dias antes de nossa visita.

Embora sem visitá-las, a comissão recebeu informações de que nas comunidades de “ÁGUA PABA” e “RIACHÃO” as deficiências e ausência de serviços básicos são semelhantes às demais, como também não dispõem de terras ou de programas destinados a atividades agrícolas.

b) Conclusões. O relatório sintético da comissão especial apresenta as seguintes conclusões:

O empreendimento provocou uma degradação das condições de vida materiais das pessoas, com a ruptura de redes culturais, sociais e econômicas; agravando, piorando a sua anterior condição de existência; colocando-os em situação de exclusão social que não havia anteriormente. Os chamados “reassentamentos” são acampamentos precários e isolados que não oferecem perspectivas de vida aos seus moradores.

De modo geral, podemos afirmar que houve e permanece uma frontal violação ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, que reconhece “o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si própria e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (art. 11). Podemos afirmar também que o Estado não tem tomado as medidas eficientes para garantir estes direitos, contrariando o PIDESC.

A situação decorrente da implantação da Barragem de Acauã constitui atentado à dignidade da pessoa humana, porque se inviabilizou a subsistência das populações atingidas, que passaram à condição de extrema miséria, sofrendo as mais diversas privações, quando antes mantinham condições próprias de subsistência.

Nesse sentido, cabe especial destaque para as seguintes violações:

Direito à informação, na medida em que não foram realizadas audiências públicas nos Municípios e comunidades atingidas, tampouco tiveram os cidadãos acesso a outras fontes de informação acerca da situação que vivenciariam, ou seja, quando teria início a construção, quando se daria o enchimento do lago, a que tipo de reparação teriam direito, que casas e outras edificações seriam alagadas etc.

Direito ao trabalho, daqueles que eram agricultores e que foram reassentados em áreas que não lhes permitam trabalhar na agricultura; dos não proprietários aos quais não foi dada oportunidade de reinserção produtiva, resultando grave desemprego;

Direito à propriedade e a justa indenização, na medida que proprietários não receberam indenizações pela desapropriação de seus imóveis ou receberam indenizações que não recompuseram sua situação anterior;

Direito à moradia, visto que, as populações reassentadas foram alojadas em construções inadequadas, ou seja, em condições piores às anteriores, em franca ofensa ao princípio da proibição do retrocesso; parte da população deslocada não reassentada recebeu indenização insuficiente para garantir uma moradia adequada, ou não recebeu nenhum tipo de indenização (trabalhadores rurais);

Direito à educação, vez que houve uma degradação das condições de acesso à educação adequada;

Direito à saúde, em razão da inexistência de postos médicos nos reassentamentos ou alternativas de atendimento médico acessíveis; bem como precariedade ou inexistência de infraestrutura de saneamento básico;

Direito à segurança, na medida em que os reassentados carecem de segurança pública em razão do aumento dos conflitos na comunidade e da insegurança na posse;

Direito cultural ligado a manifestação do sentimento religioso, em razão do alagamento do cemitério e da não relocação dos restos mortais no caso da comunidade de Pedro Velho;

Direito ao meio ambiente seguro e sadio, visto que nos reassentamentos não foi garantido o acesso à água potável, convivendo os

moradores, diariamente, com o esgoto a céu aberto e o mau cheiro insuportável dele advindo.

c) **Recomendações:** O relatório integral da comissão especial apresenta as seguintes recomendações:

A fim de sustar e reparar as violações constatadas, bem como com a finalidade de evitar maiores prejuízos, recomenda-se que:

- sejam renegociados os valores de indenização, assegurada a transparência da negociação;

- sejam asseguradas condições de moradia e reinserção produtiva (emprego), o que poderá implicar, em alguns casos, particularmente para os reassentados de Costa, novos reassentamentos em que se preserve as características sociais e econômicas das populações rurais;

- seja providenciado transporte público coletivo regular, livrando do isolamento as comunidades de reassentados;

- seja garantida a infraestrutura mínima necessária à sobrevivência digna dos reassentados, com saneamento básico, áreas de lazer, cemitério, etc;

- seja negociado com as comunidades uma reparação moral pela não-relocação dos seus lugares de culto aos mortos;

- seja garantida segurança pública nos reassentamentos;

- seja assegurado o direito de acesso à educação pública e de qualidade, no mínimo nas condições semelhantes as anteriores;

- seja assegurado o direito de acesso à saúde e atendimento médico no mínimo nas condições semelhantes as anteriores;

- sejam titulados os imóveis recebidos pelos reassentados;

- seja garantida a assistência jurídica integral e gratuita aos atingidos necessitados;

- sejam disponibilizados serviços públicos, a fim de que os atingidos possam obter documentos de vários tipos necessários ao exercício de sua cidadania e a busca de seus direitos sociais.

VI. Visita do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho do CDDPH (Resolução 05/2011) realizou visita ao Estado da Paraíba nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2013, para verificar a situação atual dos atingidos e monitorar o cumprimento das recomendações do relatório final aprovado em 2010 quanto à barragem de Acauã.

Participaram da missão os integrantes do GT - Senhores LEANDRO GASPAR SCALABRIN, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e Relator; CARLOS BERNARDO VAINER, representante do IPPUR/UFRJ; JOÃO AKIRA OMOTO, representante do Ministério Público Federal e SILVIO BRASIL, representante da Secretaria Geral da Presidência da República – SG/R.

Também participaram das atividades MARIA ANGÉLICA L. TARGHETTA – assessora especial do CDDPH; TASSIA RABELO DE PINHO – Coordenadora-Geral do CDDPH; Professor FERNANDO GARCIA DE OLIVEIRA, da Universidade Federal de Campina Grande; OSVALDO BERNARDO e outros representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.

No dia 27 de maio, o grupo deslocou-se de João Pessoa a Itatuba, realizando visita à comunidade de Melancia, na qual foi possível conhecer a barragem e as obras do canal Acauã-Araçagi; e Cajá, tendo sido visitada uma escola em construção e os fossões. Seguiu-se o deslocamento até a comunidade de Costa (Natuba), por estrada de difícil acesso, onde se realizou audiência pública e foi possível conhecer o posto de saúde, os fossões e o lixo. Já ao anoitecer, dirigiu-se à comunidade de Água Paba (Natuba), onde foi realizada audiência pública nas instalações da escola. O deslocamento entre Costa e Água Paba teve de ser feito por rodovia do Estado de Pernambuco. A representação do Grupo de Trabalho não realizou visita à comunidade de Pedro Velho (Aroeiras), mas conversou com diversos moradores da mesma que se fizeram presentes nas outras atividades.



Barragem de Acauã

No dia seguinte (28/5), pela parte da manhã, o GT realizou reunião com os Prefeitos dos Municípios de Natuba, Itatuba e Aroeiras, na Prefeitura Municipal deste. Após a mesma, o grupo deslocou-se para João Pessoa, onde se realizou reunião com representantes das Secretarias Estaduais – Secretaria Executiva Chefe da Casa Civil, Secretaria de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), e Secretaria de Planejamento e Gestão. Ao final da tarde ocorreu reunião com MPE - Ministério Público do Estado da Paraíba (Coordenação do Centro de Apoio da Cidadania).



Canal Acauã-Araçagi

Por fim, no dia 29 de maio, o grupo reuniu-se com a Secretaria da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba; Departamento de Estradas e Rodagem do Estado da Paraíba e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Após, houve reunião com a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA); Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA) e Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP). Na parte da tarde houve reunião com o INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba e a Superintendência Regional do INCRA. Após houve reunião com Ministério Público Federal, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão.

O deslocamento do Grupo de Trabalho contou com o apoio logístico do Ministério Público Estadual.

VII. Situação atual – visitas e audiências públicas com os atingidos

Foi constatado que a situação nos reassentamentos visitados (Melancia – com aproximadamente 122 famílias; Cajá - aproximadamente 134 famílias; e Costa - aproximadamente 120 famílias), assim como na Comunidade remanescente de Água Paba (70 famílias), não difere muito da relatada seis anos atrás pela comissão especial; sendo que em alguns aspectos houve piora. Não existem dúvidas para o Grupo de Trabalho que a situação dos atingidos por barragens de Acauã é uma grave situação de violação de direitos humanos decorrente da implantação de uma barragem no Brasil.

Os representantes do MAB afirmam que passados seis anos da vinda da comissão especial nada avançou. Segundo os mesmos, antes da barragem eles possuíam acesso à água, a terra e a subsistência e perderam esses direitos quando foram removidos. Os atingidos têm se mobilizado ao longo do tempo, mas suas reivindicações – com exceção a de cestas básicas – não foram atendidas.

a) Moradia, saúde e educação.

Nos reassentamentos é diminuto o tamanho das casas pré-moldadas (cerca de 50 m² de área útil) ou, simplesmente, “casas de placas”, (como têm sido localmente denominadas). Foi possível verificar a fragilidade das mesmas, sobretudo, pela espessura reduzida das placas de

concreto utilizadas

na



construção – como se pode ver nesta foto do reassentamento de Melancia. Os moradores reclamam que “não pode nem bater um prego”, que “as casas estão estouradas”. Além disso, alegam que elas são de difícil manutenção. O terreno de cada casa, chamado “chão de casa” pelos moradores, é de 10 x 18 metros. Algumas casas foram melhoradas nos últimos seis anos, ou ampliadas pelos próprios atingidos. Um dos moradores relatou que há casas de placa que abrigam até cinco famílias. Em Cajá moram aproximadamente 134 famílias, em 63 casas de placa.



Reassentamento de Melancia

No reassentamento Costa, foi possível verificar que os quintais (terrenos) são muito pequenos, sendo que as famílias que construíram cisterna no mesmo ficaram sem espaço.

A titulação das casas e lotes para os moradores ainda não aconteceu em Melancia, Cajá, Costa e Pedro Velho. Quando do alagamento causado pela barragem não foram concedidas casas para todos atingidos.

Em Costa há posto de saúde, construído há quatro anos, mas o médico vem de quinze em quinze dias, atendendo 20 pessoas por dia. Os moradores precisam alugar carros para transportar os doentes graves para serem atendidos em Macaparana-PE.



Casa de placa em Costa

Houve melhoria na educação, pois há escola até o quinto ano do ensino fundamental. Para além deste ano, os estudantes se deslocam de ônibus para uma cidade próxima, mas quando chove o ônibus não transita pela estrada deixando as crianças sem frequentar a escola.



Escola inacabada em Cajá

b) Abastecimento de água e saneamento.

É drástica a situação em relação ao acesso à água, pois as comunidades antes da barragem eram ribeirinhas e agora – em sua maioria - estão distantes de qualquer curso d'água.

Em Melancia (Itatuba), reassentamento que já possui 12 anos, apesar de estar localizado a poucos metros da barragem de Acauã e do Canal Acauã-Araçagi, as famílias não tem acesso à água tratada.

Em Melancia, Água Paba e Costa as pessoas recebem água através de carros pipa, que é armazenada em caixas d'água. Algumas famílias dispõem de cisternas.



Cisterna em Melancia

Em Costa, não há sistema de distribuição de água e o encanamento domiciliar já se encontra deteriorado. Até recentemente a população era obrigada a comprar água, mas a construção de cisternas e caixa d'água amenizou a situação. Não obstante, o acesso a água da caixa é limitado a horários restritos, normalmente pela madrugada, e é interrompido sempre que enguiça o caminhão pipa, havendo situações em que os moradores passam mais de quinze dias sem receber água.

Em Cajá há distribuição de água tratada, porém os moradores reclamam que o abastecimento é precário, ficando até 15 dias sem o serviço. Apesar disso a CAGEPA cobra a conta mensal (tarifa) de forma integral. A adutora foi construída recentemente em função de condicionalidade do Banco Mundial para financiar a construção de canal Acauã-Araçagi.

Em cada reassentamento, existem os chamados “fossões” (fossas coletivas) para onde se destinam os esgotos de todas as unidades domésticas. Foi recorrente o relato sobre mau cheiro e contaminação do reservatório pelo esgoto, o qual foi visualizado pelo Grupo. Em Costa, ocorre a incineração do lixo a céu aberto, próximo ao vilarejo.



Fossões em Cajá

c) Trabalho e renda.

A principal questão constatada pelo Grupo de Trabalho foi a inexistência de terra para plantio e para criação de animais. As casas são enfileiradas, em lotes diminutos, reunidas em vilarejos, como se fosse um assentamento urbano em meio ao nada, sem meios e condições que possibilitem a produção e o trabalho rural.

Antes da barragem, os atingidos trabalhavam na agricultura, criavam pequenos animais e gado. Os relatos são de que o valor das indenizações não permitiu a recomposição das atividades econômicas. Um dos moradores de Melancia relatou que antes da barragem ele e seus familiares possuíam 13 hectares de terra, 72 cabeças de gado e 5 casas. A indenização recebida de R\$19.000,00 permitiu que comprasse três “chão de casa”, porém não permitiu sequer a construção de casa para todos. Como recebeu indenização, não lhe foi concedida casa de placa. É um dos únicos moradores da comunidade que ainda possui uma atividade produtiva, fabricando queijos e criando animais, o que é possível por fazer silagem numa pequena propriedade de 2 hectares que fica a 11km de Melancia. Muitos moradores obtiveram emprego recentemente, nas obras do canal, mas os mesmos são provisórios.



Reassentamento de Cajá – padrão urbano – sem área para produção

Em Costa muita gente está deixando o reassentamento por que não tem emprego. A maioria vive da bolsa família, da pesca, de ajuda, cesta básica. A audiência pública neste

reassentamento foi composta basicamente por mulheres – ‘as mulheres do Costa’ -, as quais informaram que os homens trabalham fora do local e vêm para casa a cada 15 dias “visitar” a família. Os moradores reclamaram que não conseguem ter “criação” de animais, nem mesmo de animais domésticos, pois os lotes são diminutos e as casas são muito próximas.

Conforme referido, a renda dos reassentados depende dos programas sociais do governo federal, bolsa família, aposentadoria, pesca, de trabalho em outras localidades. Além disso, ocorre a distribuição de cestas básicas do governo federal, as quais teriam sido “conquistadas pelo MAB” em 2006, como afirmam os atingidos, porém a mesma é feita apenas 3 ou 4 vezes por ano, para 1050 famílias. A cesta básica é muito importante segundo o relato da maioria. Antes da barragem não necessitavam de cestas básicas.

Os atingidos reivindicam a desapropriação de áreas de terra para produção agrícola, para efetivamente “reassentar” os trabalhadores, e sugerem a celebração de um convênio entre o INCRA e governo do Estado como forma de viabilizar as desapropriações por “interesse social”.

d) Segurança pública

Os representantes do MAB destacaram o crescimento do número de homicídios. Um dos moradores de Pedro Velho Antigo afirma não se recordar de nenhum homicídio ocorrido em décadas que antecederam a barragem. Após a mesma já são 12, e nas outras comunidades atingidas têm ocorrido assassinatos, inclusive com requintes de crueldade. Impressionou os integrantes da missão o ambiente de medo e terror transmitido por moradores e lideranças, especialmente em face de homicídio recentemente ocorrido, em que se relatou a ausência das autoridades responsáveis na apuração dos fatos.

Em Melancia, Cajá e Costa não existe policiamento. A delegacia e o Fórum estão distantes das comunidades, sendo o acesso difícil e oneroso.

Um dos moradores de Melancia afirma que “aconteceu aqui foi uma explosão atômica” e que a situação só piorou com o passar do tempo. “Antes só morria de doença... agora prostituição, drogas, ameaça para lideranças, execuções, lei do silêncio... pessoas com medo de falar... não há segurança...”. A criminalidade é associada pelos moradores à construção da barragem. Um deles afirmou: "coloca um monte de gente amontoado em uma favela e vê o que dá".

e) Acesso

Os reassentamentos não possuem transporte público e ficam localizados em locais de difícil acesso, os quais ficam – em grande parte - intransitáveis na época da chuva.

As estradas de acesso existentes antes da obra, que ligavam os municípios, não foram reconstruídas. Pedro Velho (distrito) chegou a ficar sem acesso a sede do Município de Aroeiras. A linha de ônibus Umbuzeiro-João Pessoa, que cruzava a região e era utilizada pelos moradores, deixou de existir em razão da barragem.

A situação em Água Paba é uma das mais graves, pois os acessos são inundados durante parte do ano, com a cheia causada pela barragem.

O reassentamento do Costa foi concluído em 2001, quando a barragem encheu. De todos reassentamentos é o que possui o pior acesso e fica mais distante da barragem e do leito do lago (3 km). Os moradores não sabem por que foi escolhido aquele local para o reassentamento, tendo sido informado que a área havia sido adquirida de um vereador à época. Em 2011 foi construída uma estrada pelo governo do Estado que melhorou um pouco a situação. Não foi dada opção de escolha para local de reassentamento quando da construção da barragem.

f) Água Paba

A Comunidade de Água Paba – Natuba/PB foi atingida pela barragem (a jusante), mas não foi reconhecida como tal (seus moradores não receberam indenizações, nem casas, nem foram reassentados). Apesar de sofrer todos os anos com o alagamento de estradas, casas e áreas agrícolas, Água Paba, comunidade prensada entre o lago da barragem e uma montanha, não existe enquanto localidade “atingida” pela barragem de Acauã, recebendo o padrão de tratamento “normal” conferido pelas prefeituras às localidades dos municípios.

Aproximadamente quarenta e cinco famílias perdem acesso às suas casas quando ocorre o alagamento das estradas de Itabaiana (Comunidades atingidas: Fundão, Curralinho, Ladeira da Barra e Água Paba) e aproximadamente cinco famílias perderam suas casas, morando atualmente de aluguel, com parentes ou em uma área cedida pela prefeitura (casas de taipa).

Também há relatos de casas rachadas/deterioradas pelas cheias da barragem. Quando a barragem enche, as pessoas são obrigadas a abandonar suas casas, sendo que não há informação sobre quando isso irá acontecer. No último evento (em 2011), foi necessário auxílio do corpo de bombeiros para resgatar os moradores. Antes da barragem esses problemas não ocorriam.

Não há transporte público para João Pessoa e outras cidades; para se deslocarem até o hospital mais próximo (Natuba) precisam alugar carro. No período de cheia as crianças ficam sem aula porque os moradores atingidos precisam morar na escola; o mesmo acontecendo quando o médico vem atender a comunidade, pois

não há posto de saúde; o médico atende toda terça-feira, na escola, das 9h00 as 12h00. A escola atende a comunidade até o quinto ano. As famílias recebem cestas básicas, mas são insuficientes para todos e não chegam todo mês. A comunidade de Água Paba possui aproximadamente 70 famílias e a maioria das casas possui fossas (sem saneamento básico).

O abastecimento de água é feito de oito em oito dias através de carro pipa, pois a água do rio não é potável. Antes da barragem havia agricultura na vazante e a prática da pesca que atualmente está impedida em razão de ter diminuído a quantidade de peixes. A Prefeitura comprou um terreno para a construção de moradias para as cinco famílias que as perderam, mas não as construiu. Além das casas, as famílias demandam a construção de cisternas e segurança pública.

VIII - Situação atual – reuniões e audiências com o Poder Público

a) Municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba

Os atuais gestores dos Municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba informaram que não tinham conhecimento do relatório do CDDPH e que a reunião realizada pelo Grupo de Trabalho era o primeiro encontro conjunto entre as Prefeituras para abordar a situação dos atingidos por Acauã, a qual era de conhecimento de todos.

Os gestores do Município de Aroeiras informaram que em 2004 a barragem encheu em 18 dias, a despeito do previsto nos estudos ambientais, criando demandas sociais urgentes e em grande escala. A população de Pedro Velho ficou sem acesso a cidade de Aroeiras (em 2007 o município construiu passagens molhadas - pontes ao nível do rio). Em relação à habitação, o Município comprou doze hectares de terra para construção de loteamentos em Pedro Velho (essa área não está totalmente preenchida) e localizaram três famílias morando onde deveria ser o posto de saúde (as famílias foram retiradas, abrigadas e o PSF foi criado) e outras onze na escola (que também foram retiradas para que a mesma voltasse a funcionar) – a qual também foi ampliada e melhorada. Atualmente está em construção uma passagem molhada para Pedro Velho e as outras vias de

acesso estão sendo melhoradas. O Município também construiu campo de futebol e cemitério em Pedro Velho. Em relação à questão do saneamento básico e da falta de água os gestores afirmam que o problema não se limita aos atingidos, mas é um problema de toda a cidade. Afirmam existir um projeto federal de saneamento básico para as 52 cidades que ainda jogam os dejetos no Rio Paraíba, dentre essas Aroeiras. Esse projeto não terá custo para o município, que possui 7.600 habitantes. A questão da água está sendo resolvida por meio da construção de uma adutora pelo governo estadual. A origem da água é exclusivamente da barragem de Acauã e antes da barragem a água era oriunda do subsolo. Os gestores afirmaram que “a construção foi muito brusca”, “não houve um planejamento”, que “a ideia da barragem não era uma ideia inviável, mas teria que ter feito o trabalho social antes de esclarecimento, de distribuição das famílias, de assentamento”. A situação das moradias em Pedro Velho está melhor atualmente em razão de benfeitorias realizadas pelos próprios moradores. Afirmaram também que entre 2005 e 2008 havia segurança pública em Pedro Velho e que agora em 2013 já voltou a ter.

Os gestores de Itatuba (Melancia e Cajá) informam que o Município foi contemplado com dois postos de saúde e duas escolas por meio do programa do pacto social do governo do Estado, para as comunidades de Melancia e Cajá, mas elas ainda não foram finalizadas. Na época em que foi feita a barragem as indenizações foram pagas à gestão anterior, mas os atuais gestores não sabem informar onde foram aplicados os R\$500 mil recebidos de indenização pelo Município. O Município tem conhecimento da cobrança de água indevida pela CAGEPA em Cajá, haja vista que não está havendo o fornecimento, e oficiou o órgão a esse respeito; assim como, tem conhecimento do problema do "fossão" em Cajá e Melancia. Em relação às moradias dos reassentados informaram que havia quatro tipos de casas previstas no projeto, mas apenas as de placas foram construídas.

Os gestores de Natuba (Costa e Água Paba) informaram que em 2002 foi firmado um compromisso no qual teria sido acordado que seriam refeitas as vias de acesso interditadas pela barragem para não prejudicar Natuba, mas isso não foi cumprido. Não existe abastecimento de água da barragem para Natuba e o

Município não depende da água da mesma. As duas dificuldades principais, na visão do Município, são a questão de acesso e abastecimento de água. Em relação à água foram feitas cisternas no Costa e serão construídas em Água Paba. Nos reassentamentos a CEHAP fez as casas, mas apenas em parte. Segundo os gestores, antes da barragem os atingidos “viviavam melhor do que estão vivendo hoje”, pois “o pessoal não tem nada hoje, só bolsa família” e isso “sacrificou o Município”.

b) Estado da Paraíba e INCRA

Os atuais gestores do Estado da Paraíba são conhecedores da situação dos atingidos pela barragem de Acauã, tendo recebido do Grupo de Trabalho o relatório do CDDPH.

A Secretaria Executiva da Casa Civil apresentou a situação do Estado da Paraíba quando a atual gestão assumiu o governo em 2010: 54 municípios não tinham acesso asfáltico; dos 3 milhões de habitantes do Estado, 503 mil estão cadastradas no bolsa família; terceiro Estado mais pobre da federação (atrás do Maranhão e Piauí); 50% da receita do Estado é oriunda do fundo de participação dos estados (para São Paulo o FPE representa apenas 3%); desafio de desenvolver um Estado com este grau de pobreza.

Em relação às recomendações do CDDPH e a situação dos atingidos por Acauã, propõe como meta maior a união dos três entes do Poder Executivo (Federal, Estadual e Municipal), num somatório de atribuições e esforços, para a solução dos problemas, estabelecendo prioridades dentre todas as dificuldades apontadas.

A Secretaria de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, ponderou não ser necessário discutir as motivações do processo que levou a atual situação dos atingidos, pois trata-se de uma situação generalizada e conhecida, de tal forma que tudo o que for feito será apenas para remediar algo que teve um “erro de concepção”. Para a mesma, a questão fundamental é “como gerar emprego e renda para essas comunidades” atingidas, “a terra é o central”, destacando que outras questões, como a de infraestrutura é possível resolver de forma mais fácil,

tratando-se apenas de redistribuir atribuições. Em relação a adutora para Aroeiras informou que a mesma já está sendo construída.

A SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente - informou estar lançando o programa de educação ambiental “oficinas do futuro” para comunidades de assentamento, o qual será iniciado no segundo semestre e que os assentamentos de Acauã serão incluídos no programa.

A Casa Civil e as demais Secretarias presentes destacaram que o mais importante é projetar o que pode ser feito de agora em diante, sugerindo a instituição de um grupo de trabalho no qual participem representantes do Governo Federal, do Governo e Secretarias Estaduais e dos Governos Municipais, para analisar e tomar medidas que visem solucionar os problemas dos atingidos.

A Secretaria de Segurança e da Defesa Social relatou as iniciativas que vem tomando na área da segurança pública, em especial sobre os homicídios de jovens e negros, comprometendo-se a analisar o relatório do CDDPH e tomar medidas que forem possíveis, assim como, somar-se e participar no GT.

O DER - Departamento de Estradas e Rodagem - reconheceu que a situação dos atingidos é verdadeira e muito crítica, principalmente na situação do Costa, em que foram colocados em um conjunto habitacional isolado. O DER construiu um acesso que fez com que o tempo do Costa até Umbuzeiro e Campina Grande diminuísse pela metade. Relata que o acesso foi construído em 2011 por meio dos recursos emergenciais oriundos do período de enchentes. O DER fez a obra de forma emergencial, mas não é a definitiva. Afirmou que a população da cidade também foi atingida, porque aumentou o custo de transporte e a distância com outros municípios. Ressaltou que a proposta de colocar uma balsa, como forma de melhorar o acesso entre Aroeiras e Costa, não se trata de uma operação simples, há uma possibilidade, mas ainda embrionária. Além disso, estão realizando um estudo topográfico para ligar a PB 082 com o Costa para voltar a ter acesso ao ônibus (Umbuzeiro-João Pessoa). A prioridade do governo é tirar do isolamento os municípios. De Natuba a Umbuzeiro já está sendo feita a ligação.

A Secretaria de Desenvolvimento Humano afirmou que atua na área de trabalho emprego e renda, e direitos humanos, ponderando ser importante definir as ações mais estruturantes para resolver a situação dos atingidos. A proposta de criação do GT foi considerada um passo importante para isso, propondo que a Secretaria de Recursos Hídricos possa convocar todas as demais Secretarias e institucionalize o mesmo. Solicitou o encaminhamento por escrito da situação de Oswaldo Bernardo do MAB – que está no programa de proteção de defensores - e do crime que resultou no assassinato de seu irmão. De imediato, propôs que analisará ações emergenciais que possam ser direcionadas para os reassentamentos e marcou uma reunião com o MAB para discutir o assunto.

A CAGEPA - Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - reconheceu que o impacto da barragem é inegável, que os "fossões" não são mais aceitáveis, sendo que o Estado aboliu esse tipo de tratamento, apesar de ainda existirem 200 sistemas desses em funcionamento – todos com o mesmo problema da manutenção que deveria ser feita de forma autônoma pelas próprias comunidades. Concordou ser positiva a ideia de criação do GT para rever a situação de Acauã. Em relação ao tema destacou que é necessária uma normatização nacional sobre saneamento em área rural, a qual não existe no Brasil. Em relação a água, informou que atualmente a CAGEPA trabalha com o subsídio cruzado, mas no âmbito rural há dificuldade porque esses moradores não conseguem pagar o valor da taxa d'água e a CAGEPA não tem como dar isenção para uns e não proporcionar para outros. Existem mais de 400 sistemas de água rurais, como os de Acauã, que existem no estado e operam sem suporte técnico. No caso de Cajá há um sistema oficial em razão de uma determinação do Banco Mundial de que em empreendimentos por ele financiados, como o canal Acauã-Araçagi, as adutoras interliguem as comunidades por onde este passa. Cajá recebe água tratada, e as demais comunidades reassentadas não. A entidade colocou-se à disposição para ajudar no que for julgado conveniente e também na parte de estudos para traçar um modelo. Destacou que Cajá encontra-se ligada em uma adutora existente e em Aroeiras está sendo feito o projeto de adutora, da qual Pedro Velho será beneficiado. A adutora foi construída recentemente em Cajá e a CAGEPA irá verificar a questão do pagamento de água sem o fornecimento da mesma.

A AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas - afirmou que é preciso tentar resolver o problema dos atingidos, propondo de imediato a incorporação deles no projeto Cooperar e a separação dos problemas de pequena monta, os quais poderiam ser encaminhados de imediato, e as questões de grande porte, ponderando que a questão central é a do trabalho e renda. Propôs que o MAB envie suas reivindicações pontuais e emergenciais para que já possam ser dados os primeiros encaminhamentos.

A CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular - informou que o processo de regularização dos reassentamentos já foi iniciado e que as casas de placas foram feitas em um período no qual não havia programas nacionais de habitação, as quais foram adotadas em razão da urgência da construção face a inundação das casas dos atingidos pela barragem. Ponderou que as casas talvez tenham que ser reconstruídas, pois as fábricas de casas de placas de cimento não existem mais. Na época 458 casas foram construídas em razão da barragem de Acauã. Ofereceu-se para participar do GT.

O INTERPA – Instituto de Terras da Paraíba - informou que o limite para o acesso ao programa de crédito fundiário subiu de 40 mil para 80 mil, bastando apenas a criação de grupos para que as famílias possam ter acesso a terra através do mesmo. Em relação ao convenio com o INCRA para desapropriação de terras por interesse social, formalizou uma proposta e está aguardando parecer da procuradoria jurídica do INCRA sobre o mesmo, e até o momento não houve resposta. O INTERPA citou o caso dos reassentamentos dos atingidos pelo canal de Araçagi como um modelo para ser adotado em Acauã e solucionar o problema do acesso a terra. A solução se deu por meio de assentamento diferenciado, pelo Governo do Estado que desapropriou as áreas para o mesmo, com a concessão de lotes de um hectare para cada família.

O INCRA informou que o caso "não é assunto novo", sendo que em 2011 fizeram um cadastramento das famílias que seriam potenciais beneficiárias da reforma agrária e chegaram a aproximadamente 900 famílias, nas cinco comunidades atingidas. A solução proposta é encontrar terra para assentamento das famílias que eram ribeirinhas, sendo que o problema é que na região não existem

latifúndios, pois o módulo mínimo é de 35 hectares e o INCRA não pode desapropriar propriedades que tenham tamanho inferior a 10 módulos – que seria a situação da maioria dos imóveis. A legislação de desapropriação para fins de reforma agrária não seria adequada para o caso, em razão do tamanho das propriedades na região. A proposta do INCRA é a desapropriação por utilidade pública, como foi feito para a construção da barragem. O INCRA comprometeu-se a fazer a verificação interna sobre como está a questão do convênio com o INTERPA.

c) Ministério Público Estadual e Federal

O Grupo de Trabalho apresentou as conclusões do relatório da Missão realizada em 2007, informando as violações de direitos humanos relacionadas à construção da Barragem de Acauã ao Ministério Público Estadual, ressaltando a proposta de criação do GT e a possibilidade do MPE o compor. O MPE relatou como tem acompanhado o caso, a partir de suas atribuições constitucionais e do seu trabalho na área dos direitos difusos, argumentando que a solução mais rápida para a solução dos atingidos por Acauã seria a criação do GT e não a judicialização.

O MPF relatou que foram propostas duas ações visando garantir os direitos humanos fundamentais dos atingidos por Acauã e reparar as violações. A primeira ação foi proposta em 2005 e a Justiça Federal decidiu que a competência para apreciar a mesma era da Justiça Estadual (entendimento mantido pelo Tribunal Regional Federal). Após ter sido remetida para a justiça estadual, a ação foi extinta. A segunda ação foi proposta em 2007 e sequer foi remetida para a justiça estadual, pois o juiz entendeu tratar-se de repetição da primeira. O MPF alegava que os atingidos de Acauã estavam sendo privados das suas atividades e por isso solicitou um plano de desenvolvimento sustentável, medidas emergenciais como cestas básicas e bolsa auxílios, através das ações. Também propôs um TAC ao Estado, mas este não o assinou, demonstrando o descaso com que todos os governos estaduais têm tratado a questão. Solicitou que o Grupo remeta o relatório desta nova missão, para que possa abrir um novo expediente sobre o caso.

IX – Conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho

A situação encontrada pelos integrantes da missão em maio de 2013, não difere muito daquela reportada pela Comissão Especial em 2007: “o empreendimento provocou uma degradação das condições de vida materiais das pessoas, com a ruptura de redes culturais, sociais e econômicas; agravando, piorando a sua anterior condição de existência; colocando-os em situação de exclusão social que não havia anteriormente”.

Impõe-se reconhecer que as principais situações que geram as violações de direitos humanos, quais sejam, as moradias inadequadas, o não fornecimento de água tratada, as precárias condições de acesso aos reassentamentos, e a questão principal, a da inexistência da concessão de terra e trabalho para quem antes os tinha, permanecem as mesmas, tendo sido agravadas nesses seis anos.

Nesse contexto não há como deixar de se afirmar novamente que este é gravíssimo caso de violação de direitos humanos decorrente da construção de uma barragem no Brasil e que o Governo Federal, o Governo Estadual e os governos Municipais não estão realizando as ações necessárias para que as mesmas cessem.

Ocorreram algumas melhoras em alguns acessos aos reassentamentos, construção de escolas e postos de saúde, atendimento médico, assim como no fornecimento de água em Cajá, mesmo que parcial. As famílias não fizeram novas reclamações em relação ao fornecimento de energia elétrica e a telefonia. Todavia, as melhorias nos acessos, fornecimento de água, saúde e educação constatadas, decorreram no desenvolvimento “normal” desses serviços no período de seis anos por parte dos órgãos de Estado, podendo ter sido verificada essa mesma “melhoria” na maioria dos lugares do Estado da Paraíba, ou seja, elas não decorreram de especial atenção. Conforme foi referido pelo MPF-PB “tudo que foi feito até agora na região de Acauã deve ser considerado como ações normais de governo, não havendo registro de nada que seja específico para o contexto de atingidos por barragem”.

Portanto, de modo geral, podemos afirmar que as recomendações do CDDPH não foram analisadas, debatidas, estudadas, criticadas e muito menos implementadas neste período, demonstrando que o Estado, em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal) e nos seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) não têm tomado medidas eficientes para sustar e sanar as violações de direitos humanos dos atingidos por Acauã.

Neste sentido, o Grupo de Trabalho não pode deixar de contrapor-se ao argumento diversas vezes utilizado de que a situação dos atingidos por Acauã em relação à moradia, terra e trabalho, abastecimento de água, é igual à situação da “maioria dos paraibanos”. A situação de Acauã é distinta e deve ser assim considerada, haja vista que os atingidos estão na realidade em que se encontram porque foram “atingidos” pela Barragem de Acauã, ou seja, pela **ação** do Estado; sendo que todos foram uníssomos em reconhecer que antes da mesma, as famílias tinham onde morar, trabalhar e acesso à água. A situação decorrente da implantação da Barragem de Acauã constitui atentado à dignidade da pessoa humana, porque inviabilizou a subsistência das populações atingidas, que passaram à condição de extrema miséria, sofrendo as mais diversas privações.

A responsabilidade pela reparação dos direitos violados deve ser compartilhada entre os Governos Federal e Estadual, pois trata-se de obra do DNOCS executada pelo Governo Estadual. Os governos municipais devem agir naquilo que for de sua esfera de responsabilidade, pois verificou-se que muitas medidas de mitigação e reparação social, foram custeadas pelos Municípios, quando deveriam ter sido pagas pelo empreendimento.

De todos os problemas constatados, a questão central é a do trabalho e renda, sendo que a solução da mesma passa pela recomposição fundiária dos reassentamentos, com a concessão de terra e água as famílias. O Estado da Paraíba apresentou a solução adotada no caso dos atingidos por Camaçari como uma possibilidade de solução para o caso.

A maioria dos atingidos possui a experiência de ter tido terra e água, um saber que lhes permitirá voltar a produzir, trabalhar e viver com dignidade. Para esta

questão, permanece pertinente a recomendação da comissão especial de que “sejam asseguradas condições de moradia e reinserção produtiva (emprego), o que poderá implicar, em alguns casos, particularmente para os reassentados de Costa, novos reassentamentos em que se preserve as características sociais e econômicas das populações rurais”.

Nas reuniões com os Secretários de Estado e com a aquiescência de todos surgiu a proposta da criação de um Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil do Estado da Paraíba. Para a constituição do mesmo, sugeriu-se a participação de todos entes federados, sendo demandado à Secretaria Geral da Presidência da República indicar representante para participar do mesmo.

A fim de sustar e reparar as violações constatadas em 2006, as quais prosseguem - em grande parte - inalteradas em 2013, **recomenda-se**:

1. a imediata criação de um Grupo de Trabalho pela Casa Civil do Estado da Paraíba, para tratar de forma integrada (saúde, educação, água, saneamento, segurança, trabalho e renda) a reparação dos direitos humanos violados pelo empreendimento. Para a constituição do mesmo, sugere-se no mínimo a seguinte composição: a) órgãos federais: SG/PR; Ministério da Integração e DNOCS; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA; b) órgãos estaduais: Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca; Secretaria do Desenvolvimento Humano; Secretaria da Educação; Secretaria da Infraestrutura; Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana; Secretaria dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia; Secretaria de Saúde; Secretaria da Segurança e da Defesa Social; c) órgãos Municipais: Prefeituras de Aroeiras, Natuba e Itatuba; d) sociedade civil: MAB; e) CDDPH; f) UFCG;
2. a imediata indicação de representantes pela SGPR, INCRA, DNOCS, Ministério da Integração, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário, para compor o GT acima referido;
3. ao Governo Estadual (INTERPA-CEHAP) e Federal (DNOCS-INCRA) que assegurem condições de moradia e reinserção produtiva (terra, trabalho e renda), o que poderá implicar, em alguns casos, particularmente para os reassentados de Costa, novos reassentamentos que resgatem as características sociais e econômicas das populações rurais;
4. ao Governo Federal (DNOCS-INCRA) e Estadual que disponibilizem os recursos necessários a desapropriação de áreas para a recomposição fundiária e produtiva das famílias atingidas por Acauã e utilizem a desapropriação por interesse social, ou por utilidade pública vinculada a construção da barragem, como forma de obter as áreas necessárias;
5. ao Governo Estadual (DER) que disponibilize transporte público coletivo e regular, livrando do isolamento as comunidades de reassentados, com especial consideração a situação do Costa e de Água Paba;

6. ao Governo Estadual (INTERPA - CAGEPA) que garanta a infraestrutura mínima necessária à sobrevivência digna dos reassentados, com fornecimento d'água, saneamento básico, áreas de lazer, cemitério, etc;
7. ao Governo Estadual (Secretaria de Segurança Pública) que garanta segurança pública nos reassentamentos;
8. ao Governo Estadual (Secretaria de Educação) que assegure o direito de acesso à educação pública e de qualidade, que conclua as obras inacabadas de duas escolas visualizadas pelo GT e construa creche no Costa;
9. ao Governo Estadual (Secretaria de Saúde) e Governos Municipais (Prefeituras de Aroeiras, Itatuba e Natuba) que concluam a construção do Posto de Saúde em Cajá, e aumentem a disponibilidade de atendimento médico as comunidades;
10. a CEHAP e ao INTERPA que titulem os imóveis concedidos aos reassentados;
11. o deslocamento itinerante às comunidades dos seguintes órgãos: Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário;
12. ao Governo Estadual (Secretaria de Desenvolvimento Humano) que disponibilize serviços públicos, a fim de que os atingidos possam obter documentos de vários tipos necessários ao exercício de sua cidadania e a busca de seus direitos sociais;
13. ao DER e a CEHAP que realizem levantamento **emergencial** das famílias de Água Paba, as quais ficam isoladas e desabrigadas em razão das cheias do rio, garantindo reassentamento e direito a moradia às mesmas, bem como recomposição dos acessos às comunidades. Além disso, recomenda-se a construção de um posto de saúde para a comunidade e a garantia de atendimento médico.

Aprovado em 21 de agosto de 2013